

**10. CANDIDATURA AOS INCENTIVOS AO INVESTIMENTO LOCAL
- IBERIANA TECHNICAL, LDA.:**

Submete-se à aprovação do Executivo Municipal, com vista à deliberação da Assembleia Municipal, de acordo com o Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município de Braga, processo relativo à candidatura apresentada por Iberiana Technical, Lda. bem como a respetiva proposta de decisão desenvolvida pela InvestBraga – Agência para a dinamização Económica, EM.



A reunião do
Executivo Municipal
4-1-19
06 Abril 2018

Remessa de Processo e Proposta de Decisão relativamente a pedido de incentivo apresentado em sede de candidatura no âmbito do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município de Braga (Processo RII04/2017)

DESPACHO

Nos termos do n.º 2 do art. 9º do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município de Braga, remete-se à Câmara Municipal de Braga, para os devidos efeitos, o Processo RII04/2017, relativo ao pedido de incentivo apresentado pela Iberiana Technical, Lda. e a presente proposta de decisão, conforme referência constante da Ata n.º 55 do Conselho Administração da IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M.

O Conselho Administração da IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M. decidiu propor, em face do projeto de investimento apresentado pelo promotor, a aprovação da declaração de interesse económico deste projeto e da minuta de contrato de investimento que elaborou e propor também a concessão à Iberiana Technical, Lda. de incentivos sobre o valor bruto de IMI de redução de 59,5 % pelo período de 3 anos, de incentivos sobre o valor bruto do IMT de redução de 59,5 % e de incentivos sobre o valor das taxas municipais a pagar, nos termos do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, de redução de 59,5%.

Braga, 05 de Abril de 2018.

Pe'l'A Administração



**PROCESSO RELATIVO À CANDIDATURA SUBMETIDA NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE
CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO DE BRAGA
(PROCESSO RII04/2017)**

Remete-se a seguinte documentação ao Conselho de Administração da InvestBraga, relativa à candidatura submetida no âmbito do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município de Braga, para efeitos de pronúncia relativamente ao pedido de incentivo apresentado pela Iberiana Techical, Lda., na qual se propõe a atribuição dos seguintes incentivos:

- a) Incentivos sobre o valor bruto do IMI de redução de 59,5%, pelo período de 3 anos (segundo a fórmula de cálculo do regulamento de incentivos e com base no plano de investimento em anexo);
- b) Incentivos sobre o valor bruto do IMT de redução de 59,5% (segundo a fórmula de cálculo do regulamento de incentivos e com base no plano de investimento em anexo);
- c) Incentivos sobre o valor das taxas municipais a pagar, nos termos do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, de redução de 59,5% (segundo a fórmula de cálculo do regulamento de incentivos e com base no plano de investimento em anexo).

Propõe-se também a aprovação da declaração de interesse económico deste projeto e da minuta do contrato de investimento.

Braga, 05 de Abril de 2018.

A Diretora da Área de Dinamização Económica e Atração de Investimento



Ana Ferreira


**ÍNDICE DO PROCESSO DE CANDIDATURA NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE CONCESSÃO DE
INCENTIVOS AO INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO DE BRAGA**

(PROCESSO RII04/2017)

1. Declaração de candidatura no âmbito do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município de Braga
2. Projeto de investimento
3. Despacho de nomeação de gestor do procedimento
4. Análise da candidatura
5. Declaração de Interesse Económico
6. Proposta de minuta de contrato de investimento
7. Cópia do ofício a solicitar elementos complementares ao promotor
8. Comprovativo de registo de correio
9. Documentos complementares de suporte à candidatura juntos:
 - i) Acesso à certidão permanente da ITEC
 - ii) Certidão de não dívida às Finanças
 - iii) Certidão de não dívida à Segurança Social
 - iv) Folha do registo dos trabalhadores da ITEC na Segurança Social
 - v) Quadro do investimento a realizar e matriz dos recursos humanos a contratar
 - vi) Declaração da IES referente a 2016
 - vii) Declaração de IRC referente a 2016
 - viii) Avaliação de incidências territoriais
 - ix) Cópia da escritura de compra e venda do terreno adquirido para as instalações da empresa
10. Certidão de não dívida ao Município de Braga
11. Comprovativos da tramitação do processo de reconhecimento de interesse público estratégico por parte do Município para o empreendimento a construir

A Diretora da Área de Dinamização Económica e Atração de Investimento


Ana Ferreira


INVEST
Braga



BRAGA

Candidatura no Âmbito do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento

DECLARAÇÃO

Braga, 04/08/2017

Exmo. Senhor Presidente da InvestBraga,

Iberiana Technical Lda, pessoa coletiva n.º 507672828, com o capital social integralmente realizado de 100000 euros, com sede na Rua da Quintã, 13, freguesia de Frossos, concelho de Braga, registada na Conservatória do Registo Comercial de Braga, sob o n.º 507672828, representada neste ato por Sócios Gerentes e com poderes para o ato, vem apresentar a sua candidatura no âmbito do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento (Regulamento), nos seguintes termos:

1. Declara que pretende realizar no Concelho de Braga um investimento com as seguintes características (conforme projeto de investimento que se junta, em anexo, como documento n.º 1):

- a. Valor de investimento: 3000000 euros;
- b. Número de postos de trabalho a criar/manter: 12;
- c. Setor de atividade: Engenharia e Automação Industrial;
- d. Tempo de implementação do projeto: 3 anos;

e. [outros aspetos considerados relevantes para efeitos do artigo 7.º do Regulamento].

Para além dos postos de trabalho a criar, pretende-se manter os 33 colaboradores atuais. Como nota adicional, acrescenta-se que a maioria dos postos de trabalho a criar serão de qualificação superior (mestrados e doutorados) em áreas como, software, mecânica eletrónica e biomédica.

2. Para os devidos efeitos, declara que:

a. tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o estabelecimento principal da empresa;

b. tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou ao Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o estabelecimento principal da empresa;

c. tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ou de qualquer outra natureza ao Município de Braga;

d. cumpre as condições legais necessárias ao exercício da respectiva atividade, nomeadamente em matéria de licenciamento;

e. apresenta uma situação económico-financeira equilibrada ou, tratando-se de projetos de investimento de elevada densidade tecnológica, demonstrem ter capacidade e evidências de financiamento do projeto de investimento;

f. não se encontra em estado de insolvência, de liquidação ou de cessação de atividade, nem tem o respetivo processo pendente;

g. não é uma empresa em dificuldade, de acordo com a definição prevista no artigo 2.º do Regulamento (EU) n.º 651/2014, de 16 de junho;

h. apresenta um projeto de investimento que contempla a criação ou manutenção de, no mínimo, 10 postos de trabalho ou um montante de investimento não inferior a 250.000 €;

3. Declara ainda que conhece e aceita os termos do Regulamento.

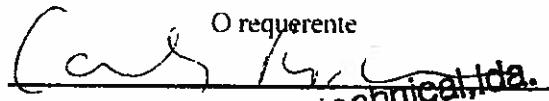

4. Requer apoio ao projeto de investimento materializado na concessão dos seguintes incentivos:

☒ Isenção, total ou parcial, de taxas municipais, nos termos do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais;

☒ Concessão de benefícios fiscais nos impostos a cuja receita o Município tenha direito, nos termos da lei e do presente regulamento.

Nota: serão remetidos todos os respetivos comprovativos solicitados na sequência da submissão da candidatura

Pede deferimento

O requerente

 iberiana technical, lda.
A Gerência

Plano de expansão 2018 – 2020

Enquadramento

O ano de 2016, apesar das condições económicas desfavoráveis e do abrandamento da produção automóvel em Portugal, revelou-se muito positivo para a ITEC, sendo de destacar:

- a) O volume de negócios aumentou exponencialmente relativamente a 2015, registando um aumento de cerca de 106% (melhor ano de atividade da empresa), permitindo desta forma o aumento da produção e garantindo a consistência do crescimento do volume de negócios alcançado dos anos anteriores;
- b) No ano de 2016, foi possível aumentar o número de postos de trabalho, com especial incidência para contratos sem termo;
- c) A Entidade promoveu a melhoria da estrutura informática e a organização dos armazéns, possibilitando assim um rigoroso processo de inventário físico e posição permanente de cada projeto;
- d) Foi efetuado um investimento na área de produção, com a criação de um novo espaço nas nossas instalações para aumentar a área de laboração, de forma a corresponder ao aumento dos postos de trabalho e acomodação de pessoas e bens.

Após ter registado um crescimento razoável no triénio de 2013 a 2015, a atividade da ITEC teve em 2016 um crescimento exponencial fruto da experiência acumulada e credibilidade junto dos nossos clientes alcançada nos anos anteriores. Mesmo contra todas as adversidades do mercado e da crise económica instalada, tivemos nestes 4 últimos anos uma oportunidade para a realização de novos investimentos e para um aumento substancial do volume de negócios. Este aumento, no entanto, exige um controlo cada vez maior do processo de produção, dos custos associados e das margens de comercialização, factos com os quais toda a organização se encontra comprometida.

De realçar que, fruto da experiência acumulada e respondendo às exigências do mercado, a ITEC tem centrado a sua atividade no desenvolvimento e fabrico de máquinas e equipamentos para a indústria eletrónica e de automóveis, inter-relacionados ou interdependentes em termos da sua conceção, tecnologia e função ou do seu propósito ou uso final. Os projetos em que a empresa se tem centrado envolvem a construção de equipamentos de partes complexas, para fábricas de elevada performance e exigências tecnológicas, passando por processos de automação industrial, aparafusamento, montagem, doseamento de fluidos, proteção ESD e desenvolvimento de linhas de montagem automáticas ou manuais.

De realçar também, o cariz eminentemente exportador dos principais clientes da ITEC, razão pela qual a entidade, apesar da baixa taxa de exportação direta, poderá ser considerada uma exportadora indireta.

Embora sem grandes alterações ao nível dos principais clientes, a diversidade e complexidade dos nossos produtos tem vindo a aumentar, e a dependência da ITEC face a alguns clientes é cada vez menor, o que em muito contribuiu o projeto de internacionalização levado a cabo em anos anteriores, que permitiu à empresa alargar horizontes, tanto a nível nacional, como internacional e posicionar-se junto dos principais operadores.

Plano de expansão

Para acompanhar e responder ao crescimento pujante que se verifica no sector da indústria automóvel em geral, e em particular no caso da BOSCH Car Multimedia (cliente com mais peso no volume de negócios da ITEC), a ITEC tem vindo a trabalhar num plano de crescimento e expansão, assente em quatro vertentes:

- Aumento da capacidade de produção;
- Criação de unidade de desenvolvimento na área de robótica e visão artificial;
- Criação de laboratório de manufactura Aditiva / Subtrativa e testes de aplicações;
- Aumento da taxa de exportação;
- Desmaterialização de processos;

Este plano de expansão prevê um conjunto de investimentos, passando por:

- Aquisição de terreno e construção de novas instalações;
- Aquisição de equipamento específico para as actividades de engenharia;
- Contratação de pessoal qualificado;
- Criação de departamento de I&D;

Para fazer face a estes novos desafios e a pensar na complexidade e dimensão crescente que se tem verificado ao nível dos projectos de engenharia, a principal e primeira acção a tomar será a construção de um novo edifício que possa albergar todas estas novas unidades, dimensionado a pensar no crescimento expectável dos próximos anos. Este novo edifício terá uma área de construção bruta de cerca de 5.000m², implantados em 4500m². Em anexo são fornecidos todos os elementos não só da área de implantação, como também detalhes das zonas a edificar.

Paralelamente a esta fase de edificação da nova infraestrutura está a ser preparada uma candidatura a um projecto PT2020 – Programa Interface, em co-promoção com a a BOSCH CM e outras entidades de ID locais (INL, UM e CCG). Entre outros, este projecto prevê um forte investimento em software, visão artificial, robótica, materiais inteligentes (sensores), realidade aumentada e manufatura aditiva/subtrativa.

Naturalmente que para acompanhar as novas unidades de negócio, aumento de produção e centro de ID, está prevista a contratação de novos recursos humanos, mantendo sempre como base os quadros atuais e na perspectiva de contratos sem ou a longo termo, como é prática habitual da empresa. Partindo destes pressupostos, e pensando no horizonte 2018-2020, o reforço previsível dos quadros actuais terá a seguinte distribuição:

2018	Nível de qualificação			
	4	6	7	8
Software		1	1	1
Mecânica			2	
Visão			1	
Produção	2			
Administrativo	1	2		

2019	Nível de qualificação			
	4	6	7	8
Software			1	
Mecânica				
Visão				
Produção	2			
Administrativo				

Considerando todos os elementos supra referidos, é expectável que o investimento global da ITEC supere os 3,5 M€, distribuídos pelas seguintes fases:

	2017		2018		2019		2020	
	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.
Aquisição de terreno								
Projecto arquitectura								
Construção edifício								
PT2020 I&D								
PT2020 Inovação Produtiva								

Como nota final, fica a ressalva de que a ITEC poderá considerar outros investimentos em áreas de negócio que se julguem oportunas, não só para dar resposta a tendências do mercado, como também possam contribuir para o crescimento sustentável da empresa.

Processo nº: RII04/2017

Data de Registo: 04/08/2017

Assunto: Candidatura no âmbito do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município de Braga

Nome/Designação do promotor: Iberiana Technical, Lda.

Despacho

No uso da delegação de poderes conferida por deliberação do Conselho de Administração tomada em reunião de 12 de Setembro de 2016, designo, nos termos do n.º 2 do artigo 55º do Código de Procedimento Administrativo, como responsável pela direção do procedimento em epígrafe a técnica Dra. Ana Ferreira.

Braga, 4 de Agosto de 2017.

O Diretor da Área de Dinamização Económica e Atração de Investimento






Análise da candidatura

Processo n.º RII04/2017

Informação – análise e apreciação da candidatura

Requerente: Iberiana Technical, Lda. (ITEC)

1. Introdução

A requerente Iberiana Technical, Lda. (ITEC), pessoa coletiva n.º 507672828, com sede na Rua da Quintã, 13, 4700-023 Braga, freguesia de Frossos, concelho de Braga, apresentou em 4 de agosto de 2017 uma candidatura no âmbito do Regulamento n.º 789/2016 de Concessão de Incentivos ao Investimento, publicado em Diário da República, 2ª Série, em 9 de agosto de 2016.

A requerente tem projetado um investimento no Concelho de Braga, com um valor global de 3.500.000€. Este investimento envolve a aquisição de terrenos, a construção de novas instalações com uma área bruta de construção de 5.000m² e uma área edificada de 4.500m², a aquisição de equipamento para atividades de engenharia, a contratação de pessoal qualificado e a criação de departamentos de I&D.

A requerente compromete-se a criar, no espaço temporal de 36 meses, que corresponde ao tempo de implementação do projeto, 14 postos de trabalho em regime de full-time e manter os atuais colaboradores.

A ITEC vem desenvolvendo a sua atividade nas áreas da Eletrónica, Plásticos e Assemblagem de Processos, e trabalha com as maiores empresas de referência do setor automóvel em vários países, destacando-se por ser o maior fornecedor de soluções de engenharia para alguns dos processos mais complexos da BOSCH CAR MULTIMEDIA, nas fábricas de Braga, Penang (Malásia) e Suzhou (China).

A requerente quer nos próximos anos reforçar a sua posição no mercado nacional e internacional e poderá considerar outros investimentos em áreas de negócio que considerem oportunas para dar resposta às tendências de mercado e possam contribuir para o crescimento sustentável da empresa. A estratégia de



crescimento da empresa implica a criação de novas áreas de negócio, o reforço da sua atividade de I&D, a criação de produtos próprios e o apoio à criação de startups.

A ITEC apresenta uma baixa taxa de exportação direta, dado que os seus principais clientes têm um cariz eminentemente exportador, razão pela qual pode ser considerada uma exportadora indireta, tendo exportado diretamente os seus produtos para mercados como Espanha, Alemanha, Polónia, República Checa, Hungria, Roménia, China, Malásia e México.

Em sede de candidatura, a requerente ITEC juntou os seguintes elementos complementares:

- i) Acesso à certidão permanente da ITEC
- ii) Certidão de não dívida às Finanças
- iii) Certidão de não dívida à Segurança Social
- iv) Folha do registo dos trabalhadores da ITEC na Segurança Social
- v) Quadro do investimento a realizar e matriz dos recursos humanos a contratar (incluídos no plano de investimento anexo à candidatura)
- vi) Declaração da IES referente a 2016
- vii) Declaração de IRC referente a 2016
- viii) Avaliação de incidências territoriais
- ix) Cópia da escritura de compra e venda do terreno adquirido para as instalações da empresa

Não obstante o processo de candidatura ter estado parado por prazo superior a seis meses, por motivo de atraso na junção de alguns elementos por parte da requerente, nos termos do artigo 132º do Código de Procedimento Administrativo, entende-se que o mesmo poderá prosseguir atento o interesse público para o Município inerente à candidatura em causa e à execução do projeto de investimento apresentado.

2. Elegibilidade da candidatura

A candidatura apresentada pela requerente é elegível, dado que tem por base um investimento de iniciativa privada que visa a sua expansão no Concelho de Braga, que irá contribuir para a criação de 14 novos postos de trabalho bem como para a manutenção dos atuais 33 e envolverá um valor de investimento de 3.500.000€ (três milhões e quinhentos mil euros).



3. Condições de acesso – artigo 4º do Regulamento de concessão de incentivos ao investimento

Da análise da candidatura apresentada e respetivos elementos anexos, resulta a seguinte verificação das condições de acesso previstas:

Requisito	Verificação	Comentários
Tenham a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o estabelecimento principal da empresa	Sim	A requerente tem a situação regularizada relativamente a contribuições para a Segurança Social, conforme certidão de não dívida à Segurança Social, anexa à candidatura ora em análise.
Tenham a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou ao Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o estabelecimento principal da empresa	Sim	A requerente tem a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado português, conforme certidão de não dívida às Finanças, anexa à candidatura ora em análise.
Tenham a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ou de qualquer outra natureza ao Município de Braga	Sim	A requerente tem a situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ou de qualquer outra natureza ao Município de Braga, conforme certidão anexa à candidatura ora em análise.
Cumpram as condições legais necessárias ao exercício da respetiva atividade, nomeadamente em matéria de licenciamento	A verificar	Serão observados os procedimentos de licenciamento de edificação e de urbanização necessários à realização dos investimentos previstos.
Apresentem uma situação económico-financeira equilibrada ou, tratando-se de projetos de investimento de elevada densidade tecnológica, demonstrem ter	Sim	A requerente apresenta uma situação económico-financeira equilibrada, conforme consulta

Nessa medida, conclui-se que a candidatura cumpre as condições de acesso à concessão de incentivos.

4.1. Valorização da estrutura económica e empresarial do Concelho, designadamente tendo em conta o volume de investimento, as sinergias e relações económicas com o tecido empresarial instalado no Concelho, a introdução de novas tecnologias e modelos de produção ou de negócio e o volume de exportações previsto.

4.2. Valorização dos recursos humanos, designadamente o número de postos de trabalho a criar, o número de postos de trabalho qualificados a criar, o número de postos de trabalho a manter, o número de postos de trabalho qualificado a manter, a relação entre o número de licenciados e os postos de trabalho, e a formação profissional e qualificação contínua.



É de sublinhar que o investimento que a requerente irá realizar significará a criação de 14 novos postos de trabalho e a manutenção dos atuais postos no Concelho de Braga. É de salientar que a maioria dos postos de trabalho a criar serão de qualificação superior em áreas como software, mecânica, visão artificial e robótica.

4.3. Impacte ambiental e compromisso ambiental do projeto.

A ITEC pretende criar as novas instalações, em território próximo das instalações do seu principal cliente - BOSH CAR MULTIMEDIA - pelo que deu entrada junto da Câmara Municipal de Braga de uma proposta de reconhecimento de interesse público estratégico para o empreendimento previsto, de acordo com a alínea a) do nº 1 do artigo 32º do regulamento do PDM do concelho de Braga. Neste seguimento, e dado que não existe legislação própria que determine as condições e parâmetros deste tipo de estudo, a ITEC elaborou um estudo, que se anexa, sobre a avaliação das incidências territoriais, tendo concluído que não existe qualquer reserva nacional sobre o terreno e que a presença do viaduto da auto-estrada condicionou decisivamente o atual estado dos terrenos, deixando de ter condições para o cultivo. A edificação a erigir pela sua configuração de construção arquitetónica, volumétrica e de cobertura, bem como os materiais a aplicar garantem uma adequada inserção no contexto arquitetónico, urbanístico e paisagístico. Em resumo, as incidências territoriais serão marcadas por um reduzido impacto ambiental e paisagístico, que está estudado e será minimizado.

4.4. Competitividade da iniciativa empresarial, no que respeita à inovação nos produtos e/ou serviços a prestar, aos processos de investigação e desenvolvimento, à qualidade da gestão e à estrutura económica do projeto.

A requerente está continuamente envolvida no desenvolvimento de soluções inovadoras e tecnológicas, respondendo às exigências do mercado e tem centrado a sua atividade no desenvolvimento e fabrico de máquinas e equipamentos para a indústria eletrónica e de automóveis, inter-relacionados ou interdependentes em termos da sua conceção, tecnologia e função ou do seu propósito ou uso final. Os projetos em que a empresa se tem centrado envolvem a construção de equipamentos de partes complexas, para fábricas de elevada performance e exigências tecnológicas, passando por processos de automação industrial, aparafusamento, montagem, doseamento de fluidos, proteção ESD e desenvolvimento de linhas de montagem automáticas ou manuais.

5. Incentivos a conceder e quantificação



5.1. O promotor do investimento requereu, em sede da candidatura em análise, apoio materializado na concessão dos seguintes incentivos:

- isenção total ou parcial de taxas municipais, nos termos do Regulamento Municipal de Taxas Municipais e Licenças Municipais
- concessão de benefícios fiscais nos impostos a cuja receita o Município tenha direito, especificamente no IMI e no IMT.

5.2. Relativamente aos fatores de atribuição dos incentivos:

5.2.1.

Investimento a realizar – VI	40%
≥ € 1.000.000,00 - 100%	X
≥ € 750.000,00 e < € 1.000.000,00 - 75%	
≥ € 500.000,00 e < € 750.000,00 - 50%	
≥ € 250.000,00 e < € 500.000,00 - 25%	

5.2.2.

Número de postos de trabalho liquidados a criar - PT	30%
≥ 30 postos de trabalho - 100%	
≥ 20 e < 30 postos de trabalho - 70%	
≥ 10 e < 20 postos de trabalho - 40%	X

5.2.3.

Tempo de implementação do projecto - TI	10%
≤ 1 ano - 100%	
> 1 ano e ≤ 2 anos - 75%	
> 2 e < 4 anos - 25%	X



5.2.4.

Promotores do investimento com idade até 35 anos e, no caso de sociedades comerciais, desde que pelo menos 50% do respetivo capital social seja detido por pessoas singulares com idade até aos 35 anos – IP – (5%)	
Empresa sediada no concelho de Braga – SE – (5%)	X
Instalação em Zonas de Acolhimento Empresarial ou em outras áreas classificadas como áreas de localização de atividades económicas no Plano Diretor Municipal ou que impliquem a regeneração de edifícios industriais devolutos – ZAE/REID (5%)	
Projetos de investimento resultantes de projetos académicos ou de novas iniciativas empresariais, em especial por parte de empresas incubadas na StartupBraga ou nos centros de saber – StB (5%)	

5.2.4. [aplicação da fórmula prevista no n.º 4 do artigo 7º do Regulamento]

$$CP = VI + PT + TI + IP + SE + ZAE + StB$$

$$VR = (cp * IMI) + (cp * IMT) + (cp * TM)$$

Sendo:

IMI – Valor bruto de IMI (€)

IMT – valor bruto de IMT (€) - caso exista

TM – taxas municipais devidas por emissão de título administrativo relacionado com a aprovação das operações urbanísticas de edificação e respectiva utilização (€) – caso existam



CP – Classificação final do projeto (%)

VR – Valor total de redução/benefícios (€)

$$59,5\% = 40\% + 12\% + 2,5\% + 0 + 5\% + 0 + 0$$

$$VR = (59,5\% * IMI) + (59,5\% * IMT) + (59,5\% * TM)$$

6. Termos da concessão dos incentivos

Os objetivos do projeto de investimento em causa são:

- a) A realização, durante o período de investimento, de um investimento no valor de € 3.500.000 (três milhões e quinhentos mil euros), de acordo com o Plano de Investimento incluído no Anexo II do Contrato de Investimento;
- b) A aquisição de terrenos e construção de novas instalações;
- c) A instalação da unidade produtiva no edifício referido na alínea anterior;
- d) A criação de 14 (catorze) novos postos de trabalho no período de 36 meses e manutenção dos atuais postos;
- e) A contratação de pessoal qualificado;
- f) A criação de um departamento de I&D.

A concessão de incentivos está condicionada ao cumprimento das condições gerais de acesso, previstas no artigo 4º do Regulamento de Incentivos, por parte dos candidatos aos incentivos; ao enquadramento no âmbito de aplicação do Regulamento e ao respeito pelas demais condições exigidas, estando dependente da verificação dos critérios previstos no artigo 7º do referido diploma.

No caso concreto, a entidade que apresentou o pedido de incentivo cumpre as condições gerais de acesso previstas no artigo 4º, o investimento enquadra-se no âmbito de aplicação do diploma e face ao projeto apresentado estão verificados os critérios previstos no artigo 7º do Regulamento.



Em resultado da aplicação da fórmula prevista no artigo 7º, número 4 do Regulamento, deverá ser atribuído um incentivo de 59,5% de redução sobre o valor bruto do IMI a pagar pela Iberiana Technical, Lda., pelo período 3 anos.

Deverá ser atribuído um incentivo de 59,5% de redução sobre o valor bruto do IMT a pagar pela Iberiana Technical, Lda..

Deverá ainda ser concedido à Iberiana Technical, Lda. um incentivo sobre o valor das taxas municipais a pagar, nos termos do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, de redução de 59,5%.

Os incentivos constituem contrapartida do exato e pontual cumprimento pela ITEC dos objetivos e obrigações fixadas nos termos e condições constantes do contrato de investimento anexo.

Em termos de concretização do investimento, deverão ser obrigatoriamente cumpridos os prazos previstos no contrato de investimento.

Sem prejuízo da verificação de casos de força maior ou de alteração das circunstâncias, o Município de Braga poderá resolver o Contrato:

a) Em caso de não cumprimento pela ITEC dos objetivos e obrigações que lhe estão fixados nos termos e condições do contrato de investimento;

b) Caso a ITEC não mantenha esta iniciativa empresarial no Concelho de Braga por um prazo no mínimo igual a 10 anos.

Constituirão também fundamento de resolução a prestação pela ITEC de informações falsas sobre a sua situação ou viciação de dados fornecidos na apresentação, apreciação e acompanhamento do Projeto. O não cumprimento pela ITEC de qualquer dos objetivos ou obrigações que lhe estão fixados nos termos e condições do contrato de investimento anexo, implicará a declaração de caducidade de todos os Incentivos Tributários concedidos e ainda a obrigação de, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da respetiva notificação e independentemente do tempo entretanto decorrido desde a data da verificação dos respetivos factos geradores de tributo, o beneficiário do incentivo pagar as importâncias correspondentes às receitas tributárias não arrecadadas, acrescidas do juro compensatório correspondente à taxa dos juros legais fixados nos termos do n.º 1 do artigo 559.º do Código Civil, procedendo-se, na falta de pagamento dentro daquele prazo de 30 (trinta) dias, à cobrança coerciva.

7. Proposta



Propõe-se a atribuição dos seguintes incentivos à ITEC:

- a) Incentivos sobre o valor bruto do IMI de redução de 59,5%, pelo período de 3 anos (segundo a fórmula de cálculo do regulamento de incentivos e com base no plano de investimento em anexo);
- b) Incentivos sobre o valor bruto do IMT de redução de 59,5% (segundo a fórmula de cálculo do regulamento de incentivos e com base no plano de investimento em anexo);
- c) Incentivos sobre o valor das taxas municipais a pagar, nos termos do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, de redução de 59,5% (segundo a fórmula de cálculo do regulamento de incentivos e com base no plano de investimento em anexo).

Propõe-se também a aprovação da declaração de interesse económico deste projeto e da minuta do contrato de investimento.



CONCEDIDO
04.04.2018
[assinatura]

Declaração de interesse económico

O projeto de investimento apresentado pela Iberiana Technical, Lda. visa a aquisição de terrenos e construção de novas instalações.

A requerente tem projetado um investimento no Concelho de Braga, para construção de um edifício, destinado a indústria tipo 3, com um valor global de 3.500.000€. Este investimento envolve a aquisição de terrenos, a construção de novas instalações com uma área bruta de construção de 5000m² e uma área edificada de 4500m², bem como a contratação de pessoal qualificado e a criação de departamentos de I&D.

A requerente compromete-se a criar, no espaço temporal máximo de 3 anos, que corresponde ao tempo de implementação do projeto, 14 postos de trabalho em regime de full-time e manter os atuais 33 colaboradores.

A ITEC vem desenvolvendo a sua atividade nas áreas da Eletrónica, Plásticos e Assemblagem de Processos, e trabalha com as maiores empresas de referência do setor automóvel em vários países, destacando-se por ser o maior fornecedor de soluções de engenharia para alguns dos processos mais complexos da BOSCH CAR MULTIMEDIA, nas fábricas de Braga, Penang (Malásia) e Suzhou (China).

A requerente quer nos próximos anos reforçar a sua posição no mercado nacional e internacional e atingir os seguintes objetivos: triplicar a área de produção; duplicar a área de engenharia e logística; criar laboratórios de ensaio e metrologia, bem como uma unidade de desenvolvimento de soluções de visão artificial e de manufatura aditiva/subtrativa e aumentar o volume de vendas em 40%. Quanto ao reforço internacional pretende criar uma unidade de negócio na Ásia e aumentar 50% a taxa de exportação. A estratégia de crescimento da empresa implica a criação de novas áreas de negócio, o reforço da sua atividade de I&D, a criação de produtos próprios e o apoio à criação de startups.

Paralelamente a esta fase de edificação da nova infraestrutura estão a preparar uma candidatura a um projecto PT2020 – Programa Interface, em co-promoção com a BOSCH CM e outras entidades de ID locais (INL, UM e CCG). Entre outros, este projeto prevê um forte investimento em software, visão artificial, robótica, materiais inteligentes (sensores), realidade aumentada e manufatura aditiva/subtrativa.

No que respeita ao previsto na alínea a) do n.º1 do artigo 7.º do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município de Braga, consideramos que o investimento projetado contribui para a valorização da estrutura económica e empresarial do Concelho, dado o elevado valor de investimento envolvido, no valor de 3.500.000,00 a realizar num período máximo de 36 meses.



Relativamente ao previsto na alínea d) do referido número, entendemos que, com este investimento, a promotora assegura o reforço da competitividade da empresa e da economia do Concelho, quer pelo aumento do emprego quer pela diversidade e complexidade dos seus produtos. É de salientar que a ITEC para responder ao crescimento que se verifica no sector da indústria automóvel em geral e, no caso particular da BOSH CAR MULTIMEDIA, principal cliente, tem vindo a trabalhar num plano de crescimento e expansão assente no aumento da capacidade de produção, na criação de unidades de I&D, nomeadamente no desenvolvimento na área da robótica, da visão artificial e na criação de laboratórios dedicados à manufatura aditiva/subtrativa e testes de aplicações.

Pelos dados analisados, o parecer técnico sobre o Interesse Económico do projeto de investimento apresentado pela ITEC é favorável, tendo em conta o contributo que dará para a competitividade, com foco na investigação e no desenvolvimento da estrutura empresarial do Município, bem como para a criação de novos postos de trabalho, maioritariamente qualificado, e para o aumento crescente das exportações do Município.

Reference.

Ana Ferreira



CONTRATO DE INVESTIMENTO

ENTRE,

MUNICÍPIO DE BRAGA, pessoa coletiva de Direito Público n.º 506 901 173, com sede na Praça do Município, 4730-749 Braga, neste ato representada pelo Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, designado para efeitos do presente contrato por MB;

IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., pessoa coletiva n.º 504 807 706, com sede na Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves, Apartado 60, 4711-909 Braga, neste ato representada pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração, Carlos Nuno Alves de Oliveira, designada para efeitos do presente contrato por InvestBraga;

E

IBERIANA TECHNICAL, LDA, pessoa coletiva n.º 507672828, com sede na Rua da Quintã, n.º 13, 4700-023 Braga, freguesia de Frossos, concelho de Braga, neste ato representada pelo senhor Gerente, Carlos Rodrigues, designada para efeitos do presente contrato por ITEC;

CONSIDERANDO QUE

- A. Os Municípios dispõem de atribuições no domínio da promoção do desenvolvimento, de acordo com o disposto no artigo 23.º, n.º 2, alínea m), da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- B. Para execução das referidas atribuições são outorgadas aos órgãos municipais competências ao nível do apoio à captação e fixação de empresas, emprego e investimento nos respetivos Concelhos, previstas nos artigos 25.º, n.º 2, alínea k), e 33.º, n.º 1, alíneas o), r) e u) da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro;
- C. A InvestBraga é uma empresa local, cujo capital social é integralmente detido pelo MB, que tem por objeto a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, por delegação da Câmara Municipal de Braga,

através da prossecução de atividades com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais ou estrangeiros;

- E. A ITEC pretende realizar um investimento, no Concelho de Braga, no valor de 3.500.000,00 € (três milhões e quinhentos mil euros). Este investimento envolve a aquisição de terrenos e construção de novas instalações.
- F. O investimento referido no considerando anterior irá criar 14 novos postos de trabalho em regime de full-time num prazo de três anos e manter 33 atuais postos de trabalho.
- G. O MB e a InvestBraga reconhecem ser de importância estratégica para o desenvolvimento do Concelho a concretização do projeto acima referido, sendo que o MB declara este projeto como um projeto de interesse económico para o município;

É, de livre e boa-fé, acordado e reduzido a escrito o presente Contrato de Investimento, do qual fazem parte os considerandos supra indicados e que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CAPÍTULO I DEFINIÇÕES

CLÁUSULA 1.ª DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente Contrato de Investimento os termos e expressões abaixo indicadas têm o significado e conteúdo seguintes:

- a) Alteração das Circunstâncias («hardship») (Cláusula de Salvaguarda) – A alteração anormal das circunstâncias, inclusive de ordem económica, alheia à vontade das Partes e em que estas fundaram a vontade de estabelecer o presente Contrato de Investimento, tornando mais onerosa a execução do contrato, embora não impossível, proporcionando a possibilidade de revisão unilateral ou a resolução do contrato, nos termos previstos no presente contrato;
- b) Anexos – Os documentos identificados na cláusula 11.ª, cujo conteúdo faz parte integrante do presente Contrato;
- c) Contrato – O presente Contrato de Investimento, incluindo todos os seus Anexos;

- d) Força Maior – Facto natural ou situação imprevisível e inevitável cujos efeitos se produzam independentemente da vontade ou das circunstâncias próprias da InvestBraga, do MB e da ITEC e que impeçam a realização dos objetivos do Contrato e/ou cumprimento das obrigações das Partes;
- e) Incentivos – Conjunto de investimentos, apoios e benefícios concedidos pelo MB à ITEC;
- f) Partes – A InvestBraga, o MB e a ITEC;
- g) Projeto – aquisição de terrenos e construção de novas instalações, de acordo com o Plano de Investimento que constitui o Anexo II ao presente Contrato;
- h) Período do Investimento – O período compreendido entre a data da assinatura do presente Contrato e o período subsequente de 3 (três) anos;
- i) Vigência do Acordo – Período correspondente ao Período do Investimento.

CAPÍTULO II CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

CLÁUSULA 2.ª OBJETIVOS DO PROJETO

1. Constituem objetivos do Projeto:

- a) A realização pela ITEC de um investimento, no Concelho de Braga, no valor de 3.500.000,00 € (três milhões e quinhentos mil euros);
- b) A aquisição de terrenos;
- c) A construção de novas instalações;
- d) A criação de 14 postos de trabalho em regime de full-time num prazo de três anos;
- e) A manutenção de 33 postos de trabalho;
- f) A criação de um departamento de I&D.

2. O cumprimento das obrigações e dos objetivos da presente Cláusula estará condicionado à não ocorrência de eventos suscetíveis de serem considerados Força Maior ou Alteração das Circunstâncias («hardship»).

3. A verificação de casos de Força Maior ou de Alteração das Circunstâncias será reconhecida por conciliação das Partes ou por recurso aos tribunais competentes da Comarca de Braga.

CLÁUSULA 3.ª

CONCRETIZAÇÃO DO PROJETO

O Projeto será concretizado pela ITEC nos termos e condições indicados no presente Contrato.

CLÁUSULA 4.ª

ACOMPANHAMENTO DO PROJETO

1. Sem prejuízo das competências legalmente atribuídas a outras entidades, incumbirá à InvestBraga a responsabilidade de assessorar, acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, devendo a ITEC fornecer-lhe todas as informações, documentos e esclarecimentos necessários e relevantes para o efeito.
2. Em qualquer caso, a ITEC, facultará, com a periodicidade anual, de motu-próprio, com início durante o 1.º trimestre do ano seguinte ao da celebração do presente contrato, ou sempre que a InvestBraga o solicitar, a documentação adequada a demonstrar que estão a ser satisfeitos os objetivos e obrigações constantes do presente Contrato, designadamente, documentos comprovativos de regularização das obrigações fiscais e para com a Segurança Social, mapas de pessoal, balanços e demonstrações de resultados ou quaisquer outros documentos contabilísticos ou de outra natureza, relativamente ao Projeto.
3. A ITEC facultará à InvestBraga, ou a qualquer outra entidade por esta nomeada, acesso aos locais de realização do Projeto.

CAPÍTULO III

OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA 5.ª

OBRIGAÇÕES DA ITEC

1. Pelo presente Contrato, e sem prejuízo do disposto noutras cláusulas contratuais, a ITEC obriga-se a:
 - a) Realizar, durante o Período do Investimento, um investimento que se estima em €3.500.000 (três milhões e quinhentos mil euros), de acordo com o Plano de Investimento incluído no Anexo II ao presente Contrato;
 - b) Alcançar os objetivos previstos na Cláusula 2.ª;
 - c) Adquirir os terrenos destinados à construção das novas instalações da empresa;

- d) Construir novas instalações com utilização de processos conformes às disposições ambientais legais em vigor, após obtenção dos licenciamentos e autorizações necessários;
- e) Afetar o edifício referido na alínea anterior ao exercício da sua atividade empresarial;
- f) Criar 14 postos de trabalho em regime de full-time num prazo de três anos;
- g) Manter os 33 atuais postos de trabalho;
- h) Desenvolver a sua atividade, pelo período de pelo menos 10 (dez) anos, no Concelho de Braga;
- i) Cumprir com as suas obrigações fiscais e perante a Segurança Social;
- j) Fornecer à InvestBraga e ao MB, sempre que solicitado e no prazo de 10 (dez) dias a contar da receção do pedido, os documentos, elementos, informações e esclarecimentos necessários ao acompanhamento, controlo e fiscalização do presente Contrato, designadamente:
 - i. documentos comprovativos do cumprimento das obrigações fiscais;
 - ii. documentos comprovativos do cumprimento das obrigações para com segurança social;
 - iii. mapas de pessoal;
 - iv. balanços e demonstrações de resultados;
 - v. Manter uma situação financeira equilibrada;
 - vi. Dispor de contabilidade organizada de acordo com a normalização contabilística e outras disposições legais em vigor para o respetivo setor de atividade, que seja adequada às análises requeridas para apreciação e acompanhamento do Projeto e permita autonomizar os efeitos do mesmo;
 - vii. Facultar à InvestBraga e ao MB, ou a qualquer outra entidade por estes nomeada, livre acesso aos locais de realização do Projeto.

2. As obrigações previstas nas alíneas a) a f) do número 1 da presente cláusula devem ser executadas no prazo máximo de 36 (trinta e seis) meses a contar da data da assinatura do presente Contrato.

CLÁUSULA 6.ª

INCENTIVOS A CONCEDER PELO MB

1. Sob condição de aprovação pela Assembleia Municipal de Braga, a ITEC beneficiará dos seguintes incentivos ao investimento:

- a) Incentivos sobre o valor bruto do IMI de redução de 59,5%, pelo período de 3 (três) anos (segundo a fórmula de cálculo do regulamento de incentivos e com base no plano de investimento em anexo);
- b) Incentivos sobre o valor bruto do IMT de redução de 59,5% (segundo a fórmula de cálculo do regulamento de incentivos e com base no plano de investimento em anexo);
- c) Incentivos sobre o valor das taxas municipais a pagar, nos termos do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais, de redução de 59,5% (segundo a fórmula de cálculo do regulamento de incentivos e com base no plano de investimento em anexo).

2. Sem prejuízo do estabelecido no n.º 2 do artigo 8º do Código do IMI, os incentivos referidos na al. a) do número anterior não poderão entrar em vigor antes da obtenção dos necessários licenciamentos e autorizações urbanísticas.
3. Os incentivos referidos no número 1 assumem a natureza de auxílios de *minimis*, sendo seu pressuposto o cumprimento do respetivo regime legal. Em caso de incumprimento do regime legal, ficam sem efeito os incentivos, sem que daí resulte qualquer tipo de responsabilidade para o MB, nem para a InvestBraga.
4. Sem prejuízo do disposto na cláusula 8.ª, o não cumprimento pela ITEC de qualquer dos objetivos ou obrigações que lhe estão fixados nos termos e condições deste Contrato e respetivos Anexos, implicará a declaração de caducidade de todos os Incentivos Tributários concedidos e ainda a obrigação de, no prazo de 30 (trinta) dias a contar da data da respetiva notificação e independentemente do tempo entretanto decorrido desde a data da verificação dos respetivos factos geradores de tributo, a ITEC a pagar as importâncias correspondentes às receitas tributárias não arrecadadas, acrescidas do juro compensatório correspondente à taxa dos juros legais fixados nos termos do n.º 1 do artigo 559.º do Código Civil, procedendo-se, na falta de pagamento dentro daquele prazo de 30 (trinta) dias, à cobrança coerciva.
5. O juro compensatório referido no número anterior é contado desde o dia imediato ao último do respetivo prazo normal de pagamento.

CAPÍTULO IV

ARTICULAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES E INCUMPRIMENTO DO CONTRATO

CLÁUSULA 7.ª

PRINCÍPIOS GERAIS

Os Incentivos previstos na Cláusula 6.^a constituem contrapartida do exato e pontual cumprimento pela ITEC dos objetivos e obrigações fixadas nos termos e condições constantes do presente Contrato e Anexos.

CLÁUSULA 8.^a

INCUMPRIMENTO PELA ITEC

1. Sem prejuízo do disposto na legislação em vigor, no número 2 da Cláusula 2.^a, no número 3 da cláusula 6.^a, e no número seguinte da presente Cláusula, no caso de não cumprimento pela ITEC de qualquer dos objetivos ou de qualquer das obrigações que lhe estão fixados nos termos e condições deste Contrato e respetivos Anexos, o MB, mediante comunicação enviada à ITEC, poderá resolver o Contrato, independentemente de qualquer interpelação, tendo direito, designadamente, ao pagamento pela ITEC do montante correspondente às receitas tributárias, provenientes da cobrança dos impostos a cuja receita o MB tem direito (designadamente o imposto municipal sobre imóveis, o imposto municipal sobre as transmissões onerosas de imóveis e a derrama), geradas pelo Projeto, proporcional ao período de tempo que medeia entre a data da resolução do Contrato até ao termo do Período do Investimento.
2. Sem prejuízo do disposto no número 1, constituem também fundamento de resolução a prestação pela ITEC de informações falsas sobre a sua situação ou viciação de dados fornecidos na apresentação, apreciação e acompanhamento do Projeto.
3. A comunicação da decisão de resolução referida no número 1 produz efeitos imediatos, independentemente de qualquer outra formalidade.

CAPÍTULO V

INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO, APLICAÇÃO DO CONTRATO DE INVESTIMENTO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

CLÁUSULA 9.^a

PRINCÍPIO GERAL

Sempre que entre as Partes Contratantes se suscitem dúvidas quanto à interpretação, aplicação ou integração do presente Contrato ou se suscitar litígio ou situação de Força Maior ou de Alteração das Circunstâncias, aquelas envidarão os melhores esforços para obter o acordo ou resolverem amigavelmente as divergências ou litígios.

CLÁUSULA 10.ª

FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios emergentes do presente Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 11.ª

ANEXOS

Fazem parte integrante do Contrato, para todos os efeitos legais e contratuais, os seguintes Anexos:

Anexo I: Declaração de Candidatura no âmbito do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município de Braga;

Anexo II: Plano de Investimento;

Anexo III: Planta dos locais de implementação do projeto.

CLÁUSULA 12.ª

COMUNICAÇÕES

1. Quaisquer comunicações ou notificações previstas no Contrato, salvo disposição específica em contrário, serão sempre efetuadas por escrito e remetidas:

- a. Em mão, desde que comprovadas por protocolo;
- b. Por telefax, desde que comprovado por “Recibo de transmissão ininterrupta”;
- c. Por correio registado com aviso de receção.

2. Consideram-se, para efeitos do presente Contrato, como domicílios das Partes, as seguintes moradas e postos de receção:

a) InvestBraga

Att. Sr. Presidente do Conselho de Administração da IB – Agência para a Dinamização Económica, EM

Eng. Carlos Nuno Alves de Oliveira

Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves, Apartado 60, 4711-909 Braga

b) MB

Att. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga
Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio
Praça do Município, 4730-749 Braga

c) ITEC

Att. Sr. Gerente
Eng. Carlos Rodrigues
Rua da Quintã, n.º 13, Frossos, 4700-023 Braga

3. As Partes poderão alterar os seus domicílios indicados, mediante comunicação prévia dirigida à outra Parte, com a antecedência não inferior a 3 (três) dias, sob pena de considerarem efetuadas as comunicações ou notificações realizadas para os domicílios referidos no número 2.

4. As comunicações ou notificações feitas nos termos dos números anteriores consideram-se efetuadas ainda que sejam rejeitadas, ou venham devolvidas por não terem sido reclamadas na estação dos correios.

CLÁUSULA 13.ª

PRAZOS E SUA CONTAGEM

Os prazos fixados no presente Contrato contam-se em dias seguidos de calendário, salvo se contiverem indicação expressa em dias úteis.

CLÁUSULA 14.ª

PRAZO E EFICÁCIA

1. Sem prejuízo do disposto no número 2 da presente Cláusula, o presente Contrato entra em vigor e produz efeitos a partir da data da sua assinatura.
2. O presente Contrato será válido desde a data da sua celebração até ao termo do período de Vigência do Acordo, previsto na alínea i) da Cláusula 1.ª, se entretanto não for revogado ou resolvido.

Feito em Braga, aos ____ dias do mês de _____ de _____, em 3 exemplares.

Pela InvestBraga

Pelo MUNICÍPIO DE BRAGA

Pela ITEC

ANEXO I

**DECLARAÇÃO DE CANDIDATURA NO ÂMBITO DO REGULAMENTO DE
CONCESSÃO DE INCENTIVOS AO INVESTIMENTO DO MUNICÍPIO DE
BRAGA**



Candidatura no Âmbito do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento

DECLARAÇÃO

Braga, 04/08/2017

Exmo. Senhor Presidente da InvestBraga,

Iberiana Technical Lda, pessoa coletiva n.º 507672828, com o capital social integralmente realizado de 100000 euros, com sede na Rua da Quintã, 13, freguesia de Frossos, concelho de Braga, registada na Conservatória do Registo Comercial de Braga, sob o n.º 507672828, representada neste ato por Sócios Gerentes e com poderes para o ato, vem apresentar a sua candidatura no âmbito do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento (Regulamento), nos seguintes termos:

1. Declara que pretende realizar no Concelho de Braga um investimento com as seguintes características (conforme projeto de investimento que se junta, em anexo, como documento n.º 1):

- a. Valor de investimento: 3000000 euros;
- b. Número de postos de trabalho a criar/manter: 12;
- c. Setor de atividade: Engenharia e Automação Industrial;
- d. Tempo de implementação do projeto: 3 anos;

e. [outros aspetos considerados relevantes para efeitos do artigo 7.º do Regulamento].

Para além dos postos de trabalho a criar, pretende-se manter os 33 colaboradores atuais. Como nota adicional, acrescenta-se que a maioria dos postos de trabalho a criar serão de qualificação superior (mestrados e doutorados) em áreas como, software, mecânica eletrónica e biomédica.

2. Para os devidos efeitos, declara que:

- a. tem a sua situação regularizada relativamente a contribuições para a segurança social em Portugal ou no Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o estabelecimento principal da empresa;
- b. tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ao Estado Português ou ao Estado de que sejam nacionais ou no qual se situe o estabelecimento principal da empresa;
- c. tem a sua situação regularizada relativamente a dívidas por impostos ou de qualquer outra natureza ao Município de Braga;
- d. cumpre as condições legais necessárias ao exercício da respectiva atividade, nomeadamente em matéria de licenciamento;
- e. apresenta uma situação económico-financeira equilibrada ou, tratando-se de projetos de investimento de elevada densidade tecnológica, demonstrem ter capacidade e evidências de financiamento do projeto de investimento.
- f. não se encontra em estado de insolvência, de liquidação ou de cessação de atividade, nem tem o respetivo processo pendente.
- g. não é uma empresa em dificuldade, de acordo com a definição prevista no artigo 2.º do Regulamento (EU) n.º 651/2014, de 16 de junho.
- h. apresenta um projeto de investimento que contempla a criação ou manutenção de, no mínimo, 10 postos de trabalho ou um montante de investimento não inferior a 250.000 €;

3. Declara ainda que conhece e aceita os termos do Regulamento.

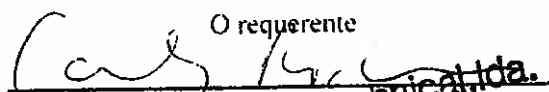

4. Requer apoio ao projeto de investimento materializado na concessão dos seguintes incentivos:

☒ Isenção, total ou parcial, de taxas municipais, nos termos do Regulamento Municipal de Taxas e Licenças Municipais;

☒ Concessão de benefícios fiscais nos impostos a cuja receita o Município tenha direito, nos termos da lei e do presente regulamento.

Nota: serão remetidos todos os respetivos comprovativos solicitados na sequência da submissão da candidatura

Pede deferimento

O requerente



ANEXO II

PLANO DE INVESTIMENTO

Plano de expansão 2018 – 2020

Enquadramento

O ano de 2016, apesar das condições económicas desfavoráveis e do abrandamento da produção automóvel em Portugal, revelou-se muito positivo para a ITEC, sendo de destacar:

- a) O volume de negócios aumentou exponencialmente relativamente a 2015, registando um aumento de cerca de 106% (melhor ano de atividade da empresa), permitindo desta forma o aumento da produção e garantindo a consistência do crescimento do volume de negócios alcançado dos anos anteriores;
- b) No ano de 2016, foi possível aumentar o número de postos de trabalho, com especial incidência para contratos sem termo;
- c) A Entidade promoveu a melhoria da estrutura informática e a organização dos armazéns, possibilitando assim um rigoroso processo de inventário físico e posição permanente de cada projeto;
- d) Foi efetuado um investimento na área de produção, com a criação de um novo espaço nas nossas instalações para aumentar a área de laboração, de forma a corresponder ao aumento dos postos de trabalho e acomodação de pessoas e bens.

Após ter registado um crescimento razoável no triénio de 2013 a 2015, a atividade da ITEC teve em 2016 um crescimento exponencial fruto da experiência acumulada e credibilidade junto dos nossos clientes alcançada nos anos anteriores. Mesmo contra todas as adversidades do mercado e da crise económica instalada, tivemos nestes 4 últimos anos uma oportunidade para a realização de novos investimentos e para um aumento substancial do volume de negócios. Este aumento, no entanto, exige um controlo cada vez maior do processo de produção, dos custos associados e das margens de comercialização, factos com os quais toda a organização se encontra comprometida.

De realçar que, fruto da experiência acumulada e respondendo às exigências do mercado, a ITEC tem centrado a sua atividade no desenvolvimento e fabrico de máquinas e equipamentos para a indústria eletrónica e de automóveis, inter-relacionados ou interdependentes em termos da sua conceção, tecnologia e função ou do seu propósito ou uso final. Os projetos em que a empresa se tem centrado envolvem a construção de equipamentos de partes complexas, para fábricas de elevada performance e exigências tecnológicas, passando por processos de automação industrial, aparafusamento, montagem, doseamento de fluidos, proteção ESD e desenvolvimento de linhas de montagem automáticas ou manuais.

De realçar também, o cariz eminentemente exportador dos principais clientes da ITEC, razão pela qual a entidade, apesar da baixa taxa de exportação direta, poderá ser considerada uma exportadora indireta.

Embora sem grandes alterações ao nível dos principais clientes, a diversidade e complexidade dos nossos produtos tem vindo a aumentar, e a dependência da ITEC face a alguns clientes é cada vez menor, o que em muito contribuiu o projeto de internacionalização levado a cabo em anos anteriores, que permitiu à empresa alargar horizontes, tanto a nível nacional, como internacional e posicionar-se junto dos principais operadores.

Plano de expansão

Para acompanhar e responder ao crescimento pujante que se verifica no sector da indústria automóvel em geral, e em particular no caso da BOSCH Car Multimedia (cliente com mais peso no volume de negócios da ITEC), a ITEC tem vindo a trabalhar num plano de crescimento e expansão, assente em quatro vertentes:

- Aumento da capacidade de produção;
- Criação de unidade de desenvolvimento na área de robótica e visão artificial;
- Criação de laboratório de manufatura Aditiva / Subtrativa e testes de aplicações;
- Aumento da taxa de exportação;
- Desmaterialização de processos;

Este plano de expansão prevê um conjunto de investimentos, passando por:

- Aquisição de terreno e construção de novas instalações;
- Aquisição de equipamento específico para as actividades de engenharia;
- Contratação de pessoal qualificado;
- Criação de departamento de I&D;

Para fazer face a estes novos desafios e a pensar na complexidade e dimensão crescente que se tem verificado ao nível dos projectos de engenharia, a principal e primeira acção a tomar será a construção de um novo edifício que possa albergar todas estas novas unidades, dimensionado a pensar no crescimento expectável dos próximos anos. Este novo edifício terá uma área de construção bruta de cerca de 5.000m², implantados em 4500m². Em anexo são fornecidos todos os elementos não só da área de implantação, como também detalhes das zonas a edificar.

Paralelamente a esta fase de edificação da nova infraestrutura está a ser preparada uma candidatura a um projecto PT2020 – Programa Interface, em co-promoção com a a BOSCH CM e outras entidades de ID locais (INL, UM e CCG). Entre outros, este projecto prevê um forte investimento em software, visão artificial, robótica, materiais inteligentes (sensores), realidade aumentada e manufatura aditiva/subtrativa.

Naturalmente que para acompanhar as novas unidades de negócio, aumento de produção e centro de ID, está prevista a contratação de novos recursos humanos, mantendo sempre como base os quadros atuais e na perspectiva de contratos sem ou a longo termo, como é prática habitual da empresa. Partindo destes pressupostos, e pensando no horizonte 2018-2020, o reforço previsível dos quadros actuais terá a seguinte distribuição:

2018	Nível de qualificação			
	4	6	7	8
Software		1	1	1
Mecânica			2	
Visão			1	
Produção	2			
Administrativo	1	2		

2019	Nível de qualificação			
	4	6	7	8
Software			1	
Mecânica				
Visão				
Produção	2			
Administrativo				

Considerando todos os elementos supra referidos, é expectável que o investimento global da ITEC supere os 3,5 M€, distribuídos pelas seguintes fases:

	2017		2018		2019		2020	
	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.	1º sem.	2º sem.
Aquisição de terreno								
Projecto arquitectura								
Construção edifício								
PT2020 I&D								
PT2020 Inovação Produtiva								

Como nota final, fica a ressalva de que a ITEC poderá considerar outros investimentos em áreas de negócio que se julguem oportunas, não só para dar resposta a tendências do mercado, como também possam contribuir para o crescimento sustentável da empresa.

ANEXO III

PLANTA DOS LOCAIS DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

AVALIAÇÃO DE INCIDÊNCIAS TERRITORIAIS

INTRODUÇÃO

O presente relatório pretende avaliar as incidências no território do empreendimento que a firma IBERIANA TECHNICAL, LDA, NIPC 507672828, com sede na rua da Quintã, Lote 13, Frossos, Braga, pretende levar a efeito na rua da Veiga, União de Freguesias de Lomar e Arcos, Braga. A parcela de terreno onde se pretende implantar o empreendimento industrial tem a área de 39.337m².

De acordo com a alínea a) do nº 1 do artigo 32º do regulamento do PDM do concelho de Braga, tendo em vista a proposta de reconhecimento de interesse público estratégico por parte do Município para o empreendimento previsto, elaboramos o presente estudo de incidências territoriais.

Uma vez que não existe legislação própria que determine as condições e parâmetros para a elaboração deste tipo de estudo, tivemos por base legislação similar sobre planos e projectos de outra índole. Embora tenham outra dimensão e abrangência, bem como outras condicionantes e objectivos de protecção como a Rede Natura, fizemos as devidas adaptações ao caso em estudo, de relevância e impacto muito diferente.



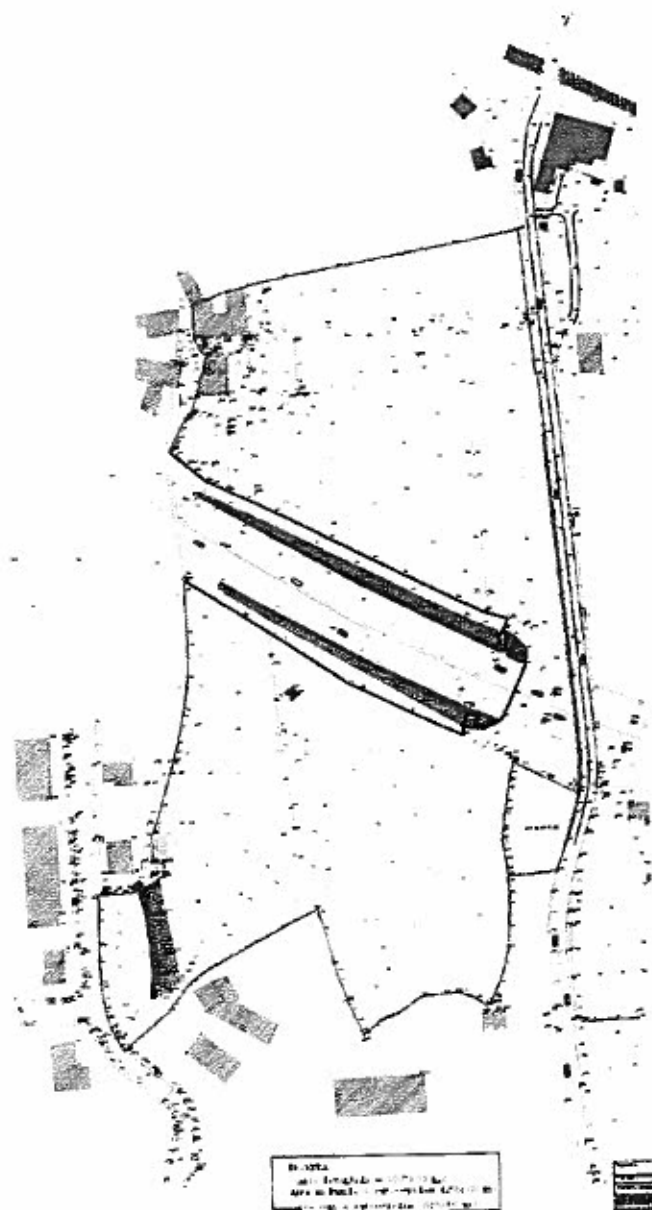
Localização: 41º 31' 02.17"N; 8º 26' 06.67"W



Limite da parcela antes da cedência para a autoestrada



Limite da parcela após a cedência para a autoestrada



Levantamento topográfico

A - Incidências funcionais

As incidências territoriais ao nível funcional visam avaliar o impacto previsto do empreendimento no desenvolvimento da sua actividade, analisando as vertentes mais significativas de forma objectiva, de modo a facultar elementos para uma ponderação efectiva da real incidência do equipamento no território, ao nível do local onde se insere.

A relação do empreendimento com a envolvente, a todos os níveis e, neste caso, ao nível das funções que ali se desenvolvem e coabitam é fundamental para averiguar

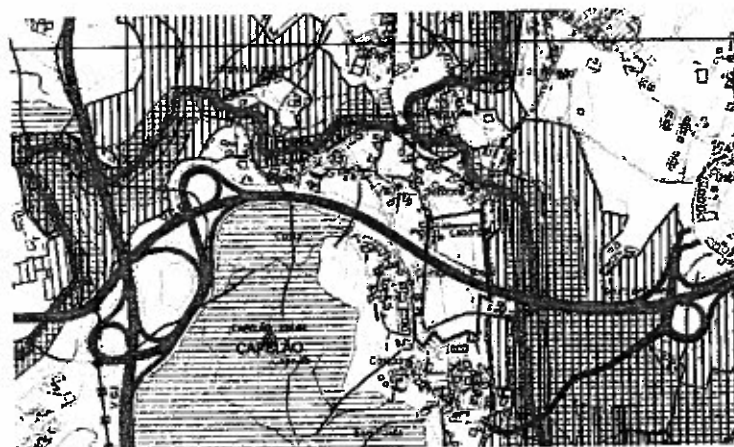
da possibilidade da sua integração, sem prejudicar e até contribuir para melhorias significativas para todos os actores que, no local, desenvolvem as suas actividades.

Poderemos também aferir do grau de perturbação ou de incremento das actividades já desenvolvidas no local. Veremos a incidência dominante e, desta forma, estaremos em condições de fazer um juízo de valor acerca da pertinência da instalação deste empreendimento no local.

1. Classificação e qualificação do solo no Plano Director Municipal



Planta de Ordenamento



Planta de condicionantes

No Plano Director Municipal, o terreno, que integra a parcela em causa, está classificado como solo urbano e rural. O solo urbano ocupa as áreas construídas, como a casa da quinta e outras construções de apoio. Ocupa também áreas que constituem prolongamento e colmatção de áreas edificadas. O solo rural ocupa a área central da parcela e uma parte que confronta com a EN 309.

Quanto a qualificação, o solo urbano integra as categorias de espaço residencial 5 e espaços de baixa densidade 2. O solo rural integra espaços agrícolas. Não existe qualquer reserva nacional sobre o terreno como condicionante.

A estrutura, fortemente marcante e condicionadora, é a autoestrada que cruzou a propriedade sensivelmente a meio. O impacto desta infraestrutura é brutal. Em grande parte, apoia no terreno, outra parte, menor, foi construída em viaduto.

A presença desta via rápida alterou por completo a tipologia, a morfologia e a vivência desta quinta. A sua essência alterou-se radicalmente. Perdeu o seu carácter e a sua identidade. De uma quinta marcadamente de exploração agrícola e pecuária, típica do Minho, com os seus 4 hectares, com pastagens e vinha, passou a ser um espartido de terrenos. Ficou, de um lado, a casa antiga da quinta e uma parte da parcela anexa, do outro lado da autoestrada, com passagem por baixo do viaduto, uma outra parte da parcela, prestes a ver crescer silvas e mato. Junto ao caminho municipal, a Sul, uma parte da parcela destinada a construção, ladeando outras já edificadas.

As condições que reunia para o cultivo deixaram de existir. Os caminhos das águas para a rega perderam-se ou ficaram obstruídos, os caminhos rurais foram suprimidos ou alteraram-se para vias de tráfego automóvel.

Aquelas condicionantes físicas aliadas às alterações drásticas do mercado levaram ao estado actual dos terrenos. O mercado, desde que se tornou mercado comum com os outros países europeus, dificultou enormemente a actividade agrícola. A rentabilidade da produção caiu vertiginosamente, não compensando as despesas para produzir o que quer que seja.

O artigo 36º do regulamento do Plano Director Municipal estabelece o regime de edificabilidade no solo rural, espaços agrícolas. Refere que a edificabilidade é possível desde que nas seguintes condições:

- 1| A construção, ampliação ou alteração não afete negativamente a produção, a paisagem, a arquitetura e o ambiente;
- 2| As operações urbanísticas se localizem, sempre que possível, na área menos produtiva da parcela e na proximidade de construções existentes na sua envolvente, preferencialmente, numa faixa contígua aos arruamentos públicos, com 40m de afastamento máximo ao eixo da via, evitando a dispersão dos aglomerados, sem prejuízo do disposto na lei;
- 3| Exceciona-se do número anterior o caso das instalações agropecuárias;
- 4| O prédio seja servido por uma via pública com uma frente mínima de 20m;
- 5| Exceciona-se do número anterior, os casos de colmatção urbana, situação para a qual a edificação terá que se localizar numa faixa contígua aos arruamentos públicos, com 40m de afastamento máximo ao eixo da via, e terá que ficar

compreendida por duas construções existentes legais, cujo afastamento entre si seja inferior ou igual a 100m;

6| A linguagem arquitetónica, a configuração volumétrica da construção e da cobertura, bem como os materiais a aplicar ao edificado, devem garantir uma adequada inserção no contexto arquitetónico, urbanístico e paisagístico em que se insere a intervenção”.

2. Função do empreendimento da ITEC

A função desta unidade visa a concepção e produção de máquinas especializadas, na prossecução de determinada tarefa mecânica. São produzidos por encomenda conforme as necessidades dos clientes, grandes empresas da área tecnológica, nacionais e estrangeiras. O trabalho de transformação é basicamente a montagem de peças e a criação de software para comandar essas máquinas ou robots.

Quanto ao movimento diário de viaturas, verificamos que haverá, entrada de trabalhadores pela manhã, saída de trabalhadores pelo fim da tarde.

Partida e chegada de técnicos que vão ao local onde o cliente precisa da máquina para estudarem as funções que a nova máquina terá de executar.

Chegada e partida de carrinhas e/ou pequenos camiões que transportam peças.

Pontualmente, chegada e partida de carrinhas ou pequeno camião para carregar a máquina produzida e levá-la ao destino.

A ITEC precisa de uma área edificada de 4000m² de construção, sendo que a área de implantação será de 3000m². A construção que é necessário levar a cabo não afeta negativamente a produção agrícola, porque efectivamente o solo, por força das alterações acima descritas, não possui as características que tinha para produção.

A intervenção não afecta a paisagem, nem a arquitetura e nem o ambiente, como veremos abaixo, porque a topografia do terreno permite receber a edificação de modo a que a paisagem actual do local não fique prejudicada pela presença do volume a construir. O local está fortemente marcado pela passagem da autoestrada. A edificação surgirá junto àquela infraestrutura de grande impacto, imediatamente a seguir à sua área de protecção. Ficará em grande parte embutida no terreno. Com uma céncea que não ultrapassará os dois pisos acima da cota de soleira, a presença da obra de arte em viaduto que suporta a autoestrada será sempre muito superior em altura e em impacto.

A operação urbanística que se pretende localizar-se-á na área menos produtiva da parcela, na proximidade de construções existentes na sua envolvente. Será implantada, numa faixa contígua ao arruamentos público, a EN 309, no espaço vazio entre esta via, a autoestrada e as edificações a Sul e Poente, evitando a dispersão dos aglomerados.

O prédio é servido por uma via pública, com uma frente de 220m com estrada nacional 309;

A edificação a erigir será uma peça importante na colmatação urbana e ocupação do território, como referimos, por vir preencher um espaço vazio circundado por habitações a Norte, Sul e Poente, com a estrada nacional 309 a Nascente e com a autoestrada sensivelmente a meio da propriedade, no sentido Nascente - Poente.

A linguagem arquitetónica, a configuração volumétrica da construção e da cobertura, bem como os materiais a aplicar ao edificado, garantem uma adequada inserção no contexto arquitetónico, urbanístico e paisagístico em que a intervenção se localiza.

A função a desenvolver pela ITEC na nova unidade cuja edificação pretende neste espaço, adequa-se ao local, não perturba nem prejudica as vivências actuais que ali se verificam. Antes, a sua presença será um factor de agregação e consolidação daquela área residencial pela integração e interacção, desde logo pelos postos de trabalho criados e pela consequente presença de novas pessoas no local durante o dia e eventualmente pela atração de novos residentes.

O desenvolvimento da actividade desta empresa não cria fluxos de tráfego elevados. Apenas os acima descritos, pontuais e distribuídos por todo o dia. A ligação franca à EN 309 permite que o tráfego se faça por esta via, não interferindo com os caminhos municipais que permitem aceder às moradias existentes nas imediações. Ainda que o acesso a este empreendimento se fizesse por essas vias secundárias, dada o reduzido volume de tráfego gerado, não constituiria qualquer constrangimento para o local.

B - Incidências ambientais

Os estudos de incidências ambientais devem enunciar os impactes locais dos projectos e das respectivas instalações acessórias, através da identificação das principais condicionantes existentes e dos descritores ambientais susceptíveis de serem afectados, bem como prever medidas de monitorização e medidas de minimização e recuperação das áreas afectadas, a implementar em fase de obra.

O estudo de incidências ambientais deverá ser desenvolvido de acordo com o tipo de projecto, contendo a respectiva caracterização e a situação de referência ambiental do local de instalação, de modo a permitir a identificação e avaliação das incidências ambientais mais significativas nas fases de construção e exploração, apontando as medidas de minimização. (Adaptado da Portaria n.º 295/2002, de 19 de Março).

O Decreto-Lei n.º 140/99, de 24 de abril, alterado pelo Decreto-Lei n.º 49/2005, de 24 de fevereiro e pelo Decreto-Lei nº 156-A/2013, de 8 de novembro, a propósito dos seus objectivos, que são “contribuir para assegurar a biodiversidade, através da conservação e do restabelecimento dos habitats naturais e da flora e fauna selvagens num estado de conservação favorável no território nacional, tendo em conta as exigências económicas, sociais e culturais, bem como as particularidades regionais e locais”, estabelece, no

âmbito daquele diploma, a definição de Análise de Incidências Ambientais, nas definições constantes no artº 3º “«Análise de incidências ambientais»: recolha e reunião de dados tendo em vista a identificação e previsão dos efeitos, nomeadamente sobre a fauna, a flora e os habitats, decorrentes de quaisquer acções, planos ou projectos, individuais ou em conjunto, com identificação ou propostas de medidas que evitem, minimizem ou compensem esses efeitos, e que é efectuada antes de ser tomada uma decisão sobre a sua execução”;

Por analogia e, *mutatis mutandis*, podemos seguir esta indicação na análise de incidências ambientais quanto ao empreendimento que aqui se solicita seja considerado estratégico para o Município de Braga.

O guia da Comissão Europeia (CE, 2011) sobre AincA – Avaliação de Incidências Ambientais sobre projectos, planos ou programas, no âmbito da rede Natura 2000, propõe o desenvolvimento de uma Avaliação de Incidências Ambientais ao longo das seguintes fases:

“1 - Análise – Processo que identifica os impactos presumivelmente exercidos num Sítio Natura 2000 por um plano ou projeto, individualmente ou em conjugação com outros planos e projetos, e que pondera se esses impactos são suscetíveis de afetar o Sítio de forma significativa;

2 - Avaliação adequada – Ponderação do impacto exercido na integridade do Sítio Natura 2000 pelo plano ou projeto, individualmente ou em conjugação com outros planos e projetos, no que se refere à estrutura e à função do Sítio e aos objetivos de conservação que ele visa; adicionalmente, se houver impactos adversos, avaliação da potencial atenuação desses impactos;

3 - Avaliação de soluções alternativas - Processo que analisa vias alternativas para alcançar os objetivos do plano ou projeto evitando impactos adversos na integridade do Sítio Natura 2000;

4 - Avaliação de impactos adversos remanescentes - Avaliação de medidas compensatórias se, à luz de uma avaliação das “razões imperativas de reconhecido interesse público” (RIRIP), se considerar que o plano ou projeto deve prosseguir. A nível nacional, foram desenvolvidas várias metodologias, desde guias de boas práticas de AIA a manuais específicos para determinadas tipologias de projetos.”

Com as necessárias adaptações podemos seguir esta metodologia. Assim quanto à recolha e reunião de dados tendo em vista a identificação e previsão dos efeitos do projecto bem como à análise dos impactos presumíveis e o grau em que afectam o local, consideramos o seguinte:

1. Solo e topografia

O solo, de acordo com a classificação dos solos de Portugal caracteriza-se por ser litólico húmico, de climas montanos. São solos pouco evoluídos de rochas não calcárias, também ditos cambissolos. É o tipo de solo próprio no Minho. Com a presença do equipamento não sofrerá qualquer alteração ou agressão. A construção será devidamente isolada do solo. Não haverá quaisquer passagens de fluídos para o mesmo. Todos os resíduos serão, de acordo com as normas em vigor, devidamente canalizados para as redes próprias.

Quanto à permeabilidade, esta estará garantida muito acima dos mínimos estipulados pelo Plano Director Municipal. A edificação ocupará apenas cerca de 3000m² de área. As zonas de circulação e estacionamento serão projectadas de forma a minimizar a impermeabilização do solo

A topografia do terreno é caracterizada por ter algum declive no sentido Poente-Nascente, descendo em direcção à EN309. Esta característica orográfica é muito benéfica para se conseguir uma integração harmoniosa da edificação e, pese embora a sua área e o seu volume, não haverá impacto negativo nas edificações contíguas – moradias unifamiliares. Na verdade, conseguir-se-á um enquadramento topográfico de encaixe ou encastramento do edifício no terreno, aproveitando o declive, em tudo favorável para uma óptima relação do edifício com a via pública habilitante, a Nascente, e reduzindo a sua presença nas vertentes Sul e Poente, onde se encontram as moradias.

2. Água

A água, como elemento fundamental integrante do ambiente tem de ser considerada nas suas diversas vertentes. A água dos lenções freáticos não sofrerá qualquer prejuízo. A infiltração e permeabilidade do solo estão garantidas. Também a sua qualidade não será colocada em causa por este equipamento quer em obra, quer depois de construído, durante a sua laboração. A água das chuvas também será mantida no seu curso e trajectos existentes. As áreas de infiltração serão garantidas. Não haverá interferência no ciclo natural da água.

3. Qualidade do Ar

A qualidade do ar não será afectada com este tipo de indústria porque se trata de uma indústria não poluente. Não haverá qualquer tipo de fumos ou libertação de gases para a atmosfera. Os trabalhos a desenvolver por esta empresa serão de índole de concepção intelectual de máquinas e de software e a subsequente assemblagem de peças para construção da máquina necessária.

4. Clima

O clima também se manterá com as mesmas características que possui actualmente. Não haverá qualquer acção prejudicial para o clima, quer durante a obra, quer durante a exploração com as actividades desenvolvidas. A aplicação de painéis solares contribuirá para esse reforço da harmonia ente o edifício e o clima, não esquecendo a questão energética cujas opções também contribuirão para o equilíbrio bioclimático.

5. Ruído

O empreendimento industrial previsto não gerará qualquer ruído especial. Visitamos as actuais instalações em laboração e foi possível constatar a inexistência de ruídos dignos de registo, quer no exterior, que no interior da unidade.

Os trabalhos desenvolvidos produzem um ruído impercetível no exterior. No interior, o ruído que testemunhamos assemelha-se ao ruído comum existente dentro de uma qualquer moradia.

C - Incidências físico-formais

As incidências do ponto de vista físico serão reduzidas. A intervenção tenderá a estabelecer uma relação harmoniosa com a envolvente. Ficará integrada mas suficientemente afastada das moradias para estabelecer com o edificado envolvente uma simbiose relacional pacífica.

A sua relação com a autoestrada será tão somente visual e de volume. A sua presença é inócua para a via, por se encontrar em cota muito abaixo da plataforma de circulação.

O projecto a conceber irá prever medidas de atenuação de alguma dissonância volumétrica entre as edificações existentes e a proposta, tendo em vista manter as características físicas do local.

As áreas, integrantes da parcela mas que ficarão livres de construção terão um tratamento adequado ao meio físico envolvente. Serão previstas zonas ajardinadas e arborizadas, em dimensão e volume que mantenha e até incremente o carácter do local.

Actualmente existe no terreno um número muito reduzido de árvores. Depois da intervenção, deseja-se que esse número seja significativamente mais elevado e com espécies autóctones.

Este espaço possui características físicas de certa ruralidade permeada com meio urbano da periferia da cidade. Existem, nas proximidades, áreas de logística, comércio e serviços e também indústria de grande dimensão, aliás, clientes da requerente, como o grupo Bosch. Esta tipologia, que congrega um pouco de todos os usos no mesmo espaço, muito frequente no nosso concelho e mesmo em todo o Norte e Centro do país, também se verifica neste local.

Com a implementação deste empreendimento, as condições físico-formais do local não serão alteradas de forma significativa. Será mais um interveniente que se implanta no território, próximo dos seus clientes e com condições necessárias à prossecução da sua acção, potenciando o desenvolvimento económico do concelho e contribuindo para a melhoria das condições de vida dos residentes.

Saliente-se que esta acção se levará a cabo sem prejuízo das condições físicas e ambientais. Esta condição é essencial em todo o estudo e desenvolvimento deste projecto.

Para a Iberiana Technical Lda não faria sentido ser de outra forma. A formação dos seus responsáveis e a cultura de respeito e defesa dos valores patrimoniais, naturais e ambientais, que perseguem garante uma preocupação inexcedível neste campo.

A empresa orgulha-se das suas responsabilidades sociais que já desenvolve e continuará a desenvolver no âmbito social, ambiental, cultural e filantrópico.

As infraestruturas existentes no local são suficientes para o desenvolvimento da acção desta empresa. Não haverá sobrecarga das infraestruturas em nenhuma dimensão, nem viária, nem de abastecimentos de água, energias ou telecomunicações. Também as infraestruturas de recolha e drenagens existentes suportam perfeitamente a presença desta indústria, dado que esta não exige drenagens específicas de efluentes industriais. Os resíduos produzidos a drenar são equivalente ao uso doméstico. As águas pluviais, como referimos, poderão infiltrar-se no vasto terreno livre permeável não constituindo uma sobrecarga.

D - Incidências paisagísticas

Em termos paisagísticos, a implementação deste empreendimento que inclui a construção de um edifício com 3.000m² de implantação e com o máximo de 2 pisos, cêrcea de 7m, a que corresponderá uma volumetria na ordem dos 21.000m³ terá um impacto controlado, como ante referimos, pela integração de grande parte desta volumetria no terreno, aproveitando o desnível topográfico e conseguindo, assim, embutir grande parte da construção.

Como também já salientamos atrás, a paisagem está muito marcada pela presença da autoestrada. Esta infraestrutura penetrou no território de forma abrupta e de modo acentuado sobre esta parcela. Depois disto, o que se conceber neste local está irremediavelmente condicionado e subordinado a esta grande obra pública.

A paisagem conta agora com aquele elemento estranho que foi obrigada a acolher. O edifício que se proporá para o local virá amenizar a presença hercúlea da dita obra. Estabelecerá uma transição de construções, fazendo a mediação entre a enormidade da autoestrada e a dimensão das moradias unifamiliares. Ao nível de harmonia de escala, a paisagem ficará a ganhar porque o edifício deste empreendimento estabelecerá um equilíbrio e uma relação visual e volumétrica entre a autoestrada e o ambiente próprio local.

Se numa visão apriorística o volume a criar seria de grande impacto, visto e enquadrado no local, torna-se, de facto um elemento integrado e apaziguador de relações estranhas criadas pelo elemento novo – a autoestrada - que ali se instalou sem qualquer preocupação de adequação e integração no local.

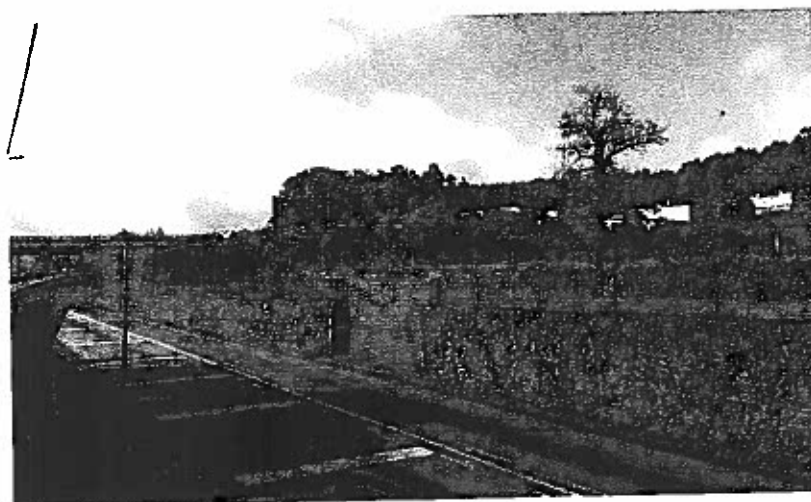
Este empreendimento constituirá também uma oportunidade de intervenção para melhorar a integração da dita via rápida. Tem também uma missão e um serviço

público nesta dimensão de relacionamento visual e volumétrico da infraestrutura pública com a natureza e idiossincrasia do local.

Nas fotos seguintes assinalamos o local da intervenção. Podemos, desta forma, avaliar a possível relação paisagística e de integração do empreendimento proposto. Vemos a sua possível relação com a autoestrada e com o edificado existente.



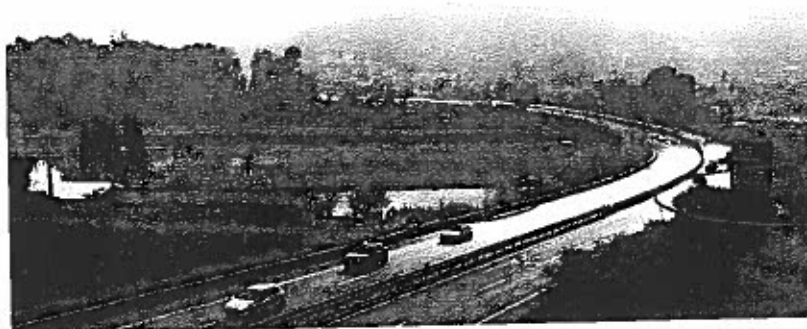
Vista de Nascente para Sul/Poente



Vista de Norte para Sul/poente



Vista de Sul para Norte/Nascente



Vista de Poente para Nascente

CONCLUSÃO

A avaliação das incidências territoriais nas dimensões abordadas, a nível funcional, ambiental, físico-formal e paisagístico é francamente positiva.

O espaço em estudo é capaz de receber este empreendimento sem ser prejudicado ou afectado negativamente. As suas características originais, alteradas há cerca de uma década, pela passagem da autoestrada, conferem-lhe essa capacidade multifacetada de receber a construção de um volume superior ao dominante no local, bem como uma função complementar e não colidente com a predominante função residencial.

Os pontos negativos gerados pela implantação do empreendimento serão mitigados pela presença e reforço de elementos autóctones, quer construídos, como muros de alvenaria de granito, quer naturais, vegetação rasteira e cortinas arbóreas.

As incidências territoriais serão marcadas por um reduzido impacto ambiental e paisagístico, estudado e que será minimizado, e pela valorização económica e social gerada, bem como pela mais-valia físico-formal da proposta.

Braga, 31 de Março de 2017,

O técnico,

Miguel Filipe Carvalho Ribeiro, arquitecto

Inscrito na Ordem dos Arquitectos sob o nº 13794



Exmo. Senhor
Sócio-Gerente da
Iberiana Technical, Lda.
Eng^o Carlos Rodrigues
Rua da Quintã, 13 - Frossos
4700-023 Braga

Braga, 7 de agosto de 2017

Assunto: Candidatura no âmbito do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município de Braga

Processo n.º RII04/2017

Exmo. Senhor,

Nos termos do artigo 8º do Regulamento de Concessão de Incentivos ao Investimento do Município de Braga, para efeito de apreciação e análise da candidatura apresentada por V. Exa., vimos solicitar o envio dos seguintes elementos:

- i) Acesso à certidão permanente da Iberiana Technical, Lda;
- ii) Certidão de não dívida às Finanças;
- iii) Certidão de não dívida à Segurança Social;
- iv) Quadro do investimento a realizar (com indicação das fases do investimento e respetivo horizonte temporal);
- v) Folha de registo dos trabalhadores da Iberiana Technical, Lda. na Segurança Social;
- vi) Matriz dos recursos humanos a contratar (com indicação do número de pessoas a contratar, indicação de se é em regime de full-time ou part-time e tipo de contrato a celebrar e respetivo horizonte temporal);
- vii) Plantas dos locais de implementação do projeto de investimento;
- viii) Cópia da escritura de compra e venda do(s) imóvel(eis)/terrenos (ou contrato de promessa de compra e venda);
- ix) Declaração de IES referente ao exercício de 2016 ou balancete atualizado do exercício a 31 de Dezembro de 2016.

Os elementos solicitados devem ser remetidos à InvestBraga no prazo máximo de 10 dias.

Com os melhores cumprimentos,



Ana Ferreira



Correspondências
Correio Registrado
Talão de Aceitação



RD 9484 7842 6 PT

Antes de preencher leia com atenção
Veja as instruções no verso

A forma mais segura de enviar documentos e objetos valiosos porque tem:

- Tratamento Especial
- Código de Barras com número de identificação único
- Controle Individual
- Cobertura por um seguro

Destinatário

Nome Smo. senhor Carlos Rodrigues

Morada Iberiana Technical, Lda.
Rua de Quinta, 13 Torres

Código Postal 4700 023 Braga

Remetente

Nome IB - Agência para a Dinamização Económica, E. II.

Morada Av. Dr. Francisco Gus Gonçalves, Apartado 60

Código Postal 4777 909 Braga

☒ **Nacional** ☐ **Internacional** ☐ **Correio Registrado Simples** ☒ **Correio Registrado**

☐ **Pre-Pagos** ☐ **Livro** ☐ **Citação Via Postal** ☐ **Notificação Via Postal**
☐ **Saco Multipostal** ☐ **Citação Via Postal 2ª Tentativa** ☐ **Notificação Via Postal Simples**

Serviços Especiais

☐ **Aviso de Receção (AR)** ☐ **Contra Reembolso (COB)** ☐ **Valor Declarado (VD)** **Peso**
☐ **Entrega ao Próprio** **C** **DTS**
☐ **Entrega ao Domicílio Saco**

Aviso Eletrónico

☐ **SMS** ☐ **E-mail**
Nº de Telemóvel **Endereço Eletrónico**

A preencher pelos CTT

Importante
Conserve este talão, será necessário em caso de pedido de informação ou reclamação.

As reclamações deverão ser apresentadas no prazo de 1 (um) ano, para o serviço nacional, e de 6 (seis) meses para o serviço internacional.

Pela internet ou pelo telefone é possível saber onde se encontra o seu Correio Registrado em determinado momento.

Este talão não serve de recibo de pagamento.

ctt.pt

Linha CTT
707 26 26 26

Das 08h às 22h, de segunda a sábado

O aceitante



Versão abril 2016 - 11637 | 4600002813 - jul 2016

713503

Acesso à Certidão Permanente



Certidão Permanente de Registos

Voltar Sair



Certidão Permanente

Código de acesso: 0255-6515-3829

A entrega deste código a qualquer entidade pública ou privada dispensa a apresentação de uma certidão em papel.(artº 75º, nº5 do Código do Registo Comercial)

Matrícula

NIPC: 507672828
Firma: IBERIANA TECHNICAL, LDA
Natureza Jurídica: SOCIEDADE POR QUOTAS
Sede: RUA DA QUINTÁ, LOTE 13
Distrito: Braga Concelho: Braga Freguesia: Merelim (São Pedro) e Frossos
4700 023 BRAGA
Objecto: Comércio, importação e exportação de material, equipamento, vestuário e acessórios de protecção para a indústria automóvel, electrónica, metalomecânica, plásticos e montagem geral. Actividades de formação profissional na área de protecção electrostática, soldadura e tecnologia electrónica. Desenvolvimento e fabrico de máquinas e sistemas e teste para a indústria automóvel, electrónica, plásticos, montagem e outras áreas não especificadas. Automação de processos industriais. Projeto e construção de linhas de montagem automáticas e manuais.
Capital: 100.000,00 Euros
CAE Principal: 46690-R3
CAE Secundário (1): 28992-R3 CAE Secundário (2): 29320-R3
Data da Encerramento do Exercício: 31 Dezembro
Forma de Obrigar: É necessária a intervenção de dois gerentes
Órgãos Sociais/Liquidatário/Administrador ou Gestor Judicial:

GERÊNCIA:

Nome: CARLOS ALBERTO CASTRO RODRIGUES
NIF/NIPC: 199020418
Cargo: gerente

Nome: ANTONIO PEDRO IGLESIAS VILA BOA
NIF/NIPC: 202061205
Cargo: gerente

Nome: PAULO JOSE POMBO COMPADRINHO
NIF/NIPC: 214894070
Cargo: gerente

Nome: VALENTINO MANUEL DE ALMEIDA PEREIRA
NIF/NIPC: 200918575
Cargo: gerente

Conservatória onde se encontram depositados os documentos: Conservatória do Registo Comercial de Braga

Os elementos constantes da matrícula não dispensam a consulta das inscrições e respectivos averbamentos e anotações porquanto são estes que definem a situação jurídica da entidade.

Inscrições - Averbamentos - Anotações

Insc.1 AP. 18/20060310 - CONTRATO DE SOCIEDADE E DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ÓRGÃO(S) SOCIAL(ES)

FIRMA: IBERIANA TECHNICAL, UNIPessoal LDA
NIPC: 507672828
NATUREZA JURÍDICA: SOCIEDADE POR QUOTAS
SEDE: AVENIDA DA IGREJA, Nº 41
Distrito: Braga Concelho: Braga Freguesia: Celeiros
4705 - 732 CELEIROS BRG
OBJECTO: Comércio, importação e exportação de material, equipamento, vestuário e acessórios de protecção para a indústria nomeadamente electrónica, metalomecânica e do calçado bem como de equipamento e vestuário de protecção electrostática. Actividades de formação profissional designadamente na área de protecção electrostática e no manuseamento do respectivo equipamento e vestuário de protecção.
CAPITAL : 5.000,00 Euros

SÓCIOS E QUOTAS:

QUOTA : 5.000,00 Euros

TITULAR: Carlos Alberto Castro Rodrigues
NIF: 199020418
Estado civil : Casado(a)
Nome do cônjuge: Cristina Manuela Puxoto dos Santos
Regime de bens : Comunhão de adquiridos
Residência: Rua Amália Rodrigues, lote 18, Fralão
Braga

FORMA DE OBRIGAR/ÓRGÃOS SOCIAIS:

Forma de obrigar: É suficiente a intervenção de um só gerente
Estrutura da gerência: Compete aos gerentes que vierem a ser designados em assembleia geral

ORGÃO(S) DESIGNADO(S):

GERÊNCIA:

Carlos Alberto Castro Rodrigues
Cargo: gerente

Data da deliberação: 10 de Março de 2006

Conservatória do Registo Comercial de Braga
O(A) Conservador(a), Maria Manuela Magalhães da Silva Neto

An.1 20060318 - Publicado em 20060318 no site
<http://www.mj.gov.pt/publicacoes>.

Conservatória do Registo Comercial de Braga
O(A) Conservador(a), Maria Manuela Magalhães da Silva Neto

Insc.2 AP. 13/20080220 11:10:48 UTC - ALTERAÇÕES AO CONTRATO DE SOCIEDADE E DESIGNAÇÃO DE MEMBRO(S) DE ÓRGÃO(S) SOCIAL(AIS)

Artigo(s) alterado(s): nº1 do artigo 1º, artigo 3º e artigo 4º

FIRMA: IBERIANA TECHNICAL, LDA
SEDE: Avenida da Igreja, nº32
Distrito: Braga Concelho: Braga Freguesia: Celeirós
4705 - 732 CELEIRÓS BRG
Data do Encerramento das Contas : 31 Dezembro

SÓCIOS E QUOTAS:

QUOTA : 1.250,00 Euros

TITULAR: Carlos Alberto Castro Rodrigues
NIF: 199020418
Estado civil : Casado(a)
Nome do cônjuge: Cristina Manuela Peixoto dos Santos
Regime de bens : Comunhão de adquiridos
Residência: Rua Amália Rodrigues, Lote 18 - Fraião
Braga

QUOTA : 1.250,00 Euros

TITULAR: António Pedro Iglésias Vila Boa
NIF: 202061205
Estado civil : Casado(a)
Nome do cônjuge: Elsa Sofia Freitas Castro
Regime de bens : Comunhão de adquiridos
Residência: Rua da Boavista, nº 306 A, 2º andar, esq - Braga (Sé)
Braga

QUOTA : 1.250,00 Euros

TITULAR: Paulo José Pombo Compadrinho
NIF: 214894070
Estado civil : Casado(a)
Nome do cônjuge: Sónia Maria Alves Bravo Compadrinho
Regime de bens : Comunhão de adquiridos
Residência: Av. da Igreja, Fracção B - Lage
Vila Verde

QUOTA : 1.250,00 Euros

TITULAR: Valentino Manuel Almeida Pereira
NIF: 200918575
Estado civil : Solteiro(a) maior
Residência: Largo S. João da Ponte, nº 63, 7º andar frente - Braga (São José de São Lázaro)
Braga

FORMA DE OBRIGAR/ÓRGÃOS SOCIAIS:

Forma de obrigar: É necessária a intervenção de dois gerentes

CONSERVATÓRIA DA SEDE:

Distrito: Braga
Concelho: Braga
Conservatória: CRC de Braga

ORGÃO(S) DESIGNADO(S):

GERÊNCIA:

Carlos Alberto Castro Rodrigues
NIF/NIPC: 199020418
Cargo: Gerente
Residência/Sede: Rua Amália Rodrigues, Lote 18 - Fraião
Braga

António Pedro Iglésias Vila Boa
NIF/NIPC: 202061205
Cargo: Gerente
Residência/Sede: Rua da Boavista, nº 306 A, 2º andar, esq - Braga (Sé)
Braga

Paulo José Pombo Compadrinho
NIF/NIPC: 214894070
Cargo: Gerente
Residência/Sede: Av. da Igreja, Fracção B - Lage
Vila Verde

	<p>Valentino Manuel Almeida Pereira NIF/NIPC: 200918575 Cargo: Gerente Residência/Sede: Largo S. João da Ponte, nº 63, 7º andar frente - Braga (São José de São Lázaro) Braga</p> <p>Data da deliberação: 15 de Fevereiro de 2008</p> <p>Conservatória do Registo Comercial de Braga O(A) Conservador(a), Maria Manuela Magalhães da Silva Neto</p> <p>An. 1 - 20080221 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes.</p> <p>Conservatória do Registo Comercial de Braga O(A) Conservador(a), Maria Manuela Magalhães da Silva Neto</p>
Insc.3	<p>AP. 22/20080227 12:31:53 UTC - AUMENTO DO CAPITAL E ALTERAÇÕES AO CONTRATO DE SOCIEDADE</p> <p>Montante do aumento : 30000.00 Euros Modalidade e forma de subscrição: Em dinheiro na proporção das respectivas quotas Capital após o aumento : 35000.00 Euros Artigo(s) alterado(s): 3º</p> <p>SÓCIOS E QUOTAS:</p> <p>QUOTA : 8.750,00 Euros</p> <p>TITULAR: CARLOS ALBERTO CASTRO RODRIGUES NIF: 199020418 Estado civil : Casado(a) Nome do cônjuge: Cristina Manuela Paixoto dos Santos Regime de bens : Comunhão de adquiridos Residência: Rua Amália Rodrigues, lote 18 - Fração Braga</p> <p>QUOTA : 8.750,00 Euros</p> <p>TITULAR: ANTÓNIO PEDRO IGLÉSIAS VILA BOA NIF: 202061205 Estado civil : Casado(a) Nome do cônjuge: Elsa Sofia Freitas Castro Regime de bens : Comunhão de adquiridos Residência: Rua da Boavista, nº 306 A, 2º esqº Braga</p> <p>QUOTA : 8.750,00 Euros</p> <p>TITULAR: PAULO JOSÉ POMBO COMPADRINHO NIF: 214894070 Estado civil : Casado(a) Nome do cônjuge: Sónia Maria Alves Bravo Compadrinho Regime de bens : Comunhão de adquiridos Residência: Av. da Igreja, fracção B - Lage Vila Verde</p> <p>QUOTA : 8.750,00 Euros</p> <p>TITULAR: VALENTINO MANUEL ALMEIDA PEREIRA NIF: 200918575 Estado civil : Solteiro(a) maior Residência: Largo S. João da Ponte, nº 63, 7º frente Braga</p> <p>CONSERVATÓRIA DA SEDE:</p> <p>Distrito: Braga Concelho: Braga Conservatória: CRC de Braga</p> <p>Conservatória do Registo Comercial de Braga O(A) Conservador(a), Maria Manuela Magalhães da Silva Neto</p> <p>An. 1 - 20080227 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes.</p> <p>Conservatória do Registo Comercial de Braga O(A) Conservador(a), Maria Manuela Magalhães da Silva Neto</p>
Insc.4	<p>AP. 25/20090223 15:04:42 UTC - ALTERAÇÕES AO CONTRATO DE SOCIEDADE</p> <p>Artigo(s) alterado(s): 1º</p> <p>SEDE: LUGAR DA TALHARINHA, LOTE 13, FRACÇÃO C Distrito: Braga Concelho: Braga Freguesia: Vimieiro 4705 - 670 BRAGA Data de Encerramento do Exercício : 31 Dezembro</p> <p>CONSERVATÓRIA DA SEDE:</p> <p>Distrito: Braga Concelho: Braga Conservatória: CRC de Braga</p> <p>Conservatória do Registo Comercial de Braga O(A) Conservador(a), Maria Manuela Magalhães da Silva Neto</p> <p>An. 1 - 20090225 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes.</p> <p>Conservatória do Registo Comercial de Braga O(A) Conservador(a), Maria Manuela Magalhães da Silva Neto</p>
Insc.5	<p>AP. 3/20111116 10:28:58 UTC - AUMENTO DO CAPITAL, REDUÇÃO DO CAPITAL E ALTERAÇÕES AO CONTRATO DE SOCIEDADE</p> <p>Montante do aumento : 365000.00 Euros Montante realizado: 365000 Modalidade e forma de subscrição: Por incorporação de reservas legais quanto ao</p>

montante de 7000,00 € e reservas livres no montante de 358000,00 €
Capital após o aumento : 400.000,00 Euros
Artigo(s) alterado(s): artº 3.

SÓCIOS E QUOTAS:

QUOTA : 91.250,00 Euros

TITULAR: CARLOS ALBERTO CASTRO RODRIGUES
NIF/NIPC: 199020418
Estado civil : Casado(a)
Nome do cônjuge: Cristina Manuela Paixoto dos Santos
Regime de bens : Comunhão de adquiridos
Residência/Sede: Rua Amália Rodrigues, lote 18, Fração 4715 - 338 Braga

QUOTA : 91.250,00 Euros

ANTONIO PEDRO IGLESIAS VILA BOA
NIF/NIPC: 202061205
Estado civil : Casado(a)
Nome do cônjuge: Elsa Sofia Freitas Castro
Regime de bens : Comunhão de adquiridos
Residência/Sede: Rua da Boavista, nº 306 A, 2º andar, esq - Braga (Sé)
4700 - 154 Braga

QUOTA : 91.250,00 Euros

PAULO JOSE POMBO COMPADRINHO
NIF/NIPC: 214894070
Estado civil : Casado(a)
Nome do cônjuge: Sónia Maria Alves Bravo Compadrinho
Regime de bens : Comunhão de adquiridos
Residência/Sede: Av. da Igreja, Fracção B - Lage
4730 - 246 Vila Verde

QUOTA : 91.250,00 Euros

TITULAR: VALENTINO MANUEL DE ALMEIDA PEREIRA
NIF/NIPC: 200918575
Estado civil : Solteiro(a) maior
Residência/Sede: Largo S. João da Ponte, nº 63, 7º andar frente
4700 - 154 Braga

Montante da redução : 350000,00 Euros
Finalidade: Para libertação de excesso de capital
Data da deliberação: 27 de Junho de 2011
CAPITAL APÓS A REDUÇÃO : 50.000,00 Euros

QUOTA(S) E TITULAR(ES):

QUOTA : 12.500,00 Euros

TITULAR: CARLOS ALBERTO CASTRO RODRIGUES
NIF/NIPC: 199020418
Estado civil : Casado(a)
Nome do cônjuge: Cristina Manuela Paixoto dos Santos
Regime de bens : Comunhão de adquiridos
Residência/Sede: Rua Amália Rodrigues, lote 18 - Fração 4715 - 338 Braga

QUOTA : 12.500,00 Euros

ANTONIO PEDRO IGLESIAS VILA BOA
NIF/NIPC: 202061205
Estado civil : Casado(a)
Nome do cônjuge: Elsa Sofia Freitas Castro
Regime de bens : Comunhão de adquiridos
Residência/Sede: Rua da Boavista, nº 306 A, 2º esqº
4700 - 154 Braga

QUOTA : 12.500,00 Euros

TITULAR: PAULO JOSE POMBO COMPADRINHO
NIF/NIPC: 214894070
Estado civil : Casado(a)
Nome do cônjuge: Sónia Maria Alves Bravo Compadrinho
Regime de bens : Comunhão de adquiridos
Residência/Sede: Av. da Igreja, fracção B - Lage
4730 - 246 Vila Verde

QUOTA : 12.500,00 Euros

TITULAR: VALENTINO MANUEL DE ALMEIDA PEREIRA
NIF/NIPC: 200918575
Estado civil : Solteiro(a) maior
Residência/Sede: Largo S. João da Ponte, nº 63, 7º frente
4700 - 154 Braga

Artigo(s) alterado(s): artº 3

FIRMA: IBERIANA TECHNICAL, LDA
NATUREZA JURÍDICA: SOCIEDADE POR QUOTAS
Distrito: Braga Concelho: Braga Freguesia: Vimieiro

Conservatória do Registo Comercial de Braga
O(A) Conservador(a), Maria Manuela Magalhães da Silva Neto

An. 1 - 20111116 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>.
Conservatória do Registo Comercial de Braga
O(A) Conservador(a), Maria Manuela Magalhães da Silva Neto

Insc.6 AP. 14/20120222 12:38:47 UTC - ALTERAÇÕES AO CONTRATO DE SOCIEDADE

Artigo(s) alterado(s): Nº 1 do 1º

FIRMA: IBERIANA TECHNICAL, LDA

	<p>NATUREZA JURÍDICA: SOCIEDADE POR QUOTAS SEDE: RUA DA QUINTA, LOTE 13 Distrito: Braga Concelho: Braga Freguesia: Frossos 4700 - 023 BRAGA</p> <p>Conservatória do Registo Comercial de Braga O(A) Conservador(a), Maria Manuela Magalhães da Silva Neto</p> <p>An. 1 - 20120222 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes. Conservatória do Registo Comercial de Braga O(A) Conservador(a), Maria Manuela Magalhães da Silva Neto</p> <hr/> <p>Insc.7 AP. 9/20130626 11:34:03 UTC - ALTERAÇÕES AO CONTRATO DE SOCIEDADE</p> <p>Artigo(s) alterado(s): 2º</p> <p>FIRMA: IBERJANA TECHNICAL, LDA NATUREZA JURÍDICA: SOCIEDADE POR QUOTAS Distrito: Braga Concelho: Braga Freguesia: Frossos 4700 - 023 BRAGA OBJECTO: Comércio, importação e exportação de material, equipamento, vestuário e acessórios de protecção para a indústria automóvel, electrónica, metalomecânica, plásticos e montagem geral. Atividades de formação profissional na área de protecção electrostática, soldadura e tecnologia electrónica. Desenvolvimento e fabrico de máquinas e sistemas e teste para a indústria automóvel, electrónica, plásticos, montagem e outras áreas não especificadas. Automação de processos industriais. Projeto e construção de linhas de montagem automáticas e manuais.</p> <p>Conservatória do Registo Comercial de Braga O(A) Conservador(a), Maria Manuela Magalhães da Silva Neto</p> <p>An. 1 - 20130626 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes. Conservatória do Registo Comercial de Braga O(A) Conservador(a), Maria Manuela Magalhães da Silva Neto</p> <p>Av.1 OF. 20140211 - ACTUALIZADO</p> <p>Distrito: Braga Concelho: Braga Freguesia: Merelim (São Pedro) e Frossos</p> <p>Conservatória do Registo Comercial de Braga O(A) Ajudante por delegação, Maria Flora Dias de Freitas Fiúza da Rocha</p> <p>An. 1 - 20140211 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes. Conservatória do Registo Comercial de Braga O(A) Ajudante por delegação, Maria Flora Dias de Freitas Fiúza da Rocha</p> <hr/> <p>Insc.8 AP. 19/20140710 15:58:27 UTC - AUMENTO DO CAPITAL E ALTERAÇÕES AO CONTRATO DE SOCIEDADE</p> <p>Montante do aumento : 400000,00 Euros Modalidade e forma de subscrição: Mediante incorporação de reservas livres, para reforço proporcional das atuais participações dos sócios. Capital após o aumento : 450.000,00 Euros Artigo(s) alterado(s): 3º</p> <p>SÓCIOS E QUOTAS:</p> <p>QUOTA : 112.500,00 Euros</p> <p>TITULAR: CARLOS ALBERTO CASTRO RODRIGUES NIF/NIPC: 199020418 Estado civil : Casado(a) Nome do cônjuge: Cristina Manuela Peixoto dos Santos Regime de bens : Comunhão de adquiridos Residência/Sede: Rua Amália Rodrigues, lote 18 - Fração 4715 - 338 Braga</p> <p>QUOTA : 112.500,00 Euros</p> <p>TITULAR: ANTONIO PEDRO IGLESIAS VILA BOA NIF/NIPC: 202061205 Estado civil : Casado(a) Nome do cônjuge: Elsa Sofia Freitas Castro Regime de bens : Comunhão de adquiridos Residência/Sede: Rua da Boavista, nº 306 A, 2º esqº 4700 - 154 Braga</p> <p>QUOTA : 112.500,00 Euros</p> <p>TITULAR: PAULO JOSE POMBO COMPADRINHO NIF/NIPC: 214894070 Estado civil : Casado(a) Nome do cônjuge: Sónia Maria Alves Bravo Compadrinho Regime de bens : Comunhão de adquiridos Residência/Sede: Av. da Igreja, fracção B - Lage 4730 - 246 Vila Verde</p> <p>QUOTA : 112.500,00 Euros</p> <p>TITULAR: VALENTINO MANUEL DE ALMEIDA PEREIRA NIF/NIPC: 200918575 Estado civil : Solteiro(a) maior Residência/Sede: Largo S. João da Ponte, nº 63, 7º frente 4700 - 154 Braga</p> <p>Conservatória do Registo Comercial de Braga O(A) Conservador(a), Maria Manuela Magalhães da Silva Neto</p> <p>An. 1 - 20140711 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes. Conservatória do Registo Comercial de Braga O(A) Conservador(a), Maria Manuela Magalhães da Silva Neto</p> <hr/> <p>Insc.9 AP. 19/20150727 14:55:01 UTC - REDUÇÃO DO CAPITAL E ALTERAÇÕES AO CONTRATO DE SOCIEDADE</p> <p>Montante da redução : 350000,00 Euros Finalidade: Para libertação de excesso de capital</p>
--	--

Data da deliberação: 30 de junho de 2015
CAPITAL APÓS A REDUÇÃO : 100.000,00 Euros

SÓCIOS E QUOTAS:

QUOTA : 25.000,00 Euros

TITULAR: CARLOS ALBERTO CASTRO RODRIGUES
NIF/NIPC: 199020418
Estado civil : Casado(a)
Nome do cônjuge: Cristina Manuela Peixoto dos Santos
Regime de bens : Comunhão de adquiridos
Residência/Sede: Rua Amália Rodrigues, lote 18 - Fração
4715 - 338 BRAGA

QUOTA : 25.000,00 Euros

TITULAR: ANTONIO PEDRO IGLESIAS VILA BOA
NIF/NIPC: 202061205
Estado civil : Casado(a)
Nome do cônjuge: Elsa Sofia Freitas Castro
Regime de bens : Comunhão de adquiridos
Residência/Sede: Rua da Boavista, nº 306 A, 2º esqº
4700 - 154 BRAGA

QUOTA : 25.000,00 Euros

TITULAR: PAULO JOSE POMBO COMPADRINHO
NIF/NIPC: 214894070
Estado civil : Casado(a)
Nome do cônjuge: Sónia Maria Alves Bravo Compadrinho
Regime de bens : Comunhão de adquiridos
Residência/Sede: Avenida da Igreja, fracção B - Lage
4770 - 246 VILA VERDE

QUOTA : 25.000,00 Euros

TITULAR: VALENTINO MANUEL DE ALMEIDA PEREIRA
NIF/NIPC: 200918575
Estado civil : Solteiro(a) maior
Residência/Sede: Largo S. João da Ponte, nº 63, 7º frente
4700 - 154 BRAGA

Artigo(s) alterado(s): 3º

Conservatória do Registo Comercial de Braga
O(A) Conservador(a), Maria Manuela Magalhães da Silva Neto

An. 1 - 20150729 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>.
Conservatória do Registo Comercial de Braga
O(A) Conservador(a), Maria Manuela Magalhães da Silva Neto

Menções de Depósito - Anotações

Menção DEP 1594/2007-06-27 17:26:12 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL

Ano da Prestação de Contas: 2006

Requerente e Responsável pelo Registo: IBERIANA TECHNICAL UNIPessoal LDA
Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

An. 1 - 20070627 - Publicado em <http://www.mj.gov.pt/publicacoes>

Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro

Menção Dep 206/2008-02-04 10:32:58 UTC - TRANSMISSÃO DE QUOTA(S)

QUOTA(S) E SUJEITO(S) ACTIVO(S):

QUOTA : 1.250,00 Euros

Resultante da divisão da quota: 5000,00
TITULAR: António Pedro Iglesias Vila Boa
NIF: 202061205
Estado civil : Casado(a)
Nome do cônjuge: Elsa Sofia Freitas Castro
Regime de bens : Comunhão de adquiridos
Residência: Rua da Boavista, nº 306 A, 2º esquerdo, Sé
Braga

SUJEITO(S) PASSIVO(S):

Carlos Alberto Castro Rodrigues
NIF: 199020418
Estado civil : Casado(a)
Nome do cônjuge: Cristina Manuela Peixoto dos Santos
Regime de bens : Comunhão de adquiridos
Residência: Rua Amália Rodrigues, Lote 18, Fração
Braga

Requerente e Responsável pelo Registo: Carlos Alberto Castro Rodrigues

Conservatória do Registo Comercial de Braga
O(A) Escriturário(a), Alexandra Eduardo Ribeiro da Silva

Menção Dep 207/2008-02-04 10:32:58 UTC - TRANSMISSÃO DE QUOTA(S)

QUOTA(S) E SUJEITO(S) ACTIVO(S):

QUOTA : 1.250,00 Euros

Resultante da divisão da quota: 5000,00
TITULAR: Valentino Manuel Almeida Pereira
NIF: 200918575
Estado civil : Solteiro(a) maior
Residência: Largo S. João da Ponte, 63, 7º Frente, S. Lázaro

	<p>Braga</p> <p>SUJEITO(S) PASSIVO(S):</p> <p>Carlos Alberto Castro Rodrigues NIF: 199020418 Estado civil : Casado(a) Nome do cônjuge: Cristina Manuela Peixoto dos Santos Regime de bens : Comunhão de adquiridos Residência: Rua Amália Rodrigues, Lote 18, Fraião Braga</p> <p>Requerente e Responsável pelo Registo: Carlos Alberto Castro Rodrigues</p> <p>Conservatória do Registo Comercial de Braga O(A) Escriutário(a), Alexandra Eduarda Ribeiro da Silva</p>
Menção	<p>Dep 208/2008-02-04 10:32:58 UTC - TRANSMISSÃO DE QUOTA(S)</p> <p>QUOTA(S) E SUJEITO(S) ACTIVO(S):</p> <p>QUOTA : 1.250,00 Euros</p> <p>Resultante da divisão da quota: 5000,00 TITULAR: Paulo José Pombo Compadrinho NIF: 214894070 Estado civil : Casado(a) Nome do cônjuge: Sónia Maria Alves Bravo Compadrinho Regime de bens : Comunhão de adquiridos Residência: Avenida da Igreja, Fração B, Lage Vila Verde</p> <p>SUJEITO(S) PASSIVO(S):</p> <p>Carlos Alberto Castro Rodrigues NIF: 199020418 Estado civil : Casado(a) Nome do cônjuge: Cristina Manuela Peixoto dos Santos Regime de bens : Comunhão de adquiridos Residência: Rua Amália Rodrigues, Lote 18, Fraião Braga</p> <p>Requerente e Responsável pelo Registo: Carlos Alberto Castro Rodrigues</p> <p>Conservatória do Registo Comercial de Braga O(A) Escriutário(a), Alexandra Eduarda Ribeiro da Silva</p>
Menção	<p>DEP 6594/2008-07-30 18:00:19 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL</p> <p>Ano da Prestação de Contas: 2007</p> <p>Requerente e Responsável pelo Registo: IBERIANA TECHNICAL LDA Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro</p> <p>An. 1 - 20080730 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro</p>
Menção	<p>DEP 4046/2009-07-29 18:32:53 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL</p> <p>Ano da Prestação de Contas: 2008</p> <p>Requerente e Responsável pelo Registo: IBERIANA TECHNICAL LDA Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro</p> <p>An. 1 - 20090729 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro</p>
Menção	<p>DEP 4752/2010-07-19 19:47:00 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL</p> <p>Ano da Prestação de Contas: 2009</p> <p>Requerente e Responsável pelo Registo: IBERIANA TECHNICAL LDA Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro</p> <p>An. 1 - 20100719 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro</p>
Menção	<p>DEP 4285/2011-09-25 00:23:46 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL</p> <p>Ano da Prestação de Contas: 2010 (2010-01-01 a 2010-12-31)</p> <p>Requerente e Responsável pelo Registo: IBERIANA TECHNICAL LDA Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro</p> <p>An. 1 - 20110925 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro</p>
Menção	<p>DEP 4195/2012-07-17 21:52:34 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL</p> <p>Ano da Prestação de Contas: 2011 (2011-01-01 a 2011-12-31)</p> <p>Requerente e Responsável pelo Registo: IBERIANA TECHNICAL LDA Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro</p> <p>An. 1 - 20120717 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro</p>
Menção	<p>DEP 2731/2013-07-08 22:44:20 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL</p> <p>Ano da Prestação de Contas: 2012 (2012-01-01 a 2012-12-31)</p> <p>Requerente e Responsável pelo Registo: IBERIANA TECHNICAL LDA Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro</p>

<p>An. 1 - 20130708 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes <i>Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro</i></p>	
Menção	<p>DEP 6156/2014-07-18 00:11:30 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL</p> <p>Ano da Prestação de Contas: 2013 (2013-01-01 a 2013-12-31)</p> <p>Requerente e Responsável pelo Registo: IBERIANA TECHNICAL LDA <i>Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro</i></p> <p>An. 1 - 20140718 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes <i>Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro</i></p>
Menção	<p>DEP 1169/2015-06-18 20:48:33 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL</p> <p>Ano da Prestação de Contas: 2014 (2014-01-01 a 2014-12-31)</p> <p>Requerente e Responsável pelo Registo: IBERIANA TECHNICAL LDA <i>Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro</i></p> <p>An. 1 - 20150618 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes <i>Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro</i></p>
Menção	<p>DEP 5283/2016-07-20 23:55:05 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL</p> <p>Ano da Prestação de Contas: 2015 (2015-01-01 a 2015-12-31)</p> <p>Emitida Certificação Legal de Contas, sendo o parecer de Revisão: Sem Reservas</p> <p>Requerente e Responsável pelo Registo: IBERIANA TECHNICAL LDA <i>Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro</i></p> <p>An. 1 - 20160720 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes <i>Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro</i></p>
Menção	<p>DEP 5858/2017-07-24 22:27:02 UTC - PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL</p> <p>Ano da Prestação de Contas: 2016 (2016-01-01 a 2016-12-31)</p> <p>Emitida Certificação Legal de Contas, sendo o parecer de Revisão: Sem Reservas</p> <p>Requerente e Responsável pelo Registo: IBERIANA TECHNICAL LDA <i>Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro</i></p> <p>An. 1 - 20170724 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes <i>Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro</i></p>
Menção	<p>DEP 7349/2017-07-28 22:25:12 UTC - ATUALIZAÇÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL</p> <p>Ano da Prestação de Contas: 2016 (2016-01-01 a 2016-12-31)</p> <p>Emitida Certificação Legal de Contas, sendo o parecer de Revisão: Sem Reservas</p> <p>Requerente e Responsável pelo Registo: IBERIANA TECHNICAL LDA <i>Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro</i></p> <p>An. 1 - 20170728 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes <i>Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro</i></p>
Menção	<p>DEP 9697/2017-10-25 20:11:03 UTC - ATUALIZAÇÃO PRESTAÇÃO DE CONTAS INDIVIDUAL</p> <p>Ano da Prestação de Contas: 2016 (2016-01-01 a 2016-12-31)</p> <p>Emitida Certificação Legal de Contas, sendo o parecer de Revisão: Sem Reservas</p> <p>Requerente e Responsável pelo Registo: IBERIANA TECHNICAL LDA <i>Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro</i></p> <p>An. 1 - 20171025 - Publicado em http://www.mj.gov.pt/publicacoes <i>Menção realizada nos termos do Decreto-Lei nº. 8/2007 de 17 Janeiro</i></p>

Certidão permanente suscitada em 29-11-2017 e válida até 29-11-2018

Fim da Certidão

Nota Importante:
 Não necessita de imprimir este documento. Pode dar o código de acesso a qualquer entidade pública ou privada, sempre que precise de apresentar uma certidão de registo comercial.

Voltar Sair

CERTIDÃO

Ivo Manuel Soares Brusaca, Chefe de Finanças, a exercer funções no Serviço de Finanças de BRAGA-1..

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema informático da Autoridade Tributária e Aduaneira (AT), que o(a) contribuinte abaixo indicado(a) tem a sua situação tributária regularizada, nos termos do artigo 177º-A e/ou nºs 5 e 12 do artigo 169º, ambos do Código de Procedimento e de Processo Tributário (CPPT).

A presente certidão é válida por três meses e não constitui documento de quitação, nos termos dos nºs 4 e 6 do artigo 24º CPPT, respetivamente.

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão 5 de Abril de 2018.

IDENTIFICAÇÃO

NOME: IBERIANA TECHNICAL LDA

NIF: 507672828

Elementos para validação

Nº Contribuinte: 507672828

Cód. Validação: W2HHQW2YJ24W

O Chefe de Finanças,



(Ivo Manuel Soares Brusaca)



SEGURANÇA SOCIAL DECLARAÇÃO

Nome da entidade contribuinte **IBERIANA TECHNICAL, LDA**

Firma/denominação **IBERIANA TECHNICAL, LDA**

Número de Identificação de Segurança Social **20017536023**

Número de Identificação Fiscal **507672828**

Número de Declaração **16417298**

Data de emissão **28-12-2017**

Declara-se que a entidade contribuinte acima identificada **tem a sua situação contributiva regularizada** perante a Segurança Social.

A presente declaração não constitui instrumento de quitação de dívida de contribuições e ou de juros de mora, nem prejudica ulteriores apuramentos e é válida pelo prazo de **quatromeses**, a partir da data de emissão.

Assinatura válida

Digitally signed by Instituto de Informática, I.P.
Date: 2017.12.28 23:38:41 +00'00



DECLARAÇÃO EMITIDA AUTOMATICAMENTE PELO SERVIÇO SEGURANÇA SOCIAL DIRECTA



SEGURANÇA SOCIAL

EXTRACTO DA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES

A Declaração de Remunerações abaixo referida, foi recebida nesta instituição com a seguinte informação:

Nome da entidade empregadora: IBERIANA TECHNICAL, LDA

Morada da sede: R DA QTA LT 13
BRAGA
4700-023 BRAGA

Nº Identificação de Segurança Social:	20017536023	Nº Identificação Fiscal:	507672828
Nº do Estabelecimento:	1	Taxa Contributiva:	34,75
Ano/Mês de referência:	2017/07	Data de Entrega:	2017/08/10
Total de remunerações:	63838,03	Total de contribuições:	22183,72

Nº Identificação de Seg. Social	Nome do Trabalhador	Ano/Mês Ref.	Nat Remun.	Dias	Valor
10296678153	ANA CRISTINA LIMA FERREIRA	2017/07	F	0,00	700,00
10296678153	ANA CRISTINA LIMA FERREIRA	2017/07	P	30,00	1.000,00
12024034780	ANA GABRIELA CRUZ DE AZEVEDO E SILVA	2017/07	F	0,00	900,00
12024034780	ANA GABRIELA CRUZ DE AZEVEDO E SILVA	2017/07	P	30,00	970,00
12022859941	ANDRE MONTEIRO FERNANDES	2017/07	P	30,00	695,18
10296163655	ANTONIO PEDRO IGLESIAS VILA BOA	2017/07	F	0,00	2.000,00
10296163655	ANTONIO PEDRO IGLESIAS VILA BOA	2017/07	P	30,00	2.000,00
12017801249	BRUNO FILIPE RAIMUNDO RODRIGUES	2017/07	F	0,00	59,09
12017801249	BRUNO FILIPE RAIMUNDO RODRIGUES	2017/07	P	30,00	650,00
11335919011	CARLOS ALBERTO CASTRO RODRIGUES	2017/07	F	0,00	2.000,00
11335919011	CARLOS ALBERTO CASTRO RODRIGUES	2017/07	P	30,00	2.000,00
11915442638	CARLOS ALBERTO GOMES PESSOA	2017/07	P	30,00	650,00
10297446195	FRANCISCO ALVES TEIXEIRA	2017/07	F	0,00	1.133,42
10297446195	FRANCISCO ALVES TEIXEIRA	2017/07	N	0,00	433,42
10297446195	FRANCISCO ALVES TEIXEIRA	2017/07	P	24,00	1.318,27
11914952540	GABRIEL HEITOR DA SILVA ROCHA	2017/07	F	0,00	1.200,00
11914952540	GABRIEL HEITOR DA SILVA ROCHA	2017/07	P	30,00	1.850,00
12019420701	HUGO MANUEL RIBEIRO FERNANDES DUARTE	2017/07	P	30,00	547,72
10098320470	JOAO JOSE COUTO DOS REIS	2017/07	F	0,00	1.125,00
10098320470	JOAO JOSE COUTO DOS REIS	2017/07	P	30,00	1.875,00
12035237084	JOAO MIGUEL PEREIRA MACHADO	2017/07	F	0,00	900,00
12035237084	JOAO MIGUEL PEREIRA MACHADO	2017/07	P	30,00	1.484,00
11914944953	JORGE MANUEL LAMELA FERREIRA	2017/07	F	0,00	650,00
11914944953	JORGE MANUEL LAMELA FERREIRA	2017/07	P	30,00	1.050,00
11915782336	JORGE MANUEL RODRIGUES DA SILVA	2017/07	F	0,00	600,00
11915782336	JORGE MANUEL RODRIGUES DA SILVA	2017/07	P	30,00	1.075,00
11915001237	JOSE PEDRO DE CASTRO PINTO	2017/07	F	0,00	295,45

Processado por Computador

Mod.GR0002/2004-DGSS

Nº Identificação de Seg. Social	Nome do Trabalhador	Ano/Mês Ref.	Nat Remun.	Dias	Valor
11915001237	JOSE PEDRO DE CASTRO PINTO	2017/07	P	30,00	826,00
12044628753	MICKAEL JOSE ARAUJO FERNANDES	2017/07	P	30,00	659,85
11337775382	PAULO JOSE POMBO COMPADRINHO	2017/07	F	0,00	2.000,00
11337775382	PAULO JOSE POMBO COMPADRINHO	2017/07	P	30,00	2.000,00
10297301050	PAULO RICARDO FERREIRA DE OLIVEIRA VEIGA	2017/07	F	0,00	59,09
10297301050	PAULO RICARDO FERREIRA DE OLIVEIRA VEIGA	2017/07	P	19,00	510,00
11914996429	PEDRO EMANUEL ANTUNES DA SILVA	2017/07	F	0,00	850,00
11914996429	PEDRO EMANUEL ANTUNES DA SILVA	2017/07	P	30,00	1.700,00
12035961311	PEDRO GIL FANTASIA LOURENCO	2017/07	P	30,00	888,18
12049332518	PEDRO JOSE LIMA FERNANDES	2017/07	P	30,00	840,18
10296909510	PEDRO LUIS MARTINS DA SILVA	2017/07	P	30,00	891,18
11914643105	RUI DANIEL VIEIRA DA COSTA	2017/07	F	0,00	850,00
11914643105	RUI DANIEL VIEIRA DA COSTA	2017/07	P	30,00	1.612,00
11914759351	RUI FILIPE FERREIRA BARBOSA	2017/07	F	0,00	700,00
11914759351	RUI FILIPE FERREIRA BARBOSA	2017/07	P	30,00	1.394,00
11915298740	RUI JORGE MAGALHAES SEPULVEDA SOARES	2017/07	F	0,00	650,00
11915298740	RUI JORGE MAGALHAES SEPULVEDA SOARES	2017/07	P	30,00	1.088,00
10297539332	SANDRA MANUELA FERNANDES FERREIRA	2017/07	F	0,00	800,00
10297539332	SANDRA MANUELA FERNANDES FERREIRA	2017/07	P	30,00	800,00
10296851443	SERGIO ROMEU FERNANDES BARREIROS	2017/07	F	0,00	700,00
10296851443	SERGIO ROMEU FERNANDES BARREIROS	2017/07	P	30,00	909,00
12019896928	SILVIA DANIELA DA COSTA DE SOUSA	2017/07	F	0,00	700,00
12019896928	SILVIA DANIELA DA COSTA DE SOUSA	2017/07	P	30,00	1.000,00
10296724864	TIAGO DIOGO ALVES BARBOSA	2017/07	F	0,00	1.200,00
10296724864	TIAGO DIOGO ALVES BARBOSA	2017/07	P	30,00	2.080,00
11915253361	TIAGO MIGUEL GOMES CUNHA	2017/07	F	0,00	850,00
11915253361	TIAGO MIGUEL GOMES CUNHA	2017/07	P	30,00	1.609,00
11332041563	VALENTINO MANUEL DE ALMEIDA PEREIRA	2017/07	F	0,00	2.000,00
11332041563	VALENTINO MANUEL DE ALMEIDA PEREIRA	2017/07	P	30,00	2.000,00
11914762545	VITOR DANIEL RIBEIRO FARIA	2017/07	F	0,00	850,00
11914762545	VITOR DANIEL RIBEIRO FARIA	2017/07	P	30,00	1.660,00



SEGURANÇA SOCIAL

EXTRACTO DA DECLARAÇÃO DE REMUNERAÇÕES

A Declaração de Remunerações abaixo referida, foi recebida nesta instituição com a seguinte informação:

Nome da entidade empregadora: IBERIANA TECHNICAL, LDA

Morada da sede: R DA QTA LT 13
BRAGA
4700-023 BRAGA

Nº Identificação de Segurança Social:	20017536023	Nº Identificação Fiscal:	507672828
Nº do Estabelecimento:	1	Taxa Contributiva:	11,00
Ano/Mês de referência:	2017/07	Data de Entrega:	2017/08/10
Total de remunerações:	8508,45	Total de contribuições:	935,93

Nº Identificação de Seg. Social	Nome do Trabalhador	Ano/Mês Ref.	Nat Remun.	Dias	Valor
12045951549	AURORA DA CUNHA ANTUNES	2017/07	F	0,00	259,09
12045951549	AURORA DA CUNHA ANTUNES	2017/07	P	30,00	670,00
11916328800	BRUNO MARTINS CORREIA	2017/07	F	0,00	600,00
11916328800	BRUNO MARTINS CORREIA	2017/07	P	30,00	859,00
12036262093	DIOGO FILIPE VILACA DOMINGUES	2017/07	F	0,00	600,00
12036262093	DIOGO FILIPE VILACA DOMINGUES	2017/07	P	30,00	1.000,00
11915218665	JOSE FILIPE DIAS DA SILVA ,	2017/07	F	0,00	600,00
11915218665	JOSE FILIPE DIAS DA SILVA	2017/07	P	30,00	966,00
11915165624	PEDRO XAVIER DUARTE CARVALHO	2017/07	F	0,00	286,36
11915165624	PEDRO XAVIER DUARTE CARVALHO	2017/07	P	30,00	1.268,00
12045387293	RICARDO JOSE GOMES DA CUNHA	2017/07	F	0,00	600,00
12045387293	RICARDO JOSE GOMES DA CUNHA	2017/07	P	30,00	800,00

248E	29
Livro	Folhas

✓

COMPRA E VENDA

____ No dia vinte e nove de Novembro de dois mil e dezassete, perante mim, Lic. **Rodrigo António Prieto da Rocha Peixoto**, notário com cartório situado no Largo Barão de São Martinho, nº 13, 4º, da cidade de Braga, compareceram como outorgantes: _____

____ **PRIMEIRO – JORGE MANUEL DA SILVA FERREIRA**, NIF 156 191 555, C.C. nº 08299310 válido até 1/7/2019 emitido pela República Portuguesa, e mulher, **ELISABETE MARIA SAPAGE ARTILHEIRO FERREIRA**, NIF 202 163 270, C.C. nº 0985 7114 válido até 5/3/2020 emitido pela República Portuguesa, ele natural da freguesia de Vimieiro, deste concelho, nele residentes na união das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimieiro, na Avenida de São Lourenço, nº 112, 1º, Celeirós, ela natural de Angola, de nacionalidade portuguesa, casados no regime da comunhão de adquiridos. _____

____ **SEGUNDO – MANUEL DA SILVA FERREIRA FERNANDES**, NIF 156 191 539, C.C. nº 06902181 válido até 1/11/2020 emitido pela República Portuguesa, e mulher, **MARIA OLÍVIA DA CUNHA FERNANDES FERREIRA**, NIF 131 941 941, C.C. nº 03453914 válido até 9/3/2021 emitido pela República Portuguesa, casados no regime da comunhão geral de bens, naturais das freguesias de Vimieiro e Tadim, ambas deste concelho, nele residentes na freguesia de Figueiredo, no lugar de São Miguel. _____

____ **TERCEIRO – ANABELA ALICE DA ROCHA FERREIRA**, NIF 233 308 326, C.C. nº 12535377 4ZY4 válido até 30/5/2017, e

marido, **NELSON FELIZ PINTO LOPES DE CARVALHO**, NIF 228 175 380, C.C. nº 11819944 7ZY0 válido até 22/7/2018, ambos naturais da freguesia de Celeirós, deste concelho, nele residentes na união das freguesias de Celeirós, Aveleda e Vimeiro, Rua Senhora do Carmo, nº 2, Celeirós, casados no regime da comunhão de adquiridos. _____

____ **QUARTO - PAULO EMANUEL DA ROCHA FERREIRA**, NIF 254 812 260, C.C. nº 13456919 9ZY6 válido até 10/6/2019, solteiro, maior, natural daquela freguesia de Celeirós, residente na Rua da Gandra, nº 4, 2º esquerdo, frente, Celeirós. _____

____ **QUINTO - António Pedro Iglésia Vila Boa**, C.C. nº 10061010 válido até 26/11/2019 emitido pela República Portuguesa, casado, natural da freguesia de Braga (São José de São Lázaro), deste concelho, residente na Rua da Boavista, nº 306, 2º esquerdo, em Braga e **Carlos Alberto Castro Rodrigues**, C.C. nº 09711683 válido até 13/4/2021 emitido pela República Portuguesa, casado, natural de França, residente na Rua Amália rodriques, lote 18, Fraião, concelho de Braga, os quais outorgam na qualidade de gerentes e em representação da sociedade comercial por quotas "**IBERIANA TECHNICAL, LDA**", com o número de matrícula e de pessoa colectiva 507 672 828 e sede na Rua da Quintã, lote 13, União das Freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos, concelho de Braga, com o capital social de cem mil euros, no uso dos poderes que lhes advêm do pacto social, o que tudo verifico pela consulta da certidão permanente, com o código de acesso 7578-7352-2879. _____

248E	30
Livro	Folhas

____ Verifiquei a identidade dos outorgantes por exibição dos referidos documentos de identificação. _____

____ E PELOS PRIMEIROS, SEGUNDOS E TERCEIROS OUTORGANTES FOI DITO: _____

____ Que pelo preço total de **quinhentos mil euros**, que já receberam, vendem à sociedade **"IBERIANA TECHNICAL, LDA"**, que os quintos representam, o prédio misto designado por "Quinta de Laboriz", sito no lugar de Laboriz, Senharia, Labarez ou Laburiz, União das Freguesias de Lomar e Arcos, concelho de Braga, descrito na conservatória sob o número mil quinhentos e vinte e oito/Lomar, registado a seu favor, em comum e sem determinação de parte, pela inscrição ap setecentos e onze, de dezoito de Janeiro de dois mil e dezasseis, e respectivos averbamentos constantes das inscrições ap dois mil novecentos e vinte e sete de vinte e dois de Novembro de dois mil e dezasseis, e oficioso de rectificação de vinte e nove de Novembro de dois mil e dezasseis, inscrito na matriz predial sob os artigos 198 e 200 urbanos, e 312 e 257 rústicos, com os valores patrimoniais tributários de 34570,00€, 28630,00€, 7792,22€ e 2563,26€, e os atribuídos de duzentos mil euros, duzentos mil euros, cinquenta mil euros e cinquenta mil euros, respectivamente. _____

____ Sobre ele incide uma penhora, registada provisoriamente pela inscrição ap dois mil setecentos e cinquenta e seis, de vinte e dois de Junho deste ano. _____

____ O prédio já está registado provisoriamente a favor da _____

compradora pela inscrição ap oitocentos e trinta e seis, de quinze de Setembro deste ano. _____

_____ Este imóvel é composto por: _____

_____ Casa de rés-do-chão e andar, com a área coberta de trezentos e cinquenta metros quadrados – artigo 198; _____

_____ Casa de rés-do-chão, andar, coberto e corte, com as áreas cobertas de cento e cinquenta, dez e sessenta metros quadrados, respectivamente – artigo 200; _____

_____ Terreno de cultura, com a área de dezassete mil oitocentos e quarenta e nove metros quadrados e oitenta e oito decímetros, a confrontar do Norte com Brisa – Auto Estradas de Portugal, S.A., do Sul com José Gonçalves Nogueira, do Nascente com a estrada Nacional 309 e do Poente com caminho público – artigo 312; _____

_____ Terreno de cultura com a área de catorze mil quatrocentos e setenta e seis metros quadrados e oitenta e três decímetros, a confrontar do Sul com Brisa – Auto Estradas de Portugal, S.A., do Norte com Domingos Gonçalves Júnior, do Nascente com a estrada Nacional 309 e do Poente com caminho público – artigo 257. _____

_____ O prédio rústico a que corresponde o artigo 312 foi atravessado pela autoestrada, o que lhe retirou, através de expropriação por utilidade pública, decretada por sentença de doze de Junho de dois mil e um proferida pelo 1º Juízo Cível do Tribunal Judicial desta Comarca, uma área de oito mil duzentos e trinta e três metros quadrados. _____

_____ Essa travessia ocasionou a existência de duas realidades

2482	31
Livro	Folhas

prediais distintas, perfeitamente separadas e delimitadas, supra identificadas – realidades que o respectivo serviço de finanças desde logo assumiu, mantendo uma delas inscrita sob o artigo 312, e inscrevendo a outra sob o artigo 169 da extinta freguesia de Lomar – actual artigo 257. _____

_____ A divergência existente entre a área constante da descrição predial e a total resultante da expropriação referida deve-se a erro de medição. _____

_____ Que não possuem quaisquer prédios rústicos que confrontem com os que aqui são vendidos, não envolvendo esta transmissão fraccionamento proibido por lei. _____

_____ **DISSERAM OS QUINTOS OUTORGANTES:** _____

_____ Que aceitam este contrato nos termos e condições exarados para a sociedade que representam, o qual é necessário à prossecução do objecto social. _____

_____ **MAIS DISSERAM TODOS OS OUTORGANTES:** _____

_____ Que neste presente contrato não houve intervenção de mediador imobiliário. _____

_____ Fiz-lhes as seguintes advertências: _____

_____ De que incorrem no crime de desobediência previsto no artigo 348º do Código Penal se esta afirmação não for verdadeira; _____

_____ De que será comunicada à ADENE a falta da apresentação do certificado energético. _____

_____ Verifiquei os elementos prediais pela certidão permanente, com o código de acesso PP-1559-46218-030323-001528 e os

matriciais por quatro cadernetas prediais, duas urbanas e duas rústicas, do Serviço de Finanças de Braga 2, consultadas nas bases de dados. Das urbanas consta o facto dos imóveis a que respeitam terem sido inscritos na matriz no ano de mil novecentos e trinta e sete, antes, portanto, da entrada em vigo do RGEU, pelo que não carecem de licença de utilização _____

_____ Arquivo: _____

_____ Declarações para liquidação de IMT e IS e respectivos documentos de cobrança n.ºs 160.017.367.067.036 e 163.517.082.580.509, obtidas no Serviço de Finanças de Braga 1, cujo pagamento foi efectuado hoje. _____

_____ Exibiram: _____

_____ Dois pedidos de rectificação matricial de áreas, recebidos a 22 deste mês no dito Serviço de Finanças; _____

_____ Autorização para cancelamento da hipoteca registada pela inscrição ap setecentos e quarenta, de vinte de Junho de dois mil e treze, emitida pela sociedade "Ondáreas - Imobiliária Lda" em 20 deste mês. _____

_____ Esta escritura foi lida e feita a explicação do seu conteúdo.

Elisabete Maria Sabze Antillheiro Ferreira
Assompção Maria Sabze Antillheiro Ferreira
Margarida Maria Sabze Antillheiro Ferreira
Margarida Maria Sabze Antillheiro Ferreira

248E	32
Livro	Folhas

f

Nelson da Silva Gomes

Paula Emma Red. Xerô

Antônio Pedro Iglénias Vila Boz

Cen. G. Alberto Costa Rocha

O Unitário

Protagonismo Libel Cal

Estatística: Verbete nº 7702

Factura/Recibo nº 1921/001/2017-1

R

[illegible]

BUDGETARY BALANCE SHEET FOR THE FISCAL YEAR 1964										(1)
PART	DESCRIPTION	FUND BALANCE					TOTAL FUND BALANCE	TOTAL BALANCE		
		GENERAL FUND	DEPARTMENTAL FUND	RESERVE FUND	TRANSFERS FUND	OTHER FUND				
1	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
2	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
3	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
4	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
5	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
6	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
7	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
8	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
9	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
10	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
11	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
12	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
13	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
14	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
15	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
16	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
17	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
18	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
19	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
20	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
21	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
22	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
23	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
24	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
25	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
26	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
27	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
28	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
29	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
30	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
31	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
32	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
33	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
34	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
35	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
36	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
37	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
38	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
39	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
40	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
41	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
42	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
43	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
44	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
45	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
46	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
47	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
48	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
49	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
50	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
51	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
52	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
53	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
54	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
55	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
56	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
57	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
58	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
59	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
60	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
61	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
62	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
63	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
64	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
65	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
66	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
67	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
68	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
69	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
70	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
71	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
72	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
73	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
74	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
75	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
76	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
77	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
78	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
79	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
80	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
81	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
82	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
83	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
84	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
85	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
86	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
87	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
88	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
89	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
90	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
91	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
92	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
93	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
94	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
95	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
96	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
97	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
98	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
99	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		
100	GRAND TOTAL	100.00	100.00	100.00	100.00	100.00	500.00	500.00		

C/C	DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA - Período de 2010 a 2010		M.5	
	RUBRICAS	PERÍODOS		
		M (1)		M.4 (2)
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
AB01	Recebimentos de clientes	2.851.547,45		
AB02	Pagamentos a fornecedores	7.634.610,90		
AB03	Pagamentos ao fisco	721.198,87		
AB04	Outros resultados operacionais	1.288.737,87	0,00	
AB05	Pagamentos financeiros da empresa sobre o período	-139.808,36		
AB06	Outros resultados operacionais	-533.102,75		
AB07	Fluxo de caixa das atividades operacionais (A)	322.828,58	0,00	
FLUXOS DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Pagamentos voluntários e				
AB08	Ativos não tangíveis	151.520,47		
AB09	Ativos tangíveis			
AB10	Investimentos financeiros	4.258,26		
AB11	Outros ativos			
Recebimentos voluntários e de				
AB12	Ativos não tangíveis	1.951,27		
AB13	Ativos tangíveis			
AB14	Investimentos financeiros			
AB15	Outros ativos			
AB16	Subsídios no investimento			
AB17	Ativos financeiros e outros	14.400,00		
AB18	Outros ativos			
AB19	Fluxo de caixa das atividades de investimento (B)	-139.487,54	0,00	
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Recebimentos voluntários e				
AB20	Financiamentos obtidos	617.125,74		
AB21	Recebimentos de capital e de aumento de capital próprio			
AB22	Capitais de terceiros			
AB23	Dividendos			
AB24	Outros resultados de financiamento			
Pagamentos voluntários e				
AB25	Financiamentos obtidos	724.862,85		
AB26	Ativos e outros resultados	14.203,33		
AB27	Dividendos			
AB28	Recebimentos de capital e de aumento de capital próprio			
AB29	Outros resultados de financiamento			
AB30	Fluxo de caixa das atividades de financiamento (C)	-122.040,24	0,00	
AB31	Variação de caixa e seus equivalentes (A+B+C)	61.298,78	0,00	
AB32	Saldo das atividades de caixa			
AB33	Saldo e seus equivalentes no início do período	129.431,25		
AB34	Saldo e seus equivalentes no fim do período	190.730,03		

[illegible]

CS-4		ANEXO - Resultados de 2019 e seguintes (CONT.)		N.º 8	
CS2-A PARTES RELACIONADAS - Perfis de 2019 a 2013					
CS201-A RELACIONAMENTOS COM EMPRESAS-MÃE					
É empresa-mãe?		AB001	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	
Se SIM, complete o item 1		AB002	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	
É empresa-mãe controladora direta?		AB003	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	
Se responder NÃO, identifique a empresa-mãe mediadora					
N.º		AB004			
Designação		AB005			
Sede (Código de País)		AB006			
A empresa-mãe emite ordens de compra para a empresa declarante?		AB007	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	
Se responder NÃO, complete a empresa-mãe controladora direta					
N.º		AB008			
Designação		AB009			
Sede (Código de País)		AB010			
Além das entidades anteriormente mencionadas, produzindo o mesmo produto ou serviço para os clientes?		AB011	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	
Se responder NÃO, identifique a empresa-mãe que produz o mesmo produto ou serviço para os clientes					
N.º		AB012			
Designação		AB013			
Sede (Código de País)		AB014			
CS202-A ENTIDADES QUE PARTICIPAM NO CAPITAL DA EMPRESA DECLARANTE					
N.º		AB015	AB016		
Designação		AB017	AB018		
Sede (Código de País)		AB019	AB020		
Participação direta no capital social - voto		AB021	AB022		
Participação direta no capital social - %		AB023	%		
Participação no direito de voto - %		AB024	%		
Data de início da participação no capital da entidade		AB025	AB026		
É a mesma entidade controladora?		AB027	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	
CS203-A ENTIDADES EM QUE A EMPRESA DECLARANTE PARTICIPA					
N.º		AB028	AB029		
Designação		AB030	AB031		
Sede (Código de País)		AB032	AB033		
N.º na sua rede		AB034	AB035		
Formação de grupos de trabalho		AB036	Sim <input type="checkbox"/>	Não <input type="checkbox"/>	
Método de contabilização de custos		AB037	AB038		
Capital próprio		AB039	AB040		
Resultado líquido de longo prazo		AB041	AB042		
Participação direta no capital social - voto		AB043	AB044		
Participação direta no capital social - %		AB045	%		
Participação no direito de voto - %		AB046	%		
Data de início da participação no capital da entidade		AB047	AB048		

ANEXO - Planilhas de 2016 e seguintes (CONT.)		R. E. M.	
0202-A PARTES RELACIONADAS (CONT.)			
0202-A-1 ENTIDADES OBJECTO DE CONSOLIDAÇÃO			
127	ANEXO	ANEXO	
Denominação	ANEXO	ANEXO	
Sede (Código do País)	ANEXO	ANEXO	
União de estabelecimentos de contas	ANEXO		
Participação directa no capital social - %	ANEXO	%	ANEXO
Participação no direito de voto - %	ANEXO	%	ANEXO
Participação indirecta no capital social - %	ANEXO	%	ANEXO
Participação efectiva no direito de voto - %	ANEXO	%	ANEXO
Se existir participação indirecta, descreva essa entidade			
128	ANEXO	ANEXO	
Denominação	ANEXO	ANEXO	
Sede (Código do País)	ANEXO	ANEXO	
129	ANEXO	ANEXO	
Denominação	ANEXO	ANEXO	
Sede (Código do País)	ANEXO	ANEXO	
0202-A-2 ENTIDADES QUE NÃO INTEGRAM O PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO			
127	ANEXO	ANEXO	
Denominação	ANEXO	ANEXO	
Sede (Código do País)	ANEXO	ANEXO	
Participação directa no capital social - %	ANEXO	%	ANEXO
Participação no direito de voto - %	ANEXO	%	ANEXO
Participação indirecta no capital social - %	ANEXO	%	ANEXO
Participação efectiva no direito de voto - %	ANEXO	%	ANEXO
Se existir participação indirecta, descreva essa entidade			
128	ANEXO	ANEXO	
Denominação	ANEXO	ANEXO	
Sede (Código do País)	ANEXO	ANEXO	
129	ANEXO	ANEXO	
Denominação	ANEXO	ANEXO	
Sede (Código do País)	ANEXO	ANEXO	
0202-A-3 PARTICIPAÇÕES MATERIALMENTE IRRELEVANTES			
127	ANEXO	ANEXO	
Denominação	ANEXO	ANEXO	
Sede (Código do País)	ANEXO	ANEXO	
Participação efectiva no capital social - %	ANEXO	%	ANEXO
Participação no direito de voto - %	ANEXO	%	ANEXO
0202-A-4 INTERESSES EM SUBSIDIARIAS DE CONJUNTO (ENTIDADES CONJUNTAMENTE CONTROLADAS)			
127	ANEXO	ANEXO	
Denominação	ANEXO	ANEXO	
Sede (Código do País)	ANEXO	ANEXO	
Participação efectiva no capital social - %	ANEXO	%	ANEXO
Participação no direito de voto - %	ANEXO	%	ANEXO
0202-A-5 INFORMAÇÃO DO GRUPO - CONTAS CONSOLIDADAS			
Actividade económica principal do grupo (código CNA Rev 3)			
Número único de identificação do conjunto das empresas do grupo			
Vincula a serviços prestados das empresas do grupo			
Valeu as activas das empresas do grupo			
Outros divulgação (não é do mesmo grupo)			

1-2-3-4-5-6-7-8-9-10-11-12-13-14-15-16-17-18-19-20-21-22-23-24-25-26-27-28-29-30-31-32-33-34-35-36-37-38-39-40-41-42-43-44-45-46-47-48-49-50-51-52-53-54-55-56-57-58-59-60-61-62-63-64-65-66-67-68-69-70-71-72-73-74-75-76-77-78-79-80-81-82-83-84-85-86-87-88-89-90-91-92-93-94-95-96-97-98-99-100-101-102-103-104-105-106-107-108-109-110-111-112-113-114-115-116-117-118-119-120-121-122-123-124-125-126-127-128-129-130-131-132-133-134-135-136-137-138-139-140-141-142-143-144-145-146-147-148-149-150-151-152-153-154-155-156-157-158-159-160-161-162-163-164-165-166-167-168-169-170-171-172-173-174-175-176-177-178-179-180-181-182-183-184-185-186-187-188-189-190-191-192-193-194-195-196-197-198-199-200-201-202-203-204-205-206-207-208-209-210-211-212-213-214-215-216-217-218-219-220-221-222-223-224-225-226-227-228-229-230-231-232-233-234-235-236-237-238-239-240-241-242-243-244-245-246-247-248-249-250-251-252-253-254-255-256-257-258-259-260-261-262-263-264-265-266-267-268-269-270-271-272-273-274-275-276-277-278-279-280-281-282-283-284-285-286-287-288-289-290-291-292-293-294-295-296-297-298-299-300-301-302-303-304-305-306-307-308-309-310-311-312-313-314-315-316-317-318-319-320-321-322-323-324-325-326-327-328-329-330-331-332-333-334-335-336-337-338-339-340-341-342-343-344-345-346-347-348-349-350-351-352-353-354-355-356-357-358-359-360-361-362-363-364-365-366-367-368-369-370-371-372-373-374-375-376-377-378-379-380-381-382-383-384-385-386-387-388-389-390-391-392-393-394-395-396-397-398-399-400-401-402-403-404-405-406-407-408-409-410-411-412-413-414-415-416-417-418-419-420-421-422-423-424-425-426-427-428-429-430-431-432-433-434-435-436-437-438-439-440-441-442-443-444-445-446-447-448-449-450-451-452-453-454-455-456-457-458-459-460-461-462-463-464-465-466-467-468-469-470-471-472-473-474-475-476-477-478-479-480-481-482-483-484-485-486-487-488-489-490-491-492-493-494-495-496-497-498-499-500-501-502-503-504-505-506-507-508-509-510-511-512-513-514-515-516-517-518-519-520-521-522-523-524-525-526-527-528-529-530-531-532-533-534-535-536-537-538-539-540-541-542-543-544-545-546-547-548-549-550-551-552-553-554-555-556-557-558-559-560-561-562-563-564-565-566-567-568-569-570-571-572-573-574-575-576-577-578-579-580-581-582-583-584-585-586-587-588-589-590-591-592-593-594-595-596-597-598-599-600-601-602-603-604-605-606-607-608-609-610-611-612-613-614-615-616-617-618-619-620-621-622-623-624-625-626-627-628-629-630-631-632-633-634-635-636-637-638-639-640-641-642-643-644-645-646-647-648-649-650-651-652-653-654-655-656-657-658-659-660-661-662-663-664-665-666-667-668-669-670-671-672-673-674-675-676-677-678-679-680-681-682-683-684-685-686-687-688-689-690-691-692-693-694-695-696-697-698-699-700-701-702-703-704-705-706-707-708-709-710-711-712-713-714-715-716-717-718-719-720-721-722-723-724-725-726-727-728-729-730-731-732-733-734-735-736-737-738-739-740-741-742-743-744-745-746-747-748-749-750-751-752-753-754-755-756-757-758-759-760-761-762-763-764-765-766-767-768-769-770-771-772-773-774-775-776-777-778-779-780-781-782-783-784-785-786-787-788-789-790-791-792-793-794-795-796-797-798-799-800-801-802-803-804-805-806-807-808-809-810-811-812-813-814-815-816-817-818-819-820-821-822-823-824-825-826-827-828-829-830-831-832-833-834-835-836-837-838-839-840-841-842-843-844-845-846-847-848-849-850-851-852-853-854-855-856-857-858-859-860-861-862-863-864-865-866-867-868-869-870-871-872-873-874-875-876-877-878-879-880-881-882-883-884-885-886-887-888-889-890-891-892-893-894-895-896-897-898-899-900-901-902-903-904-905-906-907-908-909-910-911-912-913-914-915-916-917-918-919-920-921-922-923-924-925-926-927-928-929-930-931-932-933-934-935-936-937-938-939-940-941-942-943-944-945-946-947-948-949-950-951-952-953-954-955-956-957-958-959-960-961-962-963-964-965-966-967-968-969-970-971-972-973-974-975-976-977-978-979-980-981-982-983-984-985-986-987-988-989-990-991-992-993-994-995-996-997-998-999-1000-1001-1002-1003-1004-1005-1006-1007-1008-1009-1010-1011-1012-1013-1014-1015-1016-1017-1018-1019-1020-1021-1022-1023-1024-1025-1026-1027-1028-1029-1030-1031-1032-1033-1034-1

28.21		28.22		28.23		28.24		28.25		28.26		28.27		28.28		28.29		28.30		28.31		28.32		28.33		28.34		28.35		28.36		28.37		28.38		28.39		28.40		28.41		28.42		28.43		28.44		28.45		28.46		28.47		28.48		28.49		28.50		28.51		28.52		28.53		28.54		28.55		28.56		28.57		28.58		28.59		28.60		28.61		28.62		28.63		28.64		28.65		28.66		28.67		28.68		28.69		28.70		28.71		28.72		28.73		28.74		28.75		28.76		28.77		28.78		28.79		28.80		28.81		28.82		28.83		28.84		28.85		28.86		28.87		28.88		28.89		28.90		28.91		28.92		28.93		28.94		28.95		28.96		28.97		28.98		28.99		29.00		29.01		29.02		29.03		29.04		29.05		29.06		29.07		29.08		29.09		29.10		29.11		29.12		29.13		29.14		29.15		29.16		29.17		29.18		29.19		29.20		29.21		29.22		29.23		29.24		29.25		29.26		29.27		29.28		29.29		29.30		29.31		29.32		29.33		29.34		29.35		29.36		29.37		29.38		29.39		29.40		29.41		29.42		29.43		29.44		29.45		29.46		29.47		29.48		29.49		29.50		29.51		29.52		29.53		29.54		29.55		29.56		29.57		29.58		29.59		29.60		29.61		29.62		29.63		29.64		29.65		29.66		29.67		29.68		29.69		29.70		29.71		29.72		29.73		29.74		29.75		29.76		29.77		29.78		29.79		29.80		29.81		29.82		29.83		29.84		29.85		29.86		29.87		29.88		29.89		29.90		29.91		29.92		29.93		29.94		29.95		29.96		29.97		29.98		29.99		30.00		30.01		30.02		30.03		30.04		30.05		30.06		30.07		30.08		30.09		30.10		30.11		30.12		30.13		30.14		30.15		30.16		30.17		30.18		30.19		30.20		30.21		30.22		30.23		30.24		30.25		30.26		30.27		30.28		30.29		30.30		30.31		30.32		30.33		30.34		30.35		30.36		30.37		30.38		30.39		30.40		30.41		30.42		30.43		30.44		30.45		30.46		30.47		30.48		30.49		30.50		30.51		30.52		30.53		30.54		30.55		30.56		30.57		30.58		30.59		30.60		30.61		30.62		30.63		30.64		30.65		30.66		30.67		30.68		30.69		30.70		30.71		30.72		30.73		30.74		30.75		30.76		30.77		30.78		30.79		30.80		30.81		30.82		30.83		30.84		30.85		30.86		30.87		30.88		30.89		30.90		30.91		30.92		30.93		30.94		30.95		30.96		30.97		30.98		30.99		31.00		31.01		31.02		31.03		31.04		31.05		31.06		31.07		31.08		31.09		31.10		31.11		31.12	
1	28.21	28.22	28.23	28.24	28.25	28.26	28.27	28.28	28.29	28.30	28.31	28.32	28.33	28.34	28.35	28.36	28.37	28.38	28.39	28.40	28.41	28.42	28.43	28.44	28.45	28.46	28.47	28.48	28.49	28.50	28.51	28.52	28.53	28.54	28.55	28.56	28.57	28.58	28.59	28.60	28.61	28.62	28.63	28.64	28.65	28.66	28.67	28.68	28.69	28.70	28.71	28.72	28.73	28.74	28.75	28.76	28.77	28.78	28.79	28.80	28.81	28.82	28.83	28.84	28.85	28.86	28.87	28.88	28.89	28.90	28.91	28.92	28.93	28.94	28.95	28.96	28.97	28.98	28.99	29.00	29.01	29.02	29.03	29.04	29.05	29.06	29.07	29.08	29.09	29.10	29.11	29.12	29.13	29.14	29.15	29.16	29.17	29.18	29.19	29.20	29.21	29.22	29.23	29.24	29.25	29.26	29.27	29.28	29.29	29.30	29.31	29.32	29.33	29.34	29.35	29.36	29.37	29.38	29.39	29.40	29.41	29.42	29.43	29.44	29.45	29.46	29.47	29.48	29.49	29.50	29.51	29.52	29.53	29.54	29.55	29.56	29.57	29.58	29.59	29.60	29.61	29.62	29.63	29.64	29.65	29.66	29.67	29.68	29.69	29.70	29.71	29.72	29.73	29.74	29.75	29.76	29.77	29.78	29.79	29.80	29.81	29.82	29.83	29.84	29.85	29.86	29.87	29.88	29.89	29.90	29.91	29.92	29.93	29.94	29.95	29.96	29.97	29.98	29.99	30.00	30.01	30.02	30.03	30.04	30.05	30.06	30.07	30.08	30.09	30.10	30.11	30.12	30.13	30.14	30.15	30.16	30.17	30.18	30.19	30.20	30.21	30.22	30.23	30.24	30.25	30.26	30.27	30.28	30.29	30.30	30.31	30.32	30.33	30.34	30.35	30.36	30.37	30.38	30.39	30.40	30.41	30.42	30.43	30.44	30.45	30.46	30.47	30.48	30.49	30.50	30.51	30.52	30.53	30.54	30.55	30.56	30.57	30.58	30.59	30.60	30.61	30.62	30.63	30.64	30.65	30.66	30.67	30.68	30.69	30.70	30.71	30.72	30.73	30.74	30.75	30.76	30.77	30.78	30.79	30.80	30.81	30.82	30.83	30.84	30.85	30.86	30.87	30.88	30.89	30.90	30.91	30.92	30.93	30.94	30.95	30.96	30.97	30.98	30.99	31.00	31.01	31.02	31.03	31.04	31.05	31.06	31.07	31.08	31.09	31.10	31.11	31.12																																																																																																																																																																																																																																																																																																			

[illegible]

[illegible][illegible][illegible][illegible]

[illegible]

05-A		ANEXO - Periódico de 30/10 e seguintes (CONT.)		N.º
05-B-1- AGROICULTURA				
05-B-1-A APURAMENTO DO CUSTO DOS ACTIVOS BIOLÓGICOS VENDIDOS OU CONSUMIDOS				
	Descrição		Valor	
1	Activos biológicos iniciais		ABMS	
2	Comprar de activos biológicos		ABMS	
3	Revalorização e revalorização de activos biológicos		ABMS	
4	Activos biológicos finais		ABMS	
5	Custo dos activos biológicos vendidos ou consumidos $(1 + 2 + 3 - 4)$		ABMS	0,00
05-B-1-B APURAMENTO DA VALORAÇÃO EM ACTIVOS BIOLÓGICOS				
	Descrição		Valor	
1	Activos biológicos finais		ABMS	
2	Revalorização e revalorização de activos biológicos		ABMS	
3	Activos biológicos iniciais		ABMS	
4	Variação em activos biológicos $(1 + 2 - 3)$		ABMS	0,00
05-B-1-C OUTRA IMPLANTAÇÃO				
	Subtotal do Dever		Valor	
Mantimentos para a manutenção dos custos incorridos ao longo do período			ABMS	0,00
Combustíveis			ABMS	
Não ponderados			ABMS	
Compensações e reduções				
Compensações relativas à aquisição			ABMS	
Compensações relativas ao depreciação			ABMS	
Activos de gestão técnica			ABMS	
Activos ponderados com base em depreciação			ABMS	
Outros valores (pelo 10 de cada ano)				

1000

Copyright © 2004 John Wiley & Sons, Inc.

1997

1. *Journal of the American Medical Association*, 1997; 278: 1039-1044.

[illegible][illegible][illegible][illegible]

OUTRAS INFORMAÇÕES CONTÁBILÍSTICAS E FISCAIS		
04) DESORRAMENTOS DE DOWNS DA DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS E BALANÇO - Exercícios de 2008 e anteriores (CONT.)		
		VALOR
03	IMPOSTOS	
031	Impostos FISCALIS	00000
0311	Impostos sobre lucros	00000
0312	I.P.T.	00000
0313	Impostos de selo	00000
04	CUSTOS COM O PESSOAL	
041	Remuneração em espécie	00001
042	Benefícios do pessoal	00002
043	Fórmulas	00003
044	Estimativa de reforma e provisões para pensões	00004
045	Encargos sobre remunerações	00005
046	Contribuições previdenciárias e encargos previdenciários	00006
047	Contribuição sindical	00007
048	Outros custos com pessoal	00008
049		00009
05	GASTOS E PERDAS FINANCEIRAS	
051	Empreendimentos financeiros	00000
06	GASTOS E PERDAS EXTRAORDINÁRIAS	
061	Avaliação de investimentos financeiros	00001
062	Avaliação de participações sociais	00002
063	Avaliação de participações minoritárias	00003
064	Outras perdas em participações	00004
07	PROVISÕES SUPLEMENTARES	
072	Aluguel de equipamentos	00000
08	PROVISÕES E GASTOS FINANCEIRAS	
0811	Dívidas de longo prazo	00000
085	Parte da conta 782 relativa à venda de imóveis	00001
086	Parte da conta 784 relativa à venda de participações de ações de empresas não residentes	00002
09	PROVISÕES E GASTOS EXTRAORDINÁRIOS	
091	Avaliação de investimentos financeiros	00000
092	Avaliação de participações sociais	00001
093	Avaliação de participações minoritárias	00002
094	Em relação aos investimentos	00003
095	Outros provisões e gastos extraordinários	00004
10	ACRÉSCIMOS E DEBITOS	
101	Remuneração e honorários	00000
102	Juros e encargos	00001
103	Encargos sobre empréstimos	00002
104	Encargos sobre empréstimos	00003
105	Encargos sobre empréstimos	00004
106	Encargos sobre empréstimos	00005
107	Encargos sobre empréstimos	00006
108	Encargos sobre empréstimos	00007
109	Encargos sobre empréstimos	00008
11	ACRÉSCIMOS E DEBITOS	
111	Remuneração e honorários	00000
112	Juros e encargos	00001
113	Encargos sobre empréstimos	00002
114	Encargos sobre empréstimos	00003
115	Encargos sobre empréstimos	00004
116	Encargos sobre empréstimos	00005
117	Encargos sobre empréstimos	00006
118	Encargos sobre empréstimos	00007
119	Encargos sobre empréstimos	00008
12	ACRÉSCIMOS E DEBITOS	
121	Remuneração e honorários	00000
122	Juros e encargos	00001
123	Encargos sobre empréstimos	00002
124	Encargos sobre empréstimos	00003
125	Encargos sobre empréstimos	00004
126	Encargos sobre empréstimos	00005
127	Encargos sobre empréstimos	00006
128	Encargos sobre empréstimos	00007
129	Encargos sobre empréstimos	00008

06-A		OUTRAS INFORMAÇÕES CONTÁBILÍSTICAS E FISCAIS		
06-1.4 DESDOBRAMENTOS DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E DO BALANÇO - Período de 2010 a seguinte				
CONTAS ATIVAS E PASSIVAS / CONTAS A RECEBER E A PAGAR				
Conta	Descrição	D-10.10.10	Valor	
14	Outros instrumentos financeiros			
1411	Outros instrumentos financeiros	14111		
1412	Outros instrumentos financeiros	14112		
1413	Outros instrumentos financeiros para negociação	14113		
1414	Outros instrumentos financeiros para negociação	14114		
1415	Outros instrumentos financeiros para negociação	14115		
1416	Outros instrumentos financeiros para negociação	14116		
1417	Outros instrumentos financeiros para negociação	14117		
1418	Outros instrumentos financeiros para negociação	14118		
1419	Outros instrumentos financeiros para negociação	14119		
1420	Outros instrumentos financeiros para negociação	14120		
1421	Outros instrumentos financeiros para negociação	14121		
1422	Outros instrumentos financeiros para negociação	14122		
1423	Outros instrumentos financeiros para negociação	14123		
1424	Outros instrumentos financeiros para negociação	14124		
1425	Outros instrumentos financeiros para negociação	14125		
1426	Outros instrumentos financeiros para negociação	14126		
1427	Outros instrumentos financeiros para negociação	14127		
1428	Outros instrumentos financeiros para negociação	14128		
1429	Outros instrumentos financeiros para negociação	14129		
1430	Outros instrumentos financeiros para negociação	14130		
1431	Outros instrumentos financeiros para negociação	14131		
1432	Outros instrumentos financeiros para negociação	14132		
1433	Outros instrumentos financeiros para negociação	14133		
1434	Outros instrumentos financeiros para negociação	14134		
1435	Outros instrumentos financeiros para negociação	14135		
1436	Outros instrumentos financeiros para negociação	14136		
1437	Outros instrumentos financeiros para negociação	14137		
1438	Outros instrumentos financeiros para negociação	14138		
1439	Outros instrumentos financeiros para negociação	14139		
1440	Outros instrumentos financeiros para negociação	14140		
1441	Outros instrumentos financeiros para negociação	14141		
1442	Outros instrumentos financeiros para negociação	14142		
1443	Outros instrumentos financeiros para negociação	14143		
1444	Outros instrumentos financeiros para negociação	14144		
1445	Outros instrumentos financeiros para negociação	14145		
1446	Outros instrumentos financeiros para negociação	14146		
1447	Outros instrumentos financeiros para negociação	14147		
1448	Outros instrumentos financeiros para negociação	14148		
1449	Outros instrumentos financeiros para negociação	14149		
1450	Outros instrumentos financeiros para negociação	14150		
1451	Outros instrumentos financeiros para negociação	14151		
1452	Outros instrumentos financeiros para negociação	14152		
1453	Outros instrumentos financeiros para negociação	14153		
1454	Outros instrumentos financeiros para negociação	14154		
1455	Outros instrumentos financeiros para negociação	14155		
1456	Outros instrumentos financeiros para negociação	14156		
1457	Outros instrumentos financeiros para negociação	14157		
1458	Outros instrumentos financeiros para negociação	14158		
1459	Outros instrumentos financeiros para negociação	14159		
1460	Outros instrumentos financeiros para negociação	14160		
1461	Outros instrumentos financeiros para negociação	14161		
1462	Outros instrumentos financeiros para negociação	14162		
1463	Outros instrumentos financeiros para negociação	14163		
1464	Outros instrumentos financeiros para negociação	14164		
1465	Outros instrumentos financeiros para negociação	14165		
1466	Outros instrumentos financeiros para negociação	14166		
1467	Outros instrumentos financeiros para negociação	14167		
1468	Outros instrumentos financeiros para negociação	14168		
1469	Outros instrumentos financeiros para negociação	14169		
1470	Outros instrumentos financeiros para negociação	14170		
1471	Outros instrumentos financeiros para negociação	14171		
1472	Outros instrumentos financeiros para negociação	14172		
1473	Outros instrumentos financeiros para negociação	14173		
1474	Outros instrumentos financeiros para negociação	14174		
1475	Outros instrumentos financeiros para negociação	14175		
1476	Outros instrumentos financeiros para negociação	14176		
1477	Outros instrumentos financeiros para negociação	14177		
1478	Outros instrumentos financeiros para negociação	14178		
1479	Outros instrumentos financeiros para negociação	14179		
1480	Outros instrumentos financeiros para negociação	14180		
1481	Outros instrumentos financeiros para negociação	14181		
1482	Outros instrumentos financeiros para negociação	14182		
1483	Outros instrumentos financeiros para negociação	14183		
1484	Outros instrumentos financeiros para negociação	14184		
1485	Outros instrumentos financeiros para negociação	14185		
1486	Outros instrumentos financeiros para negociação	14186		
1487	Outros instrumentos financeiros para negociação	14187		
1488	Outros instrumentos financeiros para negociação	14188		
1489	Outros instrumentos financeiros para negociação	14189		
1490	Outros instrumentos financeiros para negociação	14190		
1491	Outros instrumentos financeiros para negociação	14191		
1492	Outros instrumentos financeiros para negociação	14192		
1493	Outros instrumentos financeiros para negociação	14193		
1494	Outros instrumentos financeiros para negociação	14194		
1495	Outros instrumentos financeiros para negociação	14195		
1496	Outros instrumentos financeiros para negociação	14196		
1497	Outros instrumentos financeiros para negociação	14197		
1498	Outros instrumentos financeiros para negociação	14198		
1499	Outros instrumentos financeiros para negociação	14199		
1500	Outros instrumentos financeiros para negociação	14200		
15	Outros instrumentos financeiros para negociação			
1511	Outros instrumentos financeiros para negociação	15111		
1512	Outros instrumentos financeiros para negociação	15112		
1513	Outros instrumentos financeiros para negociação	15113		
1514	Outros instrumentos financeiros para negociação	15114		
1515	Outros instrumentos financeiros para negociação	15115		
1516	Outros instrumentos financeiros para negociação	15116		
1517	Outros instrumentos financeiros para negociação	15117		
1518	Outros instrumentos financeiros para negociação	15118		
1519	Outros instrumentos financeiros para negociação	15119		
1520	Outros instrumentos financeiros para negociação	15120		
1521	Outros instrumentos financeiros para negociação	15121		
1522	Outros instrumentos financeiros para negociação	15122		
1523	Outros instrumentos financeiros para negociação	15123		
1524	Outros instrumentos financeiros para negociação	15124		
1525	Outros instrumentos financeiros para negociação	15125		
1526	Outros instrumentos financeiros para negociação	15126		
1527	Outros instrumentos financeiros para negociação	15127		
1528	Outros instrumentos financeiros para negociação	15128		
1529	Outros instrumentos financeiros para negociação	15129		
1530	Outros instrumentos financeiros para negociação	15130		
1531	Outros instrumentos financeiros para negociação	15131		
1532	Outros instrumentos financeiros para negociação	15132		
1533	Outros instrumentos financeiros para negociação	15133		
1534	Outros instrumentos financeiros para negociação	15134		
1535	Outros instrumentos financeiros para negociação	15135		
1536	Outros instrumentos financeiros para negociação	15136		
1537	Outros instrumentos financeiros para negociação	15137		
1538	Outros instrumentos financeiros para negociação	15138		
1539	Outros instrumentos financeiros para negociação	15139		
1540	Outros instrumentos financeiros para negociação	15140		
1541	Outros instrumentos financeiros para negociação	15141		
1542	Outros instrumentos financeiros para negociação	15142		
1543	Outros instrumentos financeiros para negociação	15143		
1544	Outros instrumentos financeiros para negociação	15144		
1545	Outros instrumentos financeiros para negociação	15145		
1546	Outros instrumentos financeiros para negociação	15146		
1547	Outros instrumentos financeiros para negociação	15147		
1548	Outros instrumentos financeiros para negociação	15148		
1549	Outros instrumentos financeiros para negociação	15149		
1550	Outros instrumentos financeiros para negociação	15150		
1551	Outros instrumentos financeiros para negociação	15151		
1552	Outros instrumentos financeiros para negociação	15152		
1553	Outros instrumentos financeiros para negociação	15153		
1554	Outros instrumentos financeiros para negociação	15154		
1555	Outros instrumentos financeiros para negociação	15155		
1556	Outros instrumentos financeiros para negociação	15156		
1557	Outros instrumentos financeiros para negociação	15157		
1558	Outros instrumentos financeiros para negociação	15158		
1559	Outros instrumentos financeiros para negociação	15159		
1560	Outros instrumentos financeiros para negociação	15160		
1561	Outros instrumentos financeiros para negociação	15161		
1562	Outros instrumentos financeiros para negociação	15162		
1563	Outros instrumentos financeiros para negociação	15163		
1564	Outros instrumentos financeiros para negociação	15164		
1565	Outros instrumentos financeiros para negociação	15165		
1566	Outros instrumentos financeiros para negociação	15166		
1567	Outros instrumentos financeiros para negociação	15167		
1568	Outros instrumentos financeiros para negociação	15168		
1569	Outros instrumentos financeiros para negociação	15169		
1570	Outros instrumentos financeiros para negociação	15170		
1571	Outros instrumentos financeiros para negociação	15171		
1572	Outros instrumentos financeiros para negociação	15172		
1573	Outros instrumentos financeiros para negociação	15173		
1574	Outros instrumentos financeiros para negociação	15174		
1575	Outros instrumentos financeiros para negociação	15175		
1576	Outros instrumentos financeiros para negociação	15176		
1577	Outros instrumentos financeiros para negociação	15177		
1578	Outros instrumentos financeiros para negociação	15178		
1579	Outros instrumentos financeiros para negociação	15179		
1580	Outros instrumentos financeiros para negociação	15180		
1581	Outros instrumentos financeiros para negociação	15181		
1582	Outros instrumentos financeiros para negociação	15182		
1583	Outros instrumentos financeiros para negociação	15183		
1584	Outros instrumentos financeiros para negociação	15184		
1585	Outros instrumentos financeiros para negociação	15185		
1586	Outros instrumentos financeiros para negociação	15186		
1587	Outros instrumentos financeiros para negociação	15187		
1588	Outros instrumentos financeiros para negociação	15188		
1589	Outros instrumentos financeiros para negociação	15189		
1590	Outros instrumentos financeiros para negociação	15190		
1591	Outros instrumentos financeiros para negociação	15191		
1592	Outros instrumentos financeiros para negociação	15192		
1593	Outros instrumentos financeiros para negociação	15193		
1594	Outros instrumentos financeiros para negociação	15194		
1595	Outros instrumentos financeiros para negociação	15195		
1596	Outros instrumentos financeiros para negociação	15196		
1597	Outros instrumentos financeiros para negociação	15197		
1598	Outros instrumentos financeiros para negociação	15198		
1599	Outros instrumentos financeiros para negociação	15199		
1600	Outros instrumentos financeiros para negociação	15200		
16	Outros instrumentos financeiros para negociação			
1611	Outros instrumentos financeiros para negociação	16111		
1612	Outros instrumentos financeiros para negociação	16112		
1613	Outros instrumentos financeiros para negociação	16113		
1614	Outros instrumentos financeiros para negociação	16114		
1615	Outros instrumentos financeiros para negociação	16115		
1616	Outros instrumentos financeiros para negociação	16116		
1617	Outros instrumentos financeiros para negociação	16117		
1618	Outros instrumentos financeiros para negociação	16118		
1619	Outros instrumentos financeiros para negociação	16119		
1620	Outros instrumentos financeiros para negociação	16120		
1621	Outros instrumentos financeiros para negociação	16121		
1622	Outros instrumentos financeiros para negociação	16122		
1623	Outros instrumentos financeiros para negociação	16123		
1624	Outros instrumentos financeiros para negociação	16124		
1625	Outros instrumentos financeiros para negociação	16125		
1626	Outros instrumentos financeiros para negociação	16126		
1627	Outros instrumentos financeiros para negociação	16127		
1628	Outros instrumentos financeiros para negociação	16128		
1629	Outros instrumentos financeiros para negociação	16129		
1630	Outros instrumentos financeiros para negociação	16130		
1631	Outros instrumentos financeiros para negociação	16131		
1632	Outros instrumentos financeiros para negociação	16132		
1633	Outros instrumentos financeiros para negociação	16133		
1634	Outros instrumentos financeiros para negociação	16134		
1635	Outros instrumentos financeiros para negociação	16135		
1636	Outros instrumentos financeiros para negociação	16136		
1637	Outros instrumentos financeiros para negociação	16137		
1638	Outros instrumentos financeiros para negociação	16138		
1639	Outros instrumentos financeiros para negociação	16139		
1640	Outros instrumentos financeiros para negociação	16140		
1641	Outros instrumentos financeiros para negociação	16141		
1642	Outros instrumentos financeiros para negociação	16142		
1643	Outros instrumentos financeiros para negociação	16143		
1644	Outros instrumentos financeiros para negociação	16144		
1645	Outros instrumentos financeiros para negociação	16145		
1646	Outros instrumentos financeiros para negociação	16146		
1647	Outros instrumentos financeiros para negociação	16147		
1648	Outros instrumentos financeiros para negociação	16148		
1649	Outros instrumentos financeiros para negociação	16149		
1650	Outros instrumentos financeiros para negociação	16150		
1651	Outros instrumentos financeiros para negociação	16151		
1652	Outros instrumentos financeiros para negociação	16152		
1653	Outros instrumentos financeiros para negociação	16153		
1654	Outros instrumentos financeiros para negociação	16154		
1655	Outros instrumentos financeiros para negociação	16155		
1656	Outros instrumentos financeiros para negociação	16156		
1657	Outros instrumentos financeiros para negociação	16157		
1658	Outros instrumentos financeiros para negociação	16158		
1659	Outros instrumentos financeiros para negociação	16159		
1660	Outros instrumentos financeiros para negociação	16160		
1661	Outros instrumentos financeiros para negociação	16161		
1662	Outros instrumentos financeiros para negociação	16162		
1663	Outros instrumentos financeiros para negociação	16163		
1664	Outros instrumentos financeiros para negociação	16164		
1665	Outros instrumentos financeiros para negociação	16165		
1666	Outros instrumentos financeiros para negociação	16166		
1667	Outros instrumentos financeiros para negociação	16167		
1668	Outros instrumentos financeiros para negociação	16168		
1669	Outros instrumentos financeiros para negociação	16169		
1670	Outros instrumentos financeiros para negociação	16170		
1671	Outros instrumentos financeiros para negociação	16171		
1672	Outros instrumentos financeiros para negociação	16172		
1673	Outros instrumentos financeiros para negociação	16173		
1674	Outros instrumentos financeiros para negociação	16174		
1675	Outros instrumentos financeiros para negociação	16175		
1676	Outros instrumentos financeiros para negociação	16176		
1677	Outros instrumentos financeiros para negociação	16177		
1678	Outros instrumentos financeiros para negociação	16178		
1679	Outros instrumentos financeiros para negociação	16179		
1680	Outros instrumentos financeiros para negociação	16180		
1681	Outros instrumentos financeiros para negociação	16181		
1682	Outros instrumentos financeiros para negociação	16182		
1683	Outros instrumentos financeiros para negociação	16183		
1684	Outros instrumentos financeiros para negociação	16184		
1685	Outros instrumentos financeiros para negociação	16185		
1686	Outros instrumentos financeiros para negociação	16186		
1687	Outros instrumentos financeiros para negociação	16187		
1688	Outros instrumentos financeiros para negociação	16188		
1689	Outros instrumentos financeiros para negociação	16189		
1690	Outros instrumentos financeiros para negociação	16190		
1691	Outros instrumentos financeiros para negociação	16191		
1692	Outros instrumentos financeiros para negociação	16192		
1693	Outros instrumentos financeiros para negociação	16193		
1694	Outros instrumentos financeiros para negociação	16194		
1695	Outros instrumentos financeiros para negociação	16195		
1696	Outros instrumentos financeiros para negociação	16196		
1697	Outros instrumentos financeiros para negociação	16197		
1698	Outros instrumentos financeiros para negociação	16198		
1699	Outros instrumentos financeiros para negociação	16199		
1700	Outros instrumentos financeiros para negociação	16200		
17	Outros instrumentos financeiros para negociação			
1711	Outros instrumentos financeiros para negociação	17111		
1712	Outros instrumentos financeiros para negociação	17112		
1713	Outros instrumentos financeiros para negociação	17113		
1714	Outros instrumentos financeiros para negociação	17114		

OUTRAS INFORMAÇÕES CONTÁBILÍSTICAS E FISCAIS

06-A DEMONSTRANTES DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E DO BALANÇO - Faltados de 2010 e seguintes

CONTAS ATIVAS E PASSIVAS / CONTAS A RECEBER E A PAGAR

Contas	Do código		Valor
100	Pontos por pagamento de Faltados - depreciação	AT000	
27	Outros créditos a receber e a pagar		
2711	Fornecedores de insumos - contas gerais	AT000	0,00
	Fornecedores de insumos - contas gerais - comissões	AT000	
	Fornecedores de insumos - contas gerais - não comissões	AT000	
2712	Faltados em recepção e confissão - comissões	AT000	0,00
	Faltados em recepção e confissão - não comissões	AT000	
	Faltados em recepção e confissão - comissões	AT000	
2713	Alta insumos e fornecedores de insumos	AT000	
2721	Dividendos por distribuição de resultados	AT000	956.507,48
2722	Créditos por distribuição de lucros	AT000	130.245,15
2741	Alíquotas de impostos de renda	AT000	
2742	Provisões por impostos de renda	AT000	
275	Benefícios por empréstimos	AT000	
276	Créditos por subscrições não realizadas	AT000	
276	Acréscimos por conta de vendas	AT000	
276	Outros créditos e débitos		
	Créditos devedores	AT000	9.101,41
	Créditos credores	AT000	15.463,67

CONTAS DE GASTOS

62	Propaganda e serviços de impressão	AT000	386.149,30
621	Suportes	AT000	9.246,98
622	Serviços de impressão	AT000	62.561,33
623	Impressão de materiais	AT000	15.649,99
	Outros		
6231	Pagamentos e pagamentos de serviços de impressão	AT000	
6232	Pagamentos de impressão	AT000	18.617,25
6233	Impressão e impressão	AT000	749,02
6234	Impressão	AT000	13.722,14
6235	Comissões	AT000	4.780,47
6236	Comissão e pagamento	AT000	11.631,45
6237 a 6	Outros	AT000	
623	Materiais	AT000	34.724,36
6231	Fornecedores e fornecedores de materiais	AT000	16.492,36
6232	Lucros e documentação técnica	AT000	30,00
6233	Materiais de impressão	AT000	10.930,93
6234	Arquivos de dados	AT000	7.271,07
6235 a 6	Outros	AT000	
624	Energia e luzes	AT000	19.892,47
6241	Energia	AT000	6.536,23
6242	Contribuição	AT000	12.422,36
6243	Água	AT000	953,82
6244 a 6	Outros	AT000	
625	Despesas com serviços e transações	AT000	21.144,00
6251	Despesas com serviços	AT000	86.575,69
6252	Transportes por pessoa	AT000	
6253	Transportes de mercadorias	AT000	4.469,11
6254 a 6	Outros	AT000	

05-A		OUTRAS INFORMAÇÕES CONTÁBILÍSTICAS E FISCAIS		
09-A-1 DESCOMPOSIÇÃO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E DO BALANÇO - Períodos de 2010 a seguinte				
CONTAS DE OABTOS				Valor
Conta	Descrição	Assim		
020	Depreciação	171.878,24		
021	Amortização	28.184,75		
022	Outras	0,00		
023	Depreciação de terrenos	0,00		
024	Depreciação de terrenos com edificações construídas	0,00		
025	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
026	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
027	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
028	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
029	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
030	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
031	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
032	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
033	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
034	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
035	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
036	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
037	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
038	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
039	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
040	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
041	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
042	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
043	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
044	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
045	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
046	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
047	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
048	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
049	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
050	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
051	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
052	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
053	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
054	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
055	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
056	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
057	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
058	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
059	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
060	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
061	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
062	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
063	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
064	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
065	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
066	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
067	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
068	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
069	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
070	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
071	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
072	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
073	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
074	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
075	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
076	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
077	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
078	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
079	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
080	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
081	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
082	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
083	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
084	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
085	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
086	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
087	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
088	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
089	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
090	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
091	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
092	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
093	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
094	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
095	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
096	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
097	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
098	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
099	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
100	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
101	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
102	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
103	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
104	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
105	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
106	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
107	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
108	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
109	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
110	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
111	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
112	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
113	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
114	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
115	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
116	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
117	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
118	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
119	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
120	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
121	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
122	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
123	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
124	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
125	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
126	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
127	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
128	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
129	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
130	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
131	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
132	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
133	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
134	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
135	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
136	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
137	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
138	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
139	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
140	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
141	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
142	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
143	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
144	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
145	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
146	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
147	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
148	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
149	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
150	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
151	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
152	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
153	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
154	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
155	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
156	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
157	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
158	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
159	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
160	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
161	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
162	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
163	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
164	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
165	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
166	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
167	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
168	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
169	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
170	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
171	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
172	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
173	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
174	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
175	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
176	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
177	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
178	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
179	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
180	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
181	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
182	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
183	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
184	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
185	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
186	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
187	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
188	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
189	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
190	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
191	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
192	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
193	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
194	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
195	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
196	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
197	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
198	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
199	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		
200	Depreciação de terrenos e edificações construídas	0,00		

05-A		OUTRAS INFORMAÇÕES CONTABILÍSTICAS E FISCAIS					
RELAZÓRIOS DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS E DO BALANÇO - Período de 2008 a 2010 em Reais							
CONTAS DE BASTOS							
Contas	Descrição			Valor			
620 e 620.1	Outras		AP09				
620.1	Outras Contas e partes de Imparciais		AP11	5.832,38			
620.1	Reservas e Reservas de Imparciais		AP12	16,82			
620.1 e 620.2	Outras		AP13	5.915,51			
CONTAS DE REMOVIÇÕES							
700	Transferências para a próxima etapa - Reservas para a próxima etapa		AP14				
700	Reservas		AP15	0,00			
701	Reservas de Imparciais e Imparciais		AP16	0,00			
701.1	Reservas de Imparciais		AP17				
701.2	Reservas de Imparciais		AP18				
701.3	Reservas de Imparciais		AP19				
702	Reservas de partes de Imparciais		AP20				
703	Reservas de partes de Imparciais		AP21				
707	Reservas para a próxima etapa - Reservas para a próxima etapa		AP22	0,00			
707.1	Em Imparciais		AP23				
707.2	Em Imparciais		AP24				
707.3	Reservas de Imparciais		AP25				
707.4	Reservas de Imparciais		AP26				
708	Outras reservas e partes		AP27	47.457,20			
708.1	Reservas de Imparciais		AP28	12.000,00			
708.2	Reservas de partes de Imparciais		AP29	358,63			
708.3	Reservas de partes de Imparciais		AP30				
708.4	Reservas de partes de Imparciais		AP31	9.641,84			
708.5	Reservas e partes de Imparciais, Reservas e partes de Imparciais		AP32				
708.6	Reservas de Imparciais		AP33				
708.7	Reservas de Imparciais		AP34				
708.8	Reservas de Imparciais		AP35				
708.9	Reservas de Imparciais		AP36				
708.10	Reservas de Imparciais		AP37				
708.11	Reservas de Imparciais		AP38				
708.12	Reservas de Imparciais		AP39				
708.13	Reservas de Imparciais		AP40				
708.14	Reservas de Imparciais		AP41				
708.15	Reservas de Imparciais		AP42				
708.16	Reservas de Imparciais		AP43				
708.17	Reservas de Imparciais		AP44				
708.18	Reservas de Imparciais		AP45				
708.19	Reservas de Imparciais		AP46				
708.20	Reservas de Imparciais		AP47				
708.21	Reservas de Imparciais		AP48				
708.22	Reservas de Imparciais		AP49				
708.23	Reservas de Imparciais		AP50				
708.24	Reservas de Imparciais		AP51				
708.25	Reservas de Imparciais		AP52				
708.26	Reservas de Imparciais		AP53				
708.27	Reservas de Imparciais		AP54				
708.28	Reservas de Imparciais		AP55				
708.29	Reservas de Imparciais		AP56				
708.30	Reservas de Imparciais		AP57				
708.31	Reservas de Imparciais		AP58				
708.32	Reservas de Imparciais		AP59				
708.33	Reservas de Imparciais		AP60				
708.34	Reservas de Imparciais		AP61				
708.35	Reservas de Imparciais		AP62				
708.36	Reservas de Imparciais		AP63				
708.37	Reservas de Imparciais		AP64				
708.38	Reservas de Imparciais		AP65				
708.39	Reservas de Imparciais		AP66				
708.40	Reservas de Imparciais		AP67				
708.41	Reservas de Imparciais		AP68				
708.42	Reservas de Imparciais		AP69				
708.43	Reservas de Imparciais		AP70				
708.44	Reservas de Imparciais		AP71				
708.45	Reservas de Imparciais		AP72				
708.46	Reservas de Imparciais		AP73				
708.47	Reservas de Imparciais		AP74				
708.48	Reservas de Imparciais		AP75				
708.49	Reservas de Imparciais		AP76				
708.50	Reservas de Imparciais		AP77				
708.51	Reservas de Imparciais		AP78				
708.52	Reservas de Imparciais		AP79				
708.53	Reservas de Imparciais		AP80				
708.54	Reservas de Imparciais		AP81				
708.55	Reservas de Imparciais		AP82				
708.56	Reservas de Imparciais		AP83				
708.57	Reservas de Imparciais		AP84				
708.58	Reservas de Imparciais		AP85				
708.59	Reservas de Imparciais		AP86				
708.60	Reservas de Imparciais		AP87				
708.61	Reservas de Imparciais		AP88				
708.62	Reservas de Imparciais		AP89				
708.63	Reservas de Imparciais		AP90				
708.64	Reservas de Imparciais		AP91				
708.65	Reservas de Imparciais		AP92				
708.66	Reservas de						

005 OUTRAS INFORMAÇÕES CONTÁBILÍSTICAS E FISCAIS																												
012 CRÉDITOS COMERCIAIS																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th></th> <th>CRÉDITOS COMERCIAIS DE ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (aquelas de atendimento aos)</th> <th>VALOR</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>21</td> <td>Parte da conta 21 relativa a Administrações Públicas</td> <td>AM07 0,00</td> </tr> <tr> <td></td> <td>Créditos comerciais com o exterior (Reservas de administrações)</td> <td></td> </tr> <tr> <td>24</td> <td>Parte da conta 21 relativa a não residentes</td> <td>AM08 501 577,26</td> </tr> <tr> <td>22</td> <td>Parte da conta 22 relativa a não residentes</td> <td>AM09 850 920,45</td> </tr> <tr> <td>23</td> <td>Parte da conta 23 (ou 24) relativa a não residentes</td> <td>AM10</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Importância de outros bens</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Para recebíveis por prestação de serviços e outros bens, parte relativa a não residentes (descontos cobrados e provisionados)</td> </tr> <tr> <td>25</td> <td>AM11</td> <td></td> </tr> </tbody> </table>			CRÉDITOS COMERCIAIS DE ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (aquelas de atendimento aos)	VALOR	21	Parte da conta 21 relativa a Administrações Públicas	AM07 0,00		Créditos comerciais com o exterior (Reservas de administrações)		24	Parte da conta 21 relativa a não residentes	AM08 501 577,26	22	Parte da conta 22 relativa a não residentes	AM09 850 920,45	23	Parte da conta 23 (ou 24) relativa a não residentes	AM10	Importância de outros bens			Para recebíveis por prestação de serviços e outros bens, parte relativa a não residentes (descontos cobrados e provisionados)			25	AM11	
	CRÉDITOS COMERCIAIS DE ADMINISTRAÇÕES PÚBLICAS (aquelas de atendimento aos)	VALOR																										
21	Parte da conta 21 relativa a Administrações Públicas	AM07 0,00																										
	Créditos comerciais com o exterior (Reservas de administrações)																											
24	Parte da conta 21 relativa a não residentes	AM08 501 577,26																										
22	Parte da conta 22 relativa a não residentes	AM09 850 920,45																										
23	Parte da conta 23 (ou 24) relativa a não residentes	AM10																										
Importância de outros bens																												
Para recebíveis por prestação de serviços e outros bens, parte relativa a não residentes (descontos cobrados e provisionados)																												
25	AM11																											
013 OUTRAS INFORMAÇÕES CONTÁBILÍSTICAS E FISCAIS																												
Suplementos (verbo creditar)																												
AM12																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Suplementos e empréstimos (descontos cobrados e provisionados) relativos a não residentes (verbo creditar)</th> <th>Número da identificação Fiscal</th> <th>Valor</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>AM13</td> <td></td> <td></td> </tr> <tr> <td>AM14</td> <td></td> <td></td> </tr> </tbody> </table>		Suplementos e empréstimos (descontos cobrados e provisionados) relativos a não residentes (verbo creditar)	Número da identificação Fiscal	Valor	AM13			AM14																				
Suplementos e empréstimos (descontos cobrados e provisionados) relativos a não residentes (verbo creditar)	Número da identificação Fiscal	Valor																										
AM13																												
AM14																												
<table border="1"> <thead> <tr> <th>Número da identificação Fiscal de outros suplementos e empréstimos</th> <th>Valor suplementos e empréstimos</th> <th>Nº de beneficiários</th> <th>Tipo de operação</th> </tr> </thead> <tbody> <tr> <td>AM15</td> <td>AM16</td> <td>AM17</td> <td>AM18</td> </tr> </tbody> </table>		Número da identificação Fiscal de outros suplementos e empréstimos	Valor suplementos e empréstimos	Nº de beneficiários	Tipo de operação	AM15	AM16	AM17	AM18																			
Número da identificação Fiscal de outros suplementos e empréstimos	Valor suplementos e empréstimos	Nº de beneficiários	Tipo de operação																									
AM15	AM16	AM17	AM18																									
Comparações suplementares para limites de créditos (1 * 13 03 e 13 03 03 do CIRC)																												
AM19																												
014 DELIBERAÇÃO DE APROVAÇÃO DE CONTAS																												
As contas de contabilidade foram aprovadas em 7 SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>																												
Se responder SIM, indicar:																												
1 - Data de elaboração da aprovação de contas																												
dia mês ano																												
1 2017-07-22																												
2 - País: Unilateralmente <input checked="" type="checkbox"/> Bilateral <input type="checkbox"/>																												
3 - Por categoria dos votos, inclua o número correspondente ao capital total votado em cada uma das votações																												
0 100,00																												
4 - A deliberação da aprovação de contas e sua deliberação em si, incluindo, mas não limitada, pelo artigo 61.º do Código das Sociedades Comerciais (CSC) SIM <input checked="" type="checkbox"/> NÃO <input type="checkbox"/>																												
5 - As contas foram aprovadas:																												
a) As sociedades gerais regularmente constituídas																												
B <input checked="" type="checkbox"/> X																												
b) As sociedades anónimas																												
C <input checked="" type="checkbox"/> X																												
Por deliberação por voto escrito																												
D <input checked="" type="checkbox"/> X																												
E. As contas foram aprovadas:																												
a) Pelo Conselho de Administração																												
F <input checked="" type="checkbox"/> X																												
b) Pelo Conselho de Administração																												
G <input checked="" type="checkbox"/> X																												
c) Pelo Conselho de Administração																												
H <input checked="" type="checkbox"/> X																												
d) Pelo Conselho de Administração																												
I <input checked="" type="checkbox"/> X																												
e) Pelo Conselho de Administração																												
J <input checked="" type="checkbox"/> X																												
f) Pelo Conselho de Administração																												
K <input checked="" type="checkbox"/> X																												
g) Pelo Conselho de Administração																												
L <input checked="" type="checkbox"/> X																												
h) Pelo Conselho de Administração																												
M <input checked="" type="checkbox"/> X																												
i) Pelo Conselho de Administração																												
N <input checked="" type="checkbox"/> X																												
j) Pelo Conselho de Administração																												
O <input checked="" type="checkbox"/> X																												
k) Pelo Conselho de Administração																												
P <input checked="" type="checkbox"/> X																												
l) Pelo Conselho de Administração																												
Q <input checked="" type="checkbox"/> X																												
m) Pelo Conselho de Administração																												
R <input checked="" type="checkbox"/> X																												
n) Pelo Conselho de Administração																												
S <input checked="" type="checkbox"/> X																												
o) Pelo Conselho de Administração																												
T <input checked="" type="checkbox"/> X																												
p) Pelo Conselho de Administração																												
U <input checked="" type="checkbox"/> X																												
q) Pelo Conselho de Administração																												
V <input checked="" type="checkbox"/> X																												
r) Pelo Conselho de Administração																												
W <input checked="" type="checkbox"/> X																												
s) Pelo Conselho de Administração																												
X <input checked="" type="checkbox"/> X																												
t) Pelo Conselho de Administração																												
Y <input checked="" type="checkbox"/> X																												
u) Pelo Conselho de Administração																												
Z <input checked="" type="checkbox"/> X																												
v) Pelo Conselho de Administração																												
AA <input checked="" type="checkbox"/> X																												
w) Pelo Conselho de Administração																												
AB <input checked="" type="checkbox"/> X																												
x) Pelo Conselho de Administração																												
AC <input checked="" type="checkbox"/> X																												
y) Pelo Conselho de Administração																												
AD <input checked="" type="checkbox"/> X																												
z) Pelo Conselho de Administração																												
AE <input checked="" type="checkbox"/> X																												
aa) Pelo Conselho de Administração																												
AF <input checked="" type="checkbox"/> X																												
ab) Pelo Conselho de Administração																												
AG <input checked="" type="checkbox"/> X																												
ac) Pelo Conselho de Administração																												
AH <input checked="" type="checkbox"/> X																												
ad) Pelo Conselho de Administração																												
AI <input checked="" type="checkbox"/> X																												
ae) Pelo Conselho de Administração																												
AJ <input checked="" type="checkbox"/> X																												
af) Pelo Conselho de Administração																												
AK <input checked="" type="checkbox"/> X																												
ag) Pelo Conselho de Administração																												
AL <input checked="" type="checkbox"/> X																												
ah) Pelo Conselho de Administração																												
AM <input checked="" type="checkbox"/> X																												
ai) Pelo Conselho de Administração																												
AN <input checked="" type="checkbox"/> X																												
aj) Pelo Conselho de Administração																												
AO <input checked="" type="checkbox"/> X																												
ak) Pelo Conselho de Administração																												
AP <input checked="" type="checkbox"/> X																												
al) Pelo Conselho de Administração																												
AQ <input checked="" type="checkbox"/> X																												
am) Pelo Conselho de Administração																												
AR <input checked="" type="checkbox"/> X																												
an) Pelo Conselho de Administração																												
AS <input checked="" type="checkbox"/> X																												
ao) Pelo Conselho de Administração																												
AT <input checked="" type="checkbox"/> X																												
ap) Pelo Conselho de Administração																												
AU <input checked="" type="checkbox"/> X																												
aq) Pelo Conselho de Administração																												
AV <input checked="" type="checkbox"/> X																												
ar) Pelo Conselho de Administração																												
AW <input checked="" type="checkbox"/> X																												
as) Pelo Conselho de Administração																												
AX <input checked="" type="checkbox"/> X																												
at) Pelo Conselho de Administração																												
AY <input checked="" type="checkbox"/> X																												
au) Pelo Conselho de Administração																												
AZ <input checked="" type="checkbox"/> X																												
av) Pelo Conselho de Administração																												
BA <input checked="" type="checkbox"/> X																												
aw) Pelo Conselho de Administração																												
BB <input checked="" type="checkbox"/> X																												
ax) Pelo Conselho de Administração																												
BC <input checked="" type="checkbox"/> X																												
ay) Pelo Conselho de Administração																												
BD <input checked="" type="checkbox"/> X																												
az) Pelo Conselho de Administração																												
BE <input checked="" type="checkbox"/> X																												
ba) Pelo Conselho de Administração																												
BF <input checked="" type="checkbox"/> X																												
bb) Pelo Conselho de Administração																												
BG <input checked="" type="checkbox"/> X																												
bc) Pelo Conselho de Administração																												

[illegible][illegible]

[illegible][illegible]

APURAMENTO DO LUCRO TRIBUTÁVEL (cont.)		
172	171	0,00
173	172	0,00
174	173	0,00
175	174	0,00
176	175	0,00
177	176	0,00
178	177	0,00
179	178	0,00
180	179	0,00
181	180	0,00
182	181	0,00
183	182	0,00
184	183	0,00
185	184	0,00
186	185	0,00
187	186	0,00
188	187	0,00
189	188	0,00
190	189	0,00
191	190	0,00
192	191	0,00
193	192	0,00
194	193	0,00
195	194	0,00
196	195	0,00
197	196	0,00
198	197	0,00
199	198	0,00
200	199	0,00
201	200	0,00
202	201	0,00
203	202	0,00
204	203	0,00
205	204	0,00
206	205	0,00
207	206	0,00
208	207	0,00
209	208	0,00
210	209	0,00
211	210	0,00
212	211	0,00
213	212	0,00
214	213	0,00
215	214	0,00
216	215	0,00
217	216	0,00
218	217	0,00
219	218	0,00
220	219	0,00
221	220	0,00
222	221	0,00
223	222	0,00
224	223	0,00
225	224	0,00
226	225	0,00
227	226	0,00
228	227	0,00
229	228	0,00
230	229	0,00
231	230	0,00
232	231	0,00
233	232	0,00
234	233	0,00
235	234	0,00
236	235	0,00
237	236	0,00
238	237	0,00
239	238	0,00
240	239	0,00
241	240	0,00
242	241	0,00
243	242	0,00
244	243	0,00
245	244	0,00
246	245	0,00
247	246	0,00
248	247	0,00
249	248	0,00
250	249	0,00
251	250	0,00
252	251	0,00
253	252	0,00
254	253	0,00
255	254	0,00
256	255	0,00
257	256	0,00
258	257	0,00
259	258	0,00
260	259	0,00
261	260	0,00
262	261	0,00
263	262	0,00
264	263	0,00
265	264	0,00
266	265	0,00
267	266	0,00
268	267	0,00
269	268	0,00
270	269	0,00
271	270	0,00
272	271	0,00
273	272	0,00
274	273	0,00
275	274	0,00
276	275	0,00
277	276	0,00
278	277	0,00
279	278	0,00
280	279	0,00
281	280	0,00
282	281	0,00
283	282	0,00
284	283	0,00
285	284	0,00
286	285	0,00
287	286	0,

[illegible]

Page 1 of 2Figure 5 (continued)

Notes:

Figure 2.3 (a)

[illegible][illegible]



DMGAP-DPCG - DIVISÃO FINANCEIRA

CERTIDÃO

Ana Raquel Miranda Lopes, Chefe de Divisão do Município de Braga

CERTIFICA, face aos elementos disponíveis no sistema Informático de faturação que **IBERIANA TECHNICAL,LDA** pessoa coletiva nº 507 672 828, com sede na **Rua da Quintã, nº 12, freguesia de Frossos - 4700-023 BRAGA** tem a sua situação tributária regularizada não existindo de momento certidões de dívida relativa a este contribuinte

Por ser verdade e por ter sido solicitada, emite-se a presente certidão em 5 de abril de 2018.

A CHEFE DE DIVISÃO,

(Raquel Miranda)



BRAGA
Município

DMUOP - SECRETARIA DE APOIO - DMUOPSA

REGISTADO

Data de Remessa

Exmo. (a) Senhor (a)

INVEST BRAGA - PARQUE DE EXPOSIÇÕES DE BRAGA
AV. DR. FRANCISCO PIRES GONÇALVES
4711-909 BRAGA

Sua referência	Sua comunicação de	Nossa referência	Data
		Of. n.º S/4099/DMUOPSA/2017	17-05-2017

NOTIFICAÇÃO

Assunto: Pedido de reconhecimento de interesse público municipal para empreendimento estratégico

Processo n.º 3469/URB/PED/17

Local da Obra: RUA DA VEIGA - Lomar

Vem por este meio,

- ☐ - Notificar V. Ex.ª que o projecto em epígrafe, foi indeferido por despacho do Vereador Miguel Bandeira de
- ☐ - Notificar V. Ex.ª que deverá suprir as deficiências verificadas nos elementos instrutores do pedido, ao abrigo do art.º do Dec-Lei n.º 555/99 e conforme informação de que se anexa fotocópia.
- ☒ - Relativamente ao assunto acima mencionado, junto envio a V. Exa. fotocópia da informação prestada pelos Serviços Técnicos desta Câmara (I/36/DPRRU/2017).

Com os melhores cumprimentos,

O Vereador,

(Miguel de Melo Bandeira (Prof.))

Na resposta deverá indicar o número, data e referência do presente ofício

1190
2017 05 24



BRAGA
Município

DMUOP – DPOT – DPRRU – DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

Eng. Rui Miguel Araújo
Remeter ao Sr. Diretor da DMUOP

*concordo com o parecer da DPRRU.
Uma apreciação fundamentada e conclusiva
do requerido implica a apresentação de elementos
de projeto que permitam avaliar a integração da
construção no espaço envolvente nomeadamente
através de plantas de implantação e cortes cor-
pondentes.
Esses elementos deverão ser submetidos ao requerido*
15/5/2017
Rui Miguel Araújo

Processo n.º PROC/2/DPRRU/2017 – I/36/DPRRU/2017

Promotor: Iberiana Technical, Lda

Local da Obra: Rua da Veiga, União de Freguesias de Lomar e Arcos

Assunto: Pedido de certidão de reconhecimento de interesse público municipal para empreendimento estratégico

Técnico responsável: Filomena Farinhas (Chefe de Divisão da DPRRU)

Identificação da Pretensão e âmbito do pedido de parecer técnico

1. Pretende-se a obtenção de certidão de reconhecimento de interesse público municipal para enquadramento de futura operação urbanística no conceito de empreendimento estratégico definido no PDM em vigor.

Análise Técnica

2. Em termos procedimentais o pedido enquadra-se num processo específico, regulado pelas disposições do artigo 31º e seguintes do regulamento do PDM, nos seguintes termos:

2.1. Apresentação do pedido incluindo memória descritiva (n.º 1 do artigo 31º); minuta do contrato de investimento entre o promotor e a CMB (n.º 3 do artigo 31º); e a avaliação das incidências territoriais (alínea a) do n.º 1 do artigo 32º).

2.2. Análise técnica que terá de se pronunciar sobre:

- Alternativas para a localização em espaço consonante com o uso em causa;
- A suscetibilidade de a pretensão provocar cargas funcionais incompatíveis para as infraestruturas públicas ou de por em causa a imagem do território, em termos de integração urbana e paisagística;
- A necessidade da AAE;
- A necessidade de delimitação e aprovação de unidade de execução;
- O conteúdo do contrato de investimento;

2.3. Em paralelo é solicitada pronúncia a outras entidades sobre o interesse público estratégico (AIMINHO, Invest Braga, Junta de Freguesia);

2.4. Deliberação municipal (reunião de câmara) sobre a necessidade de elaboração de PU ou PP (se pedido sujeito a AAE), ou sobre a necessidade de abertura de período de discussão pública com mínimo de 20 dias úteis (se pedido não sujeito a AAE), incluindo-se neste período a discussão pública relativa a unidade de execução se necessário;

2.5. Se pedido não sujeito a AAE, os serviços ponderam o resultado da discussão pública e elaboram a versão final da análise;

2.6. CMB aprova a delimitação da unidade de execução, se necessário, e envia para a Assembleia Municipal o pedido para o reconhecimento do interesse público estratégico;

2.7. Análise da operação urbanística atendendo ao disposto no artigo 33º, dado que a conjugação com o artigo 96º e seguintes já se encontra acautelado.

3. Na situação em concreto, a parcela de terreno pretendida localiza-se na categoria de solo rural "Espaço agrícola", e uma pequena parte em solo urbano, categoria "Espaço Urbano de Baixa Densidade – BD2" e "Espaços Residenciais – ER5", tendo como condicionantes à edificabilidade a zona de proteção à A11 e servidão da estrada



BRAGA
Município

DMUOP - DPOT - DPRRU - DIVISÃO DE PLANEAMENTO, REVITALIZAÇÃO E REGENERAÇÃO URBANA

Nacional 309, a área envolvente à Quinta de Laboriz, e as distâncias às extremas da propriedade que resultam da aplicação da Lei da Defesa da Floresta Contra Incêndios.

4. A localização pretendida, a sul do espaço de atividades económicas de Lomar, ainda se encontra abrangido pela UOPG 25 - Parque Oeste e envolvente.

5. O pedido foi instruído com memória descritiva que retrata a evolução da empresa desde 2006, com incidência na indústria electrónica, robótica, automação industrial e desenvolvimento de software. Visa a concepção e produção de máquinas espelizadas, com montagem de peças e criação de software para comandar as máquinas ou robots. Emprega 33 pessoas, com intenção de integração de mais 10 postos de trabalho. Estimam que no final deste ano o volume de vendas seja superior a 2,5M€.

6. Em face do descrito a pretensão reúne os requisitos das alíneas a) e b) do n.º 1 do artigo 31º, devendo ser esclarecido qual o valor de investimento, para aferição do cumprimento da alínea d) do mesmo artigo.

7. Acompanha o pedido o relatório de avaliação de incidências territoriais, exigido na alínea a) do n.º 1 do artigo 32º do regulamento do PDM. Bem estruturado, sintético e bem redigido, sustenta, contudo, a fundamentação sobre uma intenção de implantação e relação volumétrica não explicitada graficamente. Do texto não nos é possível avaliar como se implantará o(s) edifício(s), considerando o referido a página 9: "(...) conseguir-se-á um enquadramento topográfico de encaixe ou encastramento do edifício no terreno, aproveitando o declive (...)".

8. Sobre a possibilidade de localização alternativa, já foi a questão abordada na reunião tida a 5 de dezembro de 2016, não se afigurando compaginável o tempo de espera da consolidação e concretização da expansão prevista para o espaço de atividades económicas em Lomar, a norte da pretensão. Contribuem para a urgência da implementação desta unidade industrial o projeto de expansão 2017-2020 em co-promoção com a BOSCH.

9. Concorda-se pela desnecessidade de avaliação ambiental estratégica.

10. O eventualmente licenciamento avulso da pretensão está dependente da mesma poder ser excluída da alínea a) do n.º 2 do artigo 97º do regulamento do PDM, dado estar integrada em UOPG. Só com a planta de implantação poderemos avaliar este preceito.

Proposta de decisão

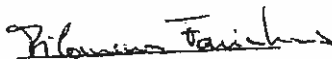
11. Para conclusão da análise será necessário:

11.1. O aperfeiçoamento do pedido com apresentação de peças gráficas, nomeadamente planta de implantação e perfis que permitam a leitura da integração da solução na envolvente, para análise da integração urbana e cumprimentos de parâmetros urbanísticos (servidões, afastamentos, estacionamento), e esclarecimento do volume de investimento.

11.2. Solicitar o auxílio da Divisão de Serviços Jurídicos e Contencioso na formatação da minuta do contrato de investimento previsto no n.º 3 do artigo 31º.

11.3. Ainda que não legalmente previsto, seria recomendável, à semelhança de outros pedidos similares, que fosse colhida pronúncia / declaração a outras entidades representativas dos interesses a ponderar, nomeadamente Junta de Freguesia e Invest Braga.

A Chefe da DPRRU,


Filomena Farinhas
17/04/2017

2 CB

C

h

CONTRATO DE INVESTIMENTO

ENTRE,

MUNICÍPIO DE BRAGA, pessoa coletiva de Direito Público n.º 506 901 173, com sede na Praça do Município, 4730-749 Braga, neste ato representada pelo Senhor Presidente da Câmara, Ricardo Bruno Antunes Machado Rio, designado para efeitos do presente contrato por MB;

IB – Agência para a Dinamização Económica, E.M., pessoa coletiva n.º 504 807 706, com sede na Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves, Apartado 60, 4711 909 Braga, neste ato representada pelo Senhor Presidente do Conselho de Administração, Carlos Nuno Alves de Oliveira, designada para efeitos do presente contrato por InvestBraga;

E

Iberiana Technical, Lda., pessoa coletiva n.º 507672828 com sede na Rua da Quintã, Lote 13, União das freguesias de Merelim (São Pedro) e Frossos, concelho de Braga, neste ato representada pelos sócios gerentes Carlos Alberto Castro Rodrigues e Valentino Manuel de Almeida Pereira, designada para efeitos do presente contrato por ITEC;

CONSIDERANDO QUE

- A) Os Municípios dispõem de atribuições no domínio da promoção do desenvolvimento, de acordo com o disposto no artigo 23.º, n.º 2, alínea m), da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
- B) Para execução das referidas atribuições são outorgadas aos órgãos municipais competências ao nível do apoio à captação e fixação de empresas, emprego e investimento nos respetivos Concelhos, previstas nos artigos 25.º, n.º 2, alínea k), e 33.º, n.º 1, alíneas o), r) e u) da Lei n.º 75/2013, de 12 de Setembro;
- C) O regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga (PDMB) prevê a classificação de Empreendimentos Estratégicos, todos aqueles processos de licenciamento a que, por deliberação da Assembleia Municipal sob proposta devidamente fundamentada da Câmara Municipal, seja reconhecido interesse público estratégico pelo seu especial impacto na ocupação do território, pela sua importância para o desenvolvimento económico e social do concelho, ou pela sua

3
ePera
L
hi

especial funcionalidade ou expressão plástica ou monumental, carecendo da realização do presente contrato de investimento, previstas na Secção VI, no Artigo 31º do referido regulamento;

- D) A InvestBraga é uma empresa municipal, cujo capital social é integralmente detido pelo MB, que tem por objeto a exploração de atividades de interesse geral e a promoção do desenvolvimento local e regional, por delegação da Câmara Municipal de Braga, através da prossecução de atividades com vista à dinamização económica da região de Braga, e de iniciativas que promovam a sua valorização, a internacionalização e a captação de investimentos nacionais ou estrangeiros, cabendo o papel de apoio e acompanhamento aos projetos de investimento e a monitorização da efetiva concretização dos contratos de investimento realizados pelo município com os investidores;
- E) A ITEC pretende realizar um investimento, no Concelho de Braga, no valor de €3.000.000 (três milhões de euros), a aplicar na construção de novas instalações, aquisição de equipamentos e projetos de I&D, num edifício com 4.500 metros quadrados de implantação e 5.000 metros quadrados de construção, a implantar num prédio misto denominado Quinta de Laboriz, com a área total de 39.337 metros quadrados, sito no antigo Lugar de Laboriz, hoje Rua da Veiga, 4705-222 União de Freguesias de Lomar e Arcos e também no reforço da sua capacidade tecnológica, com o objetivo não só de acompanhar o crescimento dos seus clientes da área automóvel, mas também de criar uma estrutura que, aproveitando o *know-how* acumulado na área automóvel, seja capaz de intervir noutros setores de atividade, como a indústria alimentar ou do calçado, onde a tecnologia é um fator diferenciador;
- F) O investimento referido na alínea anterior irá contribuir para a valorização da estrutura económica e empresarial do Concelho e irá gerar 10 (dez) novos postos de trabalho;
- G) A ITEC pretende investir na criação de novas áreas de negócio, no reforço da sua atividade de I&D, na criação de produtos próprios e no apoio à criação de startups;
- H) O MB e a InvestBraga reconhecem ser de importância estratégica para o desenvolvimento do Concelho a concretização do projeto acima referido, sendo que declaram este projeto como um projeto de interesse económico para o município;

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

É, de livre e boa-fé, acordado e reduzido a escrito o presente Contrato de Investimento, do qual fazem parte os considerandos supra indicados e que se regerá pelas seguintes cláusulas:

CAPÍTULO I DEFINIÇÕES

CLÁUSULA 1.ª DEFINIÇÕES

Para efeitos do presente Contrato de Investimento os termos e expressões abaixo indicadas têm o significado e conteúdo seguintes:

- a) Alteração das Circunstâncias («hardship») (Cláusula de Salvaguarda) – A alteração anormal das circunstâncias, inclusive de ordem económica, alheia à vontade das Partes e em que estas fundaram a vontade de estabelecer o presente Contrato de Investimento, tornando mais onerosa a execução do contrato, embora não impossível, proporcionando a possibilidade de revisão unilateral ou a resolução do contrato, nos termos previstos no presente contrato;
- b) Anexos – Os documentos identificados na cláusula 11.ª, cujo conteúdo faz parte integrante do presente Contrato;
- c) Contrato – O presente Contrato de Investimento, incluindo todos os seus Anexos;
- d) Força Maior – Facto natural ou situação imprevisível e inevitável cujos efeitos se produzam independentemente da vontade ou das circunstâncias próprias da InvestBraga, do MB e da ITEC e que impeçam a realização dos objetivos do Contrato e/ou cumprimento das obrigações das Partes;
- e) Incentivos – Conjunto de investimentos, apoios e benefícios concedidos pelo MB à ITEC;
- f) Partes – A InvestBraga, o MB e a ITEC;
- g) Projeto / Empreendimento – Construção de novas instalações, reforço da capacidade tecnológica e da atividade de I&D, de acordo com o Plano de Investimento que constitui o Anexo I ao presente Contrato;
- h) Período do Investimento – O período compreendido entre a data da assinatura do presente Contrato e o período subsequente de 5 (cinco) anos;

5
CPZ
K

- i) Vigência do Acordo – Período correspondente ao Período do Investimento.

CAPÍTULO II

CARACTERIZAÇÃO DO PROJETO

CLÁUSULA 2.^a

OBJETIVOS DO PROJETO

1. Constituem objetivos do Projeto:

- a) A realização, durante o Período do Investimento, de um investimento que se estima em €3.000.000 (três milhões de euros), de acordo com o Plano de Investimento incluído no Anexo I ao presente Contrato;
- b) A construção de novas instalações, melhor identificadas na planta incluída no Anexo II ao presente contrato, no valor de €3.000.000 (três milhões de euros);
- c) O reforço da capacidade tecnológica da empresa;
- d) O reforço da atividade de I&D da empresa;
- e) A instalação da unidade produtiva e dos escritórios da ITEC no edifício referido na alínea b) da presente cláusula;
- g) A criação de 10 (dez) postos de trabalho direto no período de 3 (três) anos.

2. O cumprimento das obrigações e dos objetivos da presente Cláusula estará condicionado à não ocorrência de eventos suscetíveis de serem considerados Força Maior ou Alteração das Circunstâncias («hardship»).

3. A verificação de casos de Força Maior ou de Alteração das Circunstâncias será reconhecida por conciliação das Partes ou por recurso aos tribunais competentes da Comarca de Braga.

CLÁUSULA 3.^a

CONCRETIZAÇÃO DO PROJETO

O Projeto será concretizado pela ITEC nos termos e condições indicados no presente Contrato.

CLÁUSULA 4.^a

ACOMPANHAMENTO DO PROJETO

6
E
P
hi

1. Sem prejuízo das competências legalmente atribuídas a outras entidades, incumbirá à InvestBraga a responsabilidade de assessorar, acompanhar e fiscalizar a execução do presente Contrato, devendo a ITEC fornecer-lhe todas as informações, documentos e esclarecimentos necessários e relevantes para o efeito.
2. Em qualquer caso, a ITEC, facultará, com a periodicidade anual, de motu próprio, com início durante o 1.º trimestre do ano seguinte ao da celebração do presente contrato, ou sempre que a InvestBraga o solicitar, a documentação adequada a demonstrar que estão a ser satisfeitos os objetivos e obrigações constantes do presente Contrato, designadamente, documentos comprovativos de regularização das obrigações fiscais e para com a Segurança Social, mapas de pessoal, balanços e demonstrações de resultados ou quaisquer outros documentos contabilísticos ou de outra natureza, relativamente ao Projeto.
3. A ITEC facultará à InvestBraga, ou a qualquer outra entidade por esta nomeada, acesso aos locais de realização do Projeto.

CAPÍTULO III OBRIGAÇÕES

CLÁUSULA 5.ª OBRIGAÇÕES DA ITEC

1. Pelo presente Contrato, e sem prejuízo do disposto noutras cláusulas contratuais, a ITEC obriga-se a:

- a) Realizar, durante o Período do Investimento, um investimento que se estima em €3.000.000 (três milhões de euros), de acordo com o Plano de Investimento incluído no Anexo I ao presente Contrato;
- b) Alcançar os objetivos previstos na Cláusula 2.ª;
- c) Construir as instalações, melhor identificadas na planta incluída no Anexo II ao presente contrato, com utilização de processos conformes às disposições ambientais legais em vigor, após obtenção dos licenciamentos e autorizações necessários;
- d) Reforçar a sua capacidade tecnológica;
- e) Reforçar a sua atividade de I&D;
- f) Afetar as instalações referidas na alínea c) da presente cláusula à sede da empresa e ao exercício da sua atividade empresarial;

- g) Desenvolver a sua atividade, pelo período de pelo menos 10 (dez) anos, no Concelho de Braga;
- h) Cumprir com as suas obrigações fiscais e perante a Segurança Social;
- i) Fornecer à InvestBraga e ao MB, sempre que solicitado e no prazo de 10 (dez) dias a contar da receção do pedido, os documentos, elementos, informações e esclarecimentos necessários ao acompanhamento, controlo e fiscalização do presente Contrato, designadamente:
- i) documentos comprovativos do cumprimento das obrigações fiscais;
 - ii) documentos comprovativos do cumprimento das obrigações para com segurança social;
 - iii) mapas de pessoal;
 - iv) balanços e demonstrações de resultados;
- j) Manter uma situação financeira equilibrada;
- k) Dispor de contabilidade organizada de acordo com a normalização contabilística e outras disposições legais em vigor para o respetivo setor de atividade, que seja adequada às análises requeridas para apreciação e acompanhamento do Projeto e permita autonomizar os efeitos do mesmo;
- l) Facultar à InvestBraga e ao MB, ou a qualquer outra entidade por estes nomeada, livre acesso aos locais de realização do Projeto.

2. As obrigações previstas no número 1 da presente cláusula devem ser executadas no prazo máximo de 5 (cinco) anos a contar da data da assinatura do presente Contrato.

CLÁUSULA 6.ª

RECONHECIMENTO DE PROJETO DE INTERESSE ESTRATÉGICO

1. Sob condição de deliberação da Assembleia Municipal, sob proposta devidamente fundamentada da Câmara Municipal, é reconhecido pelo MB e pela InvestBraga o interesse público estratégico do projeto / empreendimento da ITEC, em conformidade com as alíneas a) b) e d), do Artigo 31º, Secção VI, do Regulamento do Plano Diretor Municipal de Braga (PDMB).

CAPÍTULO IV

ARTICULAÇÃO DAS OBRIGAÇÕES DAS PARTES E INCUMPRIMENTO DO CONTRATO

8
CPB
Ca
R

CLÁUSULA 7.ª

PRINCÍPIOS GERAIS

O reconhecimento de projeto/empreendimento de interesse público estratégico previsto na Cláusula 6.ª constitui contrapartida do exato e pontual cumprimento pela ITEC dos objetivos e obrigações fixadas nos termos e condições constantes do presente Contrato e Anexos.

CLÁUSULA 8.ª

INCUMPRIMENTO PELA ITEC

1. Sem prejuízo do disposto na legislação em vigor, no número 2 da Cláusula 2.ª, no número 3 da cláusula 6.ª, e no número seguinte da presente Cláusula, no caso de não cumprimento pela ITEC de qualquer dos objetivos ou de qualquer das obrigações que lhe estão fixados nos termos e condições deste Contrato e respetivos Anexos, o MB, mediante comunicação enviada à ITEC, poderá resolver o Contrato, independentemente de qualquer interpelação, implicando a perda do reconhecimento de projeto / empreendimento de interesse público estratégico, e tendo direito, designadamente, ao pagamento pela ITEC do montante correspondente a quaisquer benefícios, apoios e incentivos concedidos pelo MB, proporcional ao período de tempo que medeia entre a data da resolução do Contrato até ao termo do Período do Investimento.
2. Sem prejuízo do disposto no número 1, constituem também fundamento de resolução a prestação pela ITEC de informações falsas sobre a sua situação ou viciação de dados fornecidos na apresentação, apreciação e acompanhamento do Projeto.
3. A comunicação da decisão de resolução referida no número 1 produz efeitos imediatos, independentemente de qualquer outra formalidade.

CAPÍTULO V

INTERPRETAÇÃO, INTEGRAÇÃO, APLICAÇÃO DO CONTRATO DE INVESTIMENTO E RESOLUÇÃO DE LITÍGIOS

CLÁUSULA 9.ª

PRINCÍPIO GERAL

Sf
CER
fin

Sempre que entre as Partes Contratantes se suscitem dúvidas quanto à interpretação, aplicação ou integração do presente Contrato ou se suscitar litígio ou situação de Força Maior ou de Alteração das Circunstâncias, aquelas envidarão os melhores esforços para obter o acordo ou resolverem amigavelmente as divergências ou litígios.

CLÁUSULA 10.ª

FORO COMPETENTE

Para resolução de todos os litígios emergentes do presente Contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

CAPÍTULO VI

DISPOSIÇÕES FINAIS

CLÁUSULA 11.ª

ANEXOS

Fazem parte integrante do Contrato, para todos os efeitos legais e contratuais, os seguintes Anexos:

Anexo I: Plano de Investimento;

Anexo II: Planta do local de implementação do projeto.

CLÁUSULA 12.ª

COMUNICAÇÕES

1. Quaisquer comunicações ou notificações previstas no Contrato, salvo disposição específica em contrário, serão sempre efetuadas por escrito e remetidas:

- a) Em mão, desde que comprovadas por protocolo;
- b) Por telefax, desde que comprovado por "Recibo de transmissão ininterrupta";
- c) Por correio registado com aviso de receção.

2. Consideram-se, para efeitos do presente Contrato, como domicílios das Partes, as seguintes moradas e postos de receção:

- a) InvestBraga

10
CPB
L
hi

Att. Sr. Presidente do Conselho de Administração da IB – Agência para a Dinamização Económica, EM
Eng. Carlos Nuno Alves de Oliveira
Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves, Apartado 60, 4711-909 Braga

b) MB

Att. Sr. Presidente da Câmara Municipal de Braga
Dr. Ricardo Bruno Antunes Machado Rio
Praça do Município, 4730-749 Braga

c) Iberiana Technical, Lda. (ITEC)

Att. Sr. Sócio Gerente
Eng. Carlos Alberto Castro Rodrigues
Rua da Quinta, Lote 13, 4700-023 Frossos Braga,

3. As Partes poderão alterar os seus domicílios indicados, mediante comunicação prévia dirigida à outra Parte, com a antecedência não inferior a 3 (três) dias, sob pena de considerarem efetuadas as comunicações ou notificações realizadas para os domicílios referidos no número 2.

4. As comunicações ou notificações feitas nos termos dos números anteriores consideram-se efetuadas ainda que sejam rejeitadas, ou venham devolvidas por não terem sido reclamadas na estação dos correios.

CLÁUSULA 13.ª

PRAZOS E SUA CONTAGEM

Os prazos fixados no presente Contrato contam-se em dias seguidos de calendário, salvo se contiverem indicação expressa em dias úteis.

CLÁUSULA 14.ª

PRAZO E EFICÁCIA

1. Sem prejuízo do disposto no número 2 da presente Cláusula, o presente Contrato entra em vigor e produz efeitos a partir da data da sua assinatura.

11
PBR

2. O presente Contrato será válido desde a data da sua celebração até ao termo do período de Vigência do Acordo, previsto na alínea i) da Cláusula 1.ª, se entretanto não for revogado ou resolvido.

Feito em Braga, aos 2 dias do mês de Junho de 2017, em 3 exemplares.

Pela InvestBraga

Pelo MUNICIPIO DE BRAGA

Pela Iberiana Technical, Lda. (ITEC)

[Handwritten signatures and stamps over the text "Pela Iberiana Technical, Lda. (ITEC)"]

12
ePee
in
h.

ANEXO I
PLANO DE INVESTIMENTO

13
P. Pen

PEDIDO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL EMPREENDIMENTO ESTRATÉGICO – MEMÓRIA DESCRITIVA

REQUERENTE: **IBERIANA TECHNICAL UNIPESSOAL, LDA**
ASSUNTO: **PEDIDO DE CERTIDÃO DE RECONHECIMENTO DE INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA EMPREENDIMENTO ESTRATÉGICO**
LOCALIZAÇÃO: **RUA DA VEIGA, UNIÃO DE FREGUESIAS DE LOMAR E ARCOS - BRAGA**

MEMÓRIA DESCRITIVA E JUSTIFICATIVA

A. Descrição e justificação da proposta

Refere-se a presente memória descritiva e justificativa ao pedido de reconhecimento de interesse público municipal para empreendimento estratégico, a localizar na Rua da Veiga, freguesia de Lomar (U F de Lomar e Arcos), concelho de Braga, requerido por Iberiana Technical Unipessoal, Lda., com sede na Rua da Quintã, Lote 13, freguesia de Frossos, 4700-023 Braga.

Trata-se da resposta ao ofício N.º 3/4094/DMUCPSA/2017, relativamente ao processo n.º 3469/URB/PED/17, propondo-se o aperfeiçoamento do pedido, bem como a apresentação dos elementos solicitados.

Para o terreno em análise propõe-se a construção de um edifício com a forma retangular, destinado a indústria tipo 3, implantado segundo a orientação paralela à autoestrada pela sua face mais alongada, com a orientação poente-nascente, propondo-se um afastamento ao eixo da autoestrada superior a 50 metros e mais de 20 metros (34,40 metros) ao eixo da estrada nacional EN 319 que lhe dá acesso.

A cota de implantação 151 é proposta de modo a minimizar o volume de desaterro necessário para implantar o edifício, reduzindo o impacto relativamente às moradias vizinhas, uma vez que a cota proposta e a cêrcea máxima se encontram abaixo destas construções, ocupando-se resitivamente a área necessária do solo para a operação urbanística, mantendo-se o restante terreno permeável bem como as cotas do terreno natural, colmatando-se as diferenças de cotas através de muros de suporte que se pretendem serem baixos e através de taludes integrados na paisagem, propondo-se também a implantação de árvores junto às confrontações imediatas.

Propõe-se uma altura máxima de 8,50 metros onde podem ser inseridos até três pisos em parte do edifício na confrontação junto à estrada nacional (dois pisos acima da cota de soleira, um destinado a indústria mais um destinado a escritórios e um piso abaixo, enterrado, destinado a garagens privadas) sem modificar a volumetria proposta para o edifício.

A conjugação da volumetria do edifício com os seus afastamentos relativamente às vias (autoestrada e estrada nacional 319) provocarão pouco impacto, onde na realidade se dará pela existência do edifício mas que pela sua inserção no local, não ferirá a estética da paisagem uma vez que as cotas de autoestrada, quer na ponte quer no talude, se encontram elevadas em relação à cota de implantação do edifício, sendo parcialmente visível apenas na face voltada à estrada nacional que será diluída por uma cortina arbórea.

Após a análise da planta de condicionantes do Plano Diretor Municipal, da planta de ordenamento e do levantamento topográfico, constata-se que no local não é visível qualquer linha de água no terreno, pressupondo-se que não existam condicionantes relativamente aos recursos hídricos.

14
ePee

B. Indicação da natureza e condições do terreno

O terreno onde pretende implantar a construção possui excelentes condições para a sua implantação, tratando-se de um terreno com pendente e com um subsolo que se apresenta sólido, apresentando-se algum declive descendente no sentido poente/nascente.

C. Inserção urbana e paisagística da edificação

Em termos de inserção paisagística, a edificação proposta será enquadrada na paisagem de modo a integrá-la positivamente.

Dimensão do terreno – 41.761,00 m²

Área de Implantação proposta – 4.086,00 m²

Área de Construção proposta – 5.918,00 m² (4.086,00 m² R/C + 918,00 m² cave + 918,00 m² 1º andar)

Volumetria proposta – 34.731,00 m³ (4.086,00 m² x 8,50 m)

Cerca máxima proposta – 8,50 m

Índice de Implantação P = 9,78% (4.086,00 m² / 41.761,00 m²)

Índice de Construção Ic = 14% (5.918,00 m² / 41.761,00 m²)

Índice Volumétrico IV = 0,83 m³/m² (34.731,00 m³ / 41.761,00 m²)

Número de pisos abaixo da cota de soleira - 1

Número de pisos acima da cota de soleira – 2 (em parte)

Tipologia – Indústria

D. – Adequação às Infraestruturas existentes


O local encontra-se dotado das seguintes infraestruturas:

Rede viária, rede de energia elétrica, rede de telefone, rede de abastecimento de água, rede de saneamento, rede de gás.

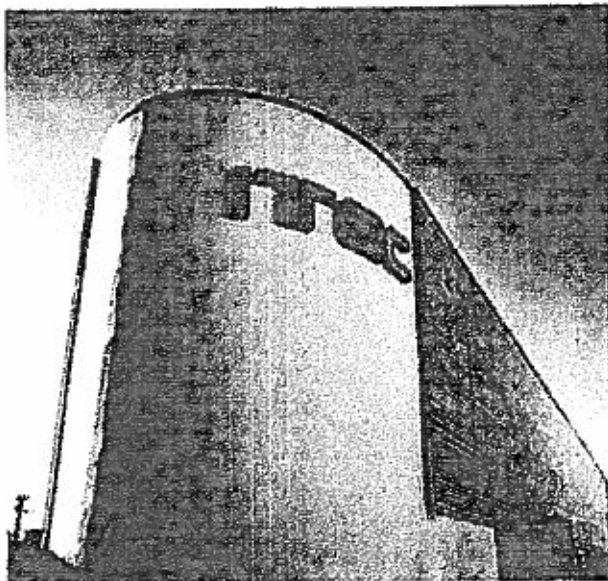
O edifício será dotado das infraestruturas necessárias à implementação da pretensão, que serão executadas conforme o previsto para a construção, devidamente executados em conformidade com a legislação e regulamentos em vigor.

Omissões Além do que vai descrito na presente memória descritiva e justificativa, será realizado tudo o que não esteja descrito por simples esquecimento ou omissão e se torne necessário para o bom e completo acabamento da obra, dentro das boas normas de construção e regulamentos em vigor.

Braga, 2 de Junho de 2017

O responsável,

(Miguel Ribeiro Arq.º)

15-
P. 15



Itec 4.0 | Iberian technical
Assembling your success

Plano estratégico 2017 – 2020

16
CPeers

Investimento

PT2020 – Programa Interface (BOSCH CM)

• I&D, novas instalações e inovação produtiva:

TOTAL 3 a 4 M€

17
E. P. P. P. P.

Infra estrutura

Principais requisitos

- Área de implantação: 4 500 m²
- Área de construção: 5 000 m²
- Possibilidade de expansão;
- Boas acessibilidades.
- Proximidade à BOSCH CM;

Objectivos

- Triplicar área de produção;
- Duplicar área de engenharia;
- Duplicar área de logística;
- Criar laboratório de ensaios e metrologia;
- Criar unidade de desenvolvimento de aplicações robotizadas;
- Criar departamento de desenvolvimento de soluções de visão artificial;
- Criar unidade de manufatura aditiva / subtrativa;
- Criar unidade de negócio na Ásia;
- Aumentar volume de vendas 40%;
- Aumentar 50% taxa de exportação;
- Criar 10 postos de trabalho qualificados (nível 5/6/7).

ed 19
e P...
C
V

ANEXO II
PLANTA DO LOCAL DE IMPLEMENTAÇÃO DO PROJETO

20
P. 20

DECLARAÇÃO DE CONFORMIDADE DIGITAL

Eu, Miguel Filipe Carvalho Ribeiro, nif 224573881, morador na Rua da Escola Nova nº 9, Gondizalves, Braga, inscrito na Ordem dos Arquitectos sob o nº 13794 N, na qualidade de autor de projecto de arquitectura, relativo ao pedido de reconhecimento de interesse público municipal para empreendimento estratégico, a localizar na Rua da Veiga, freguesia de Lomar (U. F. de Lomar e Arcos), concelho de Braga, requerido por Iberiana Technical Unipessoal, Lda., com sede na Rua da Quinta, Lote 13, freguesia de Frossos, 4700-023 Braga, declara que o projecto entregue em formato digital reproduz na íntegra o projecto entregue em suporte de papel.

Braga, 02 de Junho de 2017

O arquitecto,

Miguel Filipe Carvalho Ribeiro

C.C. N.º 11074533 FRY9 Válido até 01/08/2020

21
CP

**TERMO DE RESPONSABILIDADE
DO AUTOR DO PROJECTO DE ARQUITECTURA**

Miguel Filipe Carvalho Ribeiro, arquitecto, morador na Rua da Escola Nova n.º 9 Gondizalves, Braga, contribuinte n.º 224573861, inscrito na Ordem dos Arquitectos com o n.º 13794 N, declara, para efeitos do disposto no n.º 1 do artigo 10.º do Decreto-Lei n.º 655/99, de 16 de Dezembro, na redacção que lhe foi conferida pelo Decreto-Lei 136/2014, de 9 de Setembro, que o projecto de arquitectura, de que é autor, relativo ao pedido de reconhecimento de interesse público municipal para empreendimento estratégico, a localizar na Rua da Veiga, freguesia de Lomar (U. F. de Lomar e Arcos), concelho de Braga, requerido por Iberiana Technical Unipessoal, Lda., com sede na Rua da Quinta, Lote 13, freguesia de Frossos, 4700-023 Braga, observa as normas legais e regulamentares aplicáveis, bem como as normas técnicas gerais e específicas de construção, designadamente o RGEU, o RJUE, o Decreto-Lei n.º 220/2008, a Portaria n.º 1532/2008, o Plano Diretor Municipal e demais legislação em vigor.

Mais declara, para efeitos do disposto no n.º 3 do artigo 21.º da Lei n.º 31/2009, datada de 3 de Julho, com a redacção que foi conferida pela Lei n.º 40/2015 de 1 de Junho, que assume o cumprimento das obrigações previstas no artigo 12.º da referida lei, nos termos do RJUE, com as devidas adaptações.

Braga, 02 de Junho de 2017

O arquitecto, Miguel Filipe Carvalho Ribeiro
C.C. N.º 11074533 7279 válido até 01/02/2020

22
P. Leão

SECÇÃO REGIONAL DO NORTE

Rua Álvares Cabral, 144
4050-040 Porto, Portugal
T: +351 222 074 250

global@oasmn.org
www.oasmn.org
F: +351 222 074 259



DECLARAÇÃO

NÚMERO	EMIÇÃO	VALIDADE
2630/2017	18-04-2017	18-04-2017 a 18-10-2017

Validação de Documento

Nº Membro OA: 13794

Código de Validação: NDC284643D2482

Para verificar a autenticidade deste documento
aceda a www.ordemdosarquitectos.pt, opção
'Validação de Documentos' e introduza o número
de membro e o código de validação acima
indicados.

A Ordem dos Arquitectos, associação pública profissional, ao abrigo do Estatuto da Ordem dos Arquitectos aprovado pelo Decreto-Lei n.º 176/98, de 3 de Julho, com a redacção da Lei n.º 113/2015, de 28 de Agosto, certifica que:

Miguel Filipe Carvalho Ribeiro

com o número de identificação civil 11074533, se encontra inscrito nesta ordem profissional com o número de membro 13794 desde 01/03/2006.

Cristina Costa Santos, arquitecta
Presidente do Conselho Directivo Regional do Norte

ENQUADRAMENTO LEGAL PARA O EXERCÍCIO DA PROFISSÃO.

Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho e artigo 44.º n.º 2 e n.º 3 da Lei n.º 113/2015, de 28 de Agosto, primeira alteração ao Estatuto da Ordem dos Arquitectos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 176/98, de 3 de Julho, (i) elaborar e apreciar estudos, projectos e planos de arquitectura, e (ii) intervir em estudos, projectos, planos e actividades de consultadoria, gestão, fiscalização e direcção de obras, planificação, coordenação e avaliação, reportadas à edificação, urbanismo, concepção e desenho do quadro espacial da vida da população, visando a integração harmoniosa das actividades humanas no território, a valorização do património construído e do ambiente;

Anexo I da Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho exercer a função de coordenador de projecto em obras até ao valor correspondente à classe 4 de alvará;

Anexo II da Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho exercer a função de director de obra em obras até ao valor correspondente à classe 2 de alvará com as excepções previstas no dito anexo;

Anexo III da Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho exercer a função de director de fiscalização de obra, em obras até ao valor correspondente à classe 2 de alvará, com as excepções previstas no dito anexo;

Anexo IV da Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho exercer a função como técnico responsável pela condução da execução de trabalhos de especialidades em obras de classe 8 de alvará, nas seguintes subcategorias da categoria Edifícios e património construído: Alvenarias, rebocos e assentamento de cantarias, Estuques, pinturas e outros revestimentos, Carpintarias, trabalhos em pedras não estruturais, instalações sem qualificação específica, Restauro de bens móveis histórico-artísticos, Armaduras para betão armado, Colagens, impermeabilizações e isolamentos;

Decreto-Lei n.º 118/2013, de 20 de Agosto, por interpretação conjugada com o disposto na Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho elaborar estudos de comportamento térmico;

Artigos 16.º e 17.º do Decreto-Lei n.º 220/2008, de 12 de Novembro preencher as fichas de segurança e elaborar projectos de segurança contra incêndios em edifícios da 1.ª e 2.ª categoria de risco;

Artigo 18.º n.º 2, do Decreto-Lei n.º 273/2003, de 28 de Outubro, por interpretação conjugada com o disposto na Lei n.º 31/2009, de 3 de Julho, alterada pela Lei n.º 40/2015, de 1 de Junho elaborar planos de segurança e saúde;

Decreto-Lei n.º 178/2006, de 5 de Setembro e Decreto-Lei n.º 48/2008, de 12 de Março plano de prevenção e gestão de resíduos de construção e demolição;

P.

23
E.P.



Data

28-04-2017

Contribuinte n.º

224573851

Apólice n.º

008410111051

Linha Exclusiva

21 794 30 25 | 22 608 17 25

das 08h às 19h00

das 08h30 às 19h00

arquitectos@ageas.pt

www.ageas.pt/arquitectos

Seguro de Responsabilidade Civil Profissional Ordem dos Arquitectos - SRN

Estimado/a Sra.,

A Ordem dos Arquitectos Secção Regional Norte, contratualizou com a AXA Portugal agora Ageas Portugal, em 01 de Janeiro de 2012, o seguro de Responsabilidade Civil Profissional para todos os membros da Ordem.

Neste enquadramento e como membro da Ordem, confirmamos a sua adesão ao referido seguro cujo n.º de apólice é 0084 10 111051.

Informamos ainda, que o capital seguro é de €25.000,00 por membro, sinistro e anuidade.

Junto enviamos a declaração comprovativa da respetiva adesão, bem como as Condições Particulares e Especiais.

Como a sua satisfação é a nossa prioridade, este acordo tem como objetivo principal proporcionar-lhe ainda mais benefícios, ao reforçar a relação de parceria entre as duas entidades.

Caso necessite de alguma informação adicional, não hesite em contactar-nos.

Continuaremos a fazer por merecer diariamente a sua confiança.

Com os melhores cumprimentos,

Elias Leal
Diretor Geral

24
E. Leal



Data

28-04-2017

Contribuinte n.º

224573881

Apólice n.º

008410111051

Linha Exclusiva

21 784 30 28 | 22 606 17 25

das 08h às 19h00

das 08h30 às 19h00

arquitectos@ageas.pt

www.ageas.pt/arquitectos

Declaração de Seguro de Responsabilidade Civil Profissional

Membros da Ordem dos Arquitectos - SRN

A Ageas Portugal, Companhia de Seguros, S.A. declara, para os devidos efeitos, que foi realizado o contrato de seguro para os membros da Ordem dos Arquitectos - SRN, com as seguintes características:

- Ramo: Responsabilidade Civil Profissional
- Tomador de Seguro: Ordem dos Arquitectos - Secção Regional Norte
- N.º Apólice: 0084 10 111051
- Início: 01 de Janeiro 2012
- Termo: 31 de dezembro 2017
- Pessoa Segura: Miguel Filipe Carvalho Ribeiro
- N.º de Cédula Profissional: 13 784
- Âmbito da Cobertura: conforme Condições Particulares e Especiais anexas.

Informa-se que o seguro identificado regula-se pela Lei do Contrato de Seguro e, segundo o artigo 59.º, a garantia de cobertura de riscos é válida após o recebimento do valor total a pagar pela mesma.

Prevalecerão sempre os termos e condições da apólice 008410111051

Lisboa, 26 de abril de 2017

Pela Ageas Portugal,

Elias Leal

Diretor Geral



MUNICÍPIO DE BRAGA

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

CERTIDÃO

-----**HORTENSE LOPES DOS SANTOS**, Presidente da Assembleia Municipal de Braga:-----

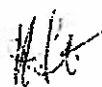
-----**CERTIFICO** que da minuta da ata da sessão ordinária da Assembleia Municipal realizada em trinta de junho de dois mil e dezassete, onde esteve presente a maioria do número legal dos seus membros, aprovada no final da mesma para produzir efeitos imediatos, consta ter sido aprovada a seguinte deliberação:-----

-----**PONTO NÚMERO QUATRO – RECONHECIMENTO DO INTERESSE PÚBLICO MUNICIPAL PARA EMPREENDIMENTO ESTRATÉGICO - IBERIANA TECHNICAL, LIMITADA.** Submete-se à apreciação e aprovação da Assembleia Municipal, a proposta do Executivo Municipal, aprovada em reunião de dezanove de junho do ano em curso, relativa ao pedido de reconhecimento do interesse público municipal para enquadramento de futura operação urbanística no conceito de empreendimento estratégico definido no PDM em vigor, em que é promotora a empresa Iberiana Technical, Limitada, sita na rua da Veiga, União de Freguesias de Lomar e Arcos, Braga. Aprovada por maioria.-----

-----**O REFERIDO É VERDADE**-----

-----Braga e Assembleia Municipal, vinte e oito de novembro de
dois mil e dezassete.-----

A Presidente da Assembleia Municipal,



(Dr.º Hortense Lopes dos Santos)